

Em favor da justiça e da paz

Frei Betto

Marcelo Barros

Pedro Garcia

Tereza Cavalcanti

Zwinglio M. Dias

Ano 22 Janeiro/fevereiro de 2000 R\$ 3,00

ENCARTE ESPECIAL
Da caminhada ecumênica



CF 2000 FUNDO ECUMÊNICO DE SOLIDARIEDADE

A Campanha da Fraternidade convida a olhar como anda nosso amor a Jesus nas pessoas que sofrem por causa do egoísmo e das injustiças sociais. O que fizermos, e bem concretamente, em favor daqueles que sofrem injustiças e que são excluídos e aviltados em sua dignidade humana, é a Jesus que o fazemos (Mateus 25.31-46). A Campanha da Fraternidade nos pede um GESTO CONCRETO em favor de nossos irmãos necessitados. Tal gesto será a coleta financeira, além de tantas outras ações e iniciativas de pessoas e de comunidades cristãs locais visando a resgatar a dignidade humana ferida e a promoção da fraternidade e da paz. Os cristãos unidos podem ajudar muito mais. A Campanha da Fraternidade Ecumênica propõe unir as forças em todas as comunidades locais e em âmbito nacional, para realizar ações bem concretas e eficazes.

Este é o nosso GESTO CONCRETO em âmbito nacional:
COLETA ECUMÊNICA DA SOLIDARIEDADE EM FAVOR

- dos povos indígenas;
- dos povos do semi-árido, nas lutas por água;
- da população que vive nas ruas.



COMO ORGANIZAR A COLETA

1. Durante todo o tempo da Campanha, do início da Quaresma até o domingo que antecede a Páscoa, convidar as pessoas a colaborarem com seu Gesto Concreto de solidariedade.
2. O domingo que antecede a Páscoa, 16 de abril, é o Dia Nacional da Coleta Ecumênica da Solidariedade: é dia de cada um dar, com generosidade, sua contribuição.

PARTILHA E DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

1. 60% da Coleta das Igrejas ficará à disposição de cada comunidade eclesial, e segundo os costumes tradicionais de cada uma delas, será destinada à solidariedade local. As Igrejas são convidadas a reproduzir, em âmbito local ou regional, um gesto ecumênico como é realizado em âmbito nacional.
2. 40% da Coleta das Igrejas será enviado para a constituição do Fundo Ecumênico de Solidariedade nacional.

QUEM ADMINISTRARÁ O FUNDO ECUMÊNICO DE SOLIDARIEDADE

Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE)
Cáritas Brasileira

A QUEM ENCAMINHAR OS PROJETOS

Tanto a CESE como a Cáritas receberão os projetos para financiamento com os recursos do Fundo, que serão aprovados por um Conselho Ecumênico.

PARA ENVIO DAS CONTRIBUIÇÕES

Fundo Ecumênico de Solidariedade
Conta corrente nº 5800-8, agência 3475-4
Banco do Brasil Brasília DF

Cáritas Brasileira

SDS Bl "P" Nº 36 salas 410/414
Ed. Venâncio III
70393-900 Brasília DF
Tel (0xx61) 226-5008
Fax (0xx61) 226-0701
E-mail caritasn@zaz.com.br

CESE

Rua da Graça, 164
40080-410 Salvador BA
Tel (0XX71) 336-5457
E-mail dimas@cese.org.br

Revista bimestral de KOINONIA
Janeiro/fevereiro de 2000
Ano 22 – nº 309

**KOINONIA Presença Ecumênica
e Serviço**

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (0**21) 224-6713
Fax (0**21) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader
Ivoni Reimer

José Oscar Beozzo
Francisco Catão
Jether Pereira Ramalho
Maria Emília Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Tânia Mara Sampaio Vieira

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

EDITOR
José Bittencourt Filho

**EDITORA ASSISTENTE E
JORNALISTA RESPONSÁVEL**
Helena Costa
Mtb 18619

**EDITORA DE ARTE
E DIAGRAMADORA**
Anita Slade

COPIDESQUE
Paulo Roberto Salles Garcia

REVISOR
Carlos Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Mara Lúcia Martins

CAPA
Anita Slade, foto Agência F4

PRODUÇÃO GRÁFICA
Roberto Dalmaso

FOTOLITOS
GR3

IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

FIDELIDADE À PROPOSTA ECUMÊNICA**SAUDADE**

**A busca do elo perdido: teologia
e revolução** 6

REMEMORAÇÃO

Marginalização e proscricção 9

PRESENÇA

Ascensão e crise do movimento ecumênico 12

REGRESSÃO

Mercado total: holocausto encoberto 15

PROPOSTA

Perspectiva teológica na proscricção: esboço 18

TEOLOGIA

**À procura do pai: Um olhar teológico
sobre o filme "Central do Brasil"** 21

Tereza Cavalcanti

CRÔNICA

Arte como reencantamento do mundo 26

Pedro Garcia

DESABAFO

E-mail é mal 28

Frei Betto

RUBEM ALVES

A clarineta desafinada 29

CATOLICISMO

A renúncia do papa já começou 31

Marcelo Barros

UNIDADE

Declaração Ecumênica de Augsburg 32

Zwinglio M. Dias

ENCARTE ESPECIAL

Da caminhada ecumênica

A sabedoria bíblica, em particular

a literatura profética, nos adverte há muitos milênios quanto ao fato de que só pode haver paz onde existe justiça. As desigualdades sociais são a fonte principal das muitas formas de violência a que assistimos no País e no Continente. A exclusão econômica, a massificação cultural e a concentração de renda formam exércitos de criaturas cujo único objetivo é a sobrevivência e o ganho a qualquer preço. A necessidade de sobrevivência vai paulatinamente fazendo desaparecer o respeito pela integridade e pela dignidade do semelhante. Diante desse quadro e após muitos séculos de separação e de esforços pela unidade, a igreja romano-católica e algumas igrejas protestantes decidiram realizar uma espécie de mutirão em favor da dignidade humana e da justiça e, portanto, da paz. Para tanto, assumiram ecumenicamente a Campanha da Fraternidade no ano 2000, com o lema: Novo Milênio sem Exclusões. A preocupação dessas igrejas com uma problemática de natureza essencialmente econômica — a exclusão — relança as bases para uma ampla discussão ecumênica. Por sinal, sabemos que as teorias econômicas comportam uma dimensão teológica implícita, ao mesmo tempo em que as reflexões teológicas supõem concepções econômicas. Na verdade, na história da humanidade, jamais essas modalidades de pensamento se desenvolveram totalmente divorciadas.

O que nos parece grave é a dimensão religiosa embutida na idéia de mercado total. Sob vários disfarces, está sendo disseminada a imposição de que a relação dos simples mortais com o mercado deva incluir aquele temor reverencial que comumente se aplica ao sagrado, cuja característica primeira é ser, simultaneamente, fascinante e terrível. A prosperidade e o consumo ostensivo e incessante são os indícios da comunhão com esse "deus", ao qual todos deverão servir de fato, independentemente de sua filiação religiosa. Aliás, as instituições religiosas não estão livres dessa subordinação que se traduz nas suas práticas econômicas respectivas. Assim sendo, KOINONIA pretende com a presente edição contribuir para os debates, discussões e o processo de reflexão a que certamente essa Campanha da Fraternidade dará ensejo. Inicialmente realizamos uma síntese do pensamento produzido por nós ao longo da década passada (artigos por isso mesmo não assinados); acrescentamos textos informativos, num Suplemento especial. Apresentando nossa perspectiva teológica do movimento ecumênico, bem como dos acontecimentos que marcaram a vida dos países do Terceiro Mundo nos últimos anos, entendemos estar colaborando, ainda que modestamente, para o aprofundamento do compromisso de cristãos e não-cristãos com a acidentada e penosa caminhada em direção a uma sociedade mais igualitária, democrática e humana.

A escolha da perspectiva teológica, independente e ecumênica, deve-se ao fato de que um dos elementos constitutivos da identidade de KOINONIA e que lhe norteia as ações, é a intenção teológico-política. cremos que no contexto da Campanha nossa contribuição deveria destacar esse aspecto.

Reiteramos os votos de um ano 2000 muito profícuo e esperamos que os temas aqui contemplados sejam apenas mais um passo na consolidação do compromisso ecumênico em favor dos empobrecidos — preferidos do Deus bíblico.

Façam bom proveito!

KOINONIA é uma instituição ecumênica assim como ecumênica é a alegria, a paz, a construção, a liberdade e também a tristeza, o medo, a destruição, o esmagamento da vida. No conjunto dos servidores, KOINONIA tem representantes dos que crêem (católicos, protestantes e outros) acima de tudo, no Deus da Vida, da Justiça e da Paz, e ainda representantes de entidades ecumênicas e do movimento social. Pela solidariedade e pela dignidade; contra quaisquer expressões da exclusão e da submissão humana, KOINONIA (em grego, comunhão) afirma seu compromisso radical ecumênico e quer fazer-se sempre presença e serviço.

... "Perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores"...

PELO CANCELAMENTO DA DÍVIDA DO TERCEIRO MUNDO

Receita de Ano Novo

Para você ganhar um bellissimo Ano Novo cor de arco-íris, ou da cor da sua paz, Ano Novo sem comparação com todo o tempo já vivido (mal vivido talvez ou sem sentido) para você ganhar um ano não apenas pintado de novo, remendado às carreiras, mas novo nas sementinhas do vir-a-ser, novo até no coração das coisas menos percebidas (a começar pelo seu interior) novo espontâneo, que de tão perfeito nem se nota, mas com ele se come, se passeia, se ama, se compreende, se trabalha, você não precisa beber champanha ou qualquer outra birita, não precisa expedir nem receber mensagens (planta recebe mensagens? passa telegramas?). Não precisa fazer lista de boas intenções para arquivá-la na gaveta. Não precisa chorar de arrependido pelas besteiras consumadas nem parvamente acreditar que por decreto da esperança a partir de janeiro as coisas mudem e seja tudo claridade, recompensa, justiça entre os homens e as nações, liberdade com cheiro e gosto de pão matinal, direitos respeitados, começando pelo direito augusto de viver. Para ganhar um ano-novo que mereça este nome, você, meu caro, tem de merecê-lo, tem de fazê-lo de novo, eu sei que não é fácil, mas tente, experimente, consciencie. É dentro de você que o Ano Novo cochila e espera desde sempre.

Carlos Drumond de Andrade

Receba nossos votos de muita paz, harmonia e saúde, com muita poesia em 2000, que os sonhos mereçam suas realizações....

Fraternais abraços

Meireles e família

Por e-mail

Venho através desta desejar um Feliz Ano Novo para esta envolvente produção. Parabéns pelas publicações apresentadas no decorrer do ano, pela seriedade e pelo aprofundamento dos artigos produzidos.

Desejo continuidade nos serviços prestados por esta renomada revista e venho por esta renovar minha assinatura. Os artigos da última revista que recebi (n. 307- setembro/outubro) me foram de bom proveito, pois sou professor de Teologia na Universidade Católica de Pernambuco, sendo que os artigos sobre a questão agrária colaboraram no aprofundamento quanto "à questão" junto aos alunos. Valeu!

Vanderlei Lain

Olinda/PE

A migas e amigos, companheiras e companheiros, irmãs e irmãos, felicitações de Nosso Senhor Jesus Cristo!

Desejamos a todos vocês a paz e todo o sucesso no serviço no qual estão engajados.

Um ano novo de renovadas esperanças e vigor de uma nova vida! Seja a paz companheira em cada instante da vida!

Nossos abraços calorosos e fraternos!

Equipe do PROESO

Por e-mail

Companheiros, companheiras:

É época de festas, alegrias e encontros para alguns. Para muitos, época de pensar porque não podem festejar.

Que o Espírito Santo nos ilumine e nos guie, para o resto de nossas vidas, para o caminho da Justiça, da Verdade, da Vida e do Amor Fraterno.

Um Novo Ano cheio de conquistas e alegrias.

Joaquim Eduardo Madruga

Secretário Executivo, Pastoral da Juventude do Brasil, CNBB - Regional Sul 2

Por e-mail

Querid@s amig@s,

O mundo atual é duro para a maior parte das pessoas, mas não é o único mundo real, pois no seu seio se encontram as sementes potenciais de uma outra realidade. Cada um de nos tem o dever não apenas de sonhar com ela, mas também a co-responsabilidade de ajuda-la a nascer e a se desenvolver...

Feliz Natal para vocês e suas famílias!!!

Marcos Arruda / PACS

Por e-mail

ERRATA

É preciso esclarecer e pedir desculpas. Mãe Tatá (Altamira Cecília dos Santos) declarou "... Deus não tem religião e não precisa... mas ele não tem religião porque não precisa" (Tempo e Presença/308 - p.14). Foi atribuída a declaração equivocadamente a Mãe Estela.

A busca do elo perdido: teologia e revolução

Em pinceladas ligeiras o texto recupera a riqueza das quatro décadas passadas em que a teologia se fez carne no pensamento de alguns escritores cristãos e agitou a sociedade civil e as igrejas latino-americanas, produzindo santos revolucionários, fazendo mártires e parece ressurgir, ela, a teologia, ressuscitando mais lúcida a revolução

O Concílio Ecumênico Vaticano II inaugurou uma nova era para a Igreja Católica e, providencialmente, um novo momento de coexistência pacífica. A Igreja Romana abria-se ao diálogo e, abrindo-se ao mundo, viu penetrar em sua vida os debates, as aspirações e os conflitos próprios do momento histórico então vivido. Era um momento de contestação: nos planos da disciplina dogmática, da estrutura de poder nas igrejas, da moral sexual, dos direitos civis e da liberação das mulheres.

DESAFIOS ÀS IGREJAS

No mundo protestante, nesse mesmo período, nasce o movimento que ficou

conhecido como “teologia da revolução”. Ele se manifesta pela primeira vez na Conferência sobre Igreja e Sociedade, organizada em 1966 pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Tal pensamento teológico palmilhava as veredas agitadas dos anos de 1960, cujo emblema são as revoltas estudantis de 1968. Assim sendo, não pôde evitar os refluxos que se verificaram nos anos seguintes. Já na década imediata, saía de cena.

É oportuno insistir que nos anos entre 1966 e 1970 “revolução” significava contestação, revolta e violência. A maioria das discussões inspiradas na teologia da revolução abordavam, inevitavelmente, a questão da violência. A indagação fundamental era: somos contra ou a favor da violência?

No plano internacional, vale lembrar, vivia-se um período de distensão decorrente de algumas ocorrências marcantes, tais como: a morte de Stalin (1953); o XX Congresso do Partido Comunista soviético sob o comando de N. Krushev (1956); a revolução cubana (1959); e a eleição de J. Kennedy (1961). Tais ocorrências decisivas para a conjuntura mundial conduziram as igrejas a ter de enfrentar três grandes desafios.

O primeiro, o de reconhecer os povos latino-americanos, como sujeitos históricos da formação social cuja memória remonta aos tempos pré-colombianos. O segundo, a de optar entre reforma social ou revolução. A Guerra Fria encontrava-se em declínio, contudo, os confrontos entre cristãos

reformistas e progressistas não deixariam de ser intensos. O terceiro é o próprio modelo eclesiológico e o modo de entendê-lo no contexto das sociedades política e civil. O modelo de cristandade apoiado no Estado para realizar-se entra em crise e o novo modelo de uma “Igreja dos pobres” abre caminho.

É importante ressaltar a ambigüidade representada por essa abertura democrática que conferiu às igrejas grandes possibilidades de organização no âmbito popular. A crítica interna e institucional aos trabalhos de “base” e às teologias dele decorrentes iria, lentamente, debilitar a própria ação pastoral e permitir uma expansão sem precedentes das igrejas pentecostais e de novas denominações fundamentalistas. Desde então, a Igreja Católica Romana tem procurado equacionar essa questão por intermédio de uma dedicação especial aos movimentos espiritualizantes, em particular à chamada renovação carismática católica.

O FIM DE UM CICLO

O capitalismo dependente não se realiza plenamente sem a repressão generalizada, sem o desmantelamento das organizações da sociedade civil, sem a censura às artes e aos intelectuais, e sem a criação de um modelo anti-insurrecional. Basta examinar a sucessão de regimes de Segurança Nacional no continente: Brasil, (1964), Bolívia (1971), Uruguai (1973), Chile (1973), Peru (1975), Argentina (1976), e Equador (1976).

O ardor revolucionário foi mantido entre as elites estudantis e intelectuais, a partir do surgimento dos movimentos de guerrilha rural e urbana, sobretudo no biênio 1968-69. Desses movimentos participavam sacerdotes que contestavam tanto a estrutura eclesial quanto a estrutura social. São exemplos os Sacerdotes para o Terceiro Mundo na Argentina, Onis no Peru, e o movimento Golconda na Colômbia. Por volta de 1972, as guerrilhas já haviam sido desmanteladas em quase todos os países e as esperanças concentraram-se na Unidade Popular de Salvador Allende, no Chile (1970-1973). Em 1972, quatrocentos sacerdotes e leigos revolucionários fundavam o movimento Cristãos para o Socialismo. Com o golpe no Chile, desvanecia-se o sonho de uma transição democrática para o socialismo.

Por sinal, na América Latina, a temática da libertação já fazia parte das cogitações teológicas antes mesmo de Medellín. Juan Luiz Segundo no Uruguai, Gustavo Gutierrez no Peru, e Hugo Assmann no Brasil produziam reflexões nessa direção nos primeiros anos da década de 1960. Todavia, a expressão “teologia da libertação” só começa a destacar-se em Medellín (1968). Ainda em 1968, Rubem Alves, teólogo presbiteriano, defende sua tese doutoral em Princeton nos EUA com o título *Towards a Theology of Liberation* (os editores iriam preferir o título *Theology of Human Hope*). A despeito do fato de tratar-se de uma iniciativa de um coletivo de pensadores cristãos, Gustavo Gutierrez será considerado o fundador desse pensamento, devido a sua obra intitulada *Teologia da Libertação* (1971).

Ainda fortemente influenciada pelas inquietações pertinentes à teologia da revolução, em torno da utopia e do Reino, essa primeira geração de teó-

logos produzirá uma reflexão *extra ecclesiam*, aberta às relações ecumênicas. No entanto, uma nova racionalidade se impunha. Os esboços de um humanismo revolucionário cristão foram desmantelados pela crítica das ciências humanas e do marxismo. Nestas condições, foram inevitáveis as migrações bruscas da legitimidade cristã para a legitimidade marxista. No horizonte, buscava-se um marxismo cristianizado que seria enfim o verdadeiro discurso da libertação humana total.

DO ELO PERDIDO

O pensamento pioneiro de Rubem Alves e Gutierrez vai sendo paulatinamente substituído pela proposta dos irmãos Boff, com um recorte eclesiológico mais pronunciado e que privilegiava a práxis. O projeto revolucionário da primeira geração é convertido à proposta de uma Igreja popular que, ao lado dos partidos de esquerda, deveria empenhar-se na tomada do poder e na instauração de um projeto socialista. A revolução nicaraguense veio corroborar o esforço de construção dessa eclesiologia expressa nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

As CEBs no seu nascedouro foram potencializadoras do chamado “novo jeito de ser igreja”. Progressivamente, a pluralidade e a diversidade das CEBs, oriundas de sua inserção local e cultural foram sendo substituídas por uma orientação única nos planos ideológico e prático. Os encontros nacionais das CEBs eram o momento maior da uniformização ideológico-política e de uma prática eclesial, quando a tênue participação de assessores protestantes conferia um matiz ecumênico a um projeto hegemonicamente católico.

Os anos de 1980 são marcados pelo processo de abertura democrática. A

Benjamim buscava na teologia os elementos que permitissem pensar a revolução numa nova esfera de irradiação, numa nova escala, numa nova grandeza

sociedade civil volta a se organizar, os partidos políticos se reestruturam, surgem novos movimentos sociais. Contudo, trata-se de uma redemocratização que não atinge satisfatoriamente a realidade socioeconômica das maiorias empobrecidas. A par disso, a recessão, a queda do muro de Berlim, e a nova ordem mundial são fatores estruturais que apontam para situações totalmente inéditas na década seguinte. As muitas formas de espiritualidade com inspiração oriental, ou modalidades que simplesmente recuperam velhas crenças sob novas roupagens, evidenciam que os tempos estão a exigir uma nova espiritualidade.

O desafio para os anos de 1990 — quando o mercado tornou-se o cerne do pensamento e de prática social — é a retomada das grandes questões teológico-políticas inauguradas na década de 1960, reelaboradas nos anos de 1970 e que desembocaram na prática eclesial da década de 1980, o que se resume na busca do elo perdido entre teologia e revolução. Retomar sem preconceitos o papel da teologia, como num outro tempo adverso fez o filósofo Walter Benjamim. Para este pensador, a teologia servia também para restaurar a revolução que os revolucionários deixaram murchar. Benjamim buscava na teologia os elementos que permitissem pensar a revolução numa nova esfera de irradiação, numa nova escala, numa nova grandeza. Será diferente nos albores do novo milênio e do novo século?

Luís Odell

pioneiro e símbolo do ecumenismo

Há pessoas que encarnam, pela sua dedicação, compromisso e coerência, os sonhos e ideais que lhes marcaram as vidas. Constituem-se em símbolos que falam, inspiram e representam as utopias em que acreditam. Assim foi Luís Odell, leigo metodista, nascido em Rosário, Argentina, em 1912 e falecido em janeiro de 2000, na Espanha.

Desde a juventude, quando abraçou a fé cristã, com uma clara e profunda compreensão da dimensão social do evangelho e do chamado de Cristo à unidade dos cristãos, comprometeu-se com o movimento ecumênico. Foi um dos fundadores das organizações de jovens evangélicos, não só no seu país (Federação Argentina de Jovens Cristãos), como no âmbito latino-americano, e foi um dos pioneiros da União Latino-Americana de Juventudes Evangélicas (ULAJE). Em 1939 participou ativamente do Congresso Mundial de Juventude Cristã, em Amsterdã, Holanda.

Com a sensibilidade e a consciência de responsabilidade social da Igreja, Odell foi um dos organizadores da célebre reunião de Huampani, Peru, julho de 1961, que deu origem ao movimento de Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL), do qual foi o secretário-geral e grande líder de 1961–1969. ISAL contribuiu decisivamente para o surgimento de um novo

pensamento teológico e social das igrejas do continente e se constituiu em num centro de formação de quadros para o movimento ecumênico. Também Odell colaborou efetivamente para a criação da Unidade Evangélica Latino-Americana (UNELAM), que viria a transformar-se, a partir de 1978, no Conselho Latino-Americano de Igrejas CLAI, finalmente constituído em 1982. Sem sua pertinácia, coerência e convicção o movimento ecumênico não teria alcançado o significado que teve nos anos de 1960 e 1970 na América Latina. Foi um dos incentivadores e exerceu a presidência da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade (Genebra – 1966) sobre “As Revoluções Tecnológicas e Sociais e a Fé Cristã”, que marcam decisivamente o movimento ecumênico por várias décadas.

Odell sempre valorizou muito o papel das publicações para o ecumenismo. Diretor da Livraria Aurora de Buenos Aires e grande incentivador da revista *Cristianismo y Sociedad*, do ISAL, que se constituiu numa fonte marcante para o pensamento teológi-




Arquivo da família

co e social do continente. Era leitor assíduo de **TEMPO E PRESENÇA**, e constantemente enviava apreciações ao que se publicava. Tinha carinho e interesse muito grande pelas igrejas e pelas diversas expressões ecumênicas no Brasil. Durante o período da repressão da ditadura militar, Odell, com muita coragem, denunciou as violências praticadas e foi pessoa-chave para proteger muitos perseguidos políticos.

Acompanhou e cooperou sempre, mesmo depois de aposentado, com as atividades do Conselho Mundial de Igrejas. Pensava escrever suas memórias de sessenta anos de caminhada ecumênica.

Odell deixa a esposa Elena Hall, companheira de 62 anos, Elizabeth e Enrique (filhos) e quatro netos.

Caiu um homem de Deus, coluna do ecumenismo, mas sua memória e testemunho continuarão presentes, inspirando a vida de todos/as que comunham com os ideais da unidade e da alegria do compromisso com o Reino de Deus. 

Marginalização e proscrição

O movimento ecumênico fez florescer a doutrina da responsabilidade social que nutriu os cristãos dos três Mundos surgidos da Segunda Guerra. Esta divisão em três mundos foi como que o prelúdio à exclusão, mais presente no Terceiro, exclusão que se disseminou pelos demais até formar outro tipo de fronteira não mais geográfica, por trás da qual estão ficando os inúteis, os descartáveis, os proscritos — órfãos civis. Para além disso, eles acabam por mendigar bens simbólicos nos altares de uma religiosidade abençoada pelo deus-mercado

Em primeiro lugar é oportuno recordar que o assunto da responsabilidade social dos cristãos é uma criação dos anos de 1950. O movimento ecumênico internacional, perfilado ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) — organizado em 1948 —, nasce das cinzas da guerra, não só com a preocupação de reconstruir uma civilização arrasada como também preocupado para que não ocorresse um novo conflito generalizado, lembrando que a Segunda Guerra Mundial foi entre países considerados cristãos. Então as igrejas tomaram consciência de terem participado de um processo civilizatório que produziu uma civilização bélica, terrivelmente destrutiva, capaz até mesmo de destruir a si mesma e a todo o planeta. Foi necessário que os cristãos redescobrissem sua responsabilidade na prevenção de virtuais conflitos futuros, na reconstrução das nações e povos arrasados pela guerra de uma forma ou de outra, e principalmente na nova configuração geopolítica que nasceu da Segunda Guerra. Com ela nascem os assim chamados Primeiro Mundo, industrializado e rico; Segundo Mundo, integrado pelos países do bloco soviético; e o Terceiro Mundo, constituído pelos países pobres e dependentes. A par disso emerge a Guerra Fria, uma disputa ideológica entre os grandes blocos político-militares surgidos após a mesma guerra.

O NOVO FENÔMENO

ABRANGENTE: A EXCLUSÃO

Na atualidade, passados mais de cinquenta anos, a própria expressão Terceiro Mundo tornou-se equívoca. A internacionalização do mercado está traçando outro mapa-múndi. Os mapas que conhecemos, as fronteiras consagradas historicamente, começam a ceder espaço a outro tipo de fronteira. As fronteiras atuais são de ordem econômica. A lógica do sistema é uma lógica que não só impõe esses deslocamentos constantes das fronteiras, como também determina os limites da exclusão.

O importante é pensar naqueles que ficam atrás da linha traçada, nos que são descartáveis, inúteis, e até mesmo um obstáculo para a implantação exitosa do modelo. A maior parte dos povos da América Latina encontra-se entre os excluídos. Isto implica uma nova interpretação da realidade, uma transformação substancial no tocante à escolha do instrumental teórico para a compreensão do fenômeno. Disso decorre o clamor em torno à ética na política, nas relações de trabalho, nas relações entre os povos e grupos. Para as comunidades de fé conscientes, impõe-se uma ética de compromisso, de solidariedade radical.

Com isso acentua-se a dialética entre o eclesiástico e o eclesial. Em outra linguagem, por exemplo, a cien-

tífica ou a filosófica, pode ser a dialética entre instituição e movimento, e outros talvez preferissem entre religião e fé. Preferimos falar de eclesiástico e eclesial para aludir à dialética permanente entre a dimensão institucional da fé cristã, sem a qual esta não adquire expressão histórica, tornando-se assim imprescindível, mas, que não esgota a vitalidade, nem as funções ministerial e testemunhal do Evangelho. Portanto, essa dialética precisa ser mantida e cultivada. Só dessa maneira o cristianismo ultrapassa o limite de religião instituída e se torna uma autêntica proposta de vida, o seguimento de Jesus que, aliás, freqüentemente, contraria interesses institucionais.

Não se trata de opor-se às igrejas institucionalizadas pura e simplesmente, tampouco consagrá-las como protagonistas isoladas dos valores da fé cristã. Recentemente, no contexto das celebrações pelos assim chamados 500 anos de evangelização (da América Latina), essa temática veio à tona, na medida em que os analistas trataram as duas dimensões numa perspectiva não dialética, tornando a discussão insatisfatória. É necessário que reconheçamos que essa tensão dialética entre o eclesiástico e o eclesial é sadia e imprescindível, sobretudo quando se deseja estabelecer critérios de ação social, política e cultural dos cristãos.

Voltando ao leito principal, é oportuno recordar que nos últimos trinta anos as igrejas cristãs terceiro-mundistas preocuparam-se com a exploração e a marginalização. Os avanços tecnológicos aplicados à produção in-



**A questão reside hoje
não na exploração mas
na exclusão, na
"descartabilidade", que
se consubstancia nas
taxas crescentes de
desemprego no plano
mundial. Multiplicam-se
os contingentes humanos
que não fazem diferença
nem para o bem nem
para o mal; pois o
sistema funciona muito
bem sem eles**

dicam que o atual sistema poderá vir a prescindir até mesmo da espoliação dos trabalhadores. A questão reside hoje não na exploração mas na exclusão, na "descartabilidade", que se consubstancia nas taxas crescentes de desemprego no plano mundial. Multiplicam-se os contingentes humanos que não fazem diferença nem para o bem nem para o mal; pois o sistema funciona muito bem sem eles.

Entretanto, o sistema vai abandonando a legitimação religiosa convencional, tão cara e estratégica em outras épocas, principalmente por parte das religiões tradicionais. A par disso, porém, um componente constitutivo da lógica sistêmica é a eliminação das funções clássicas do Estado. A função moderadora, de árbitro e de garantir

que as diferenças sociais não fossem profundas, essas que constituíram a vocação e a razão de ser do Estado liberal, vão sendo eliminadas pelo modelo econômico que se configura mundialmente. Por tudo isso a palavra de ordem é privatização.

À proporção que o Estado vai perdendo suas funções e sua legitimidade, nasce entre as massas um sentimento que denominamos "orfandade civil". Isto porque as maiorias empobrecidas depositam sua confiança no Estado sobretudo no que se refere à seguridade social, previdência e uma série de outras garantias e direitos. Quando se dão conta de que o Estado não irá cumprir tais funções, e as está passando para as mãos de particulares, sentem uma profunda insegurança em relação ao futuro.

Qual será o futuro em mãos de interesses privados, em geral obscuros? Para compensar essa eliminação gradativa das funções estatais de prover segurança ao conjunto da população, fornecer serviços essenciais, e garantir direitos fundamentais, faz-se necessário um substitutivo. Este tem sido a religiosidade. A orfandade civil neste caso, se não eliminada, pelo menos pode ser minimizada.

A segurança perdida no plano objetivo passa ao subjetivo, para o domínio simbólico. Essa é a única religiosidade que interessa ao sistema: a que é apta a oferecer compensações à insegurança causada pela mudança de funções do Estado. Disso decorre, entre outros fatores, o êxito das propostas religiosas calcadas na oferta incen-

A segurança perdida no plano objetivo passa ao subjetivo, para o domínio simbólico. Essa é a única religiosidade que interessa ao sistema: a que é apta a oferecer compensações à insegurança causada pela mudança de funções do Estado


sante de bens simbólicos. Essas são as religiões que o deus-mercado abençoa, posto que não criam problemas. Não elaboram propostas de intervenção profética e, mesmo quando retoricamente rechaçam o sistema, podem tornar-se um dócil instrumento dos interesses dominantes. Comportam ainda a vantagem adicional de prover a estabilidade psicológica de que as massas necessitam em face do futuro incerto.

ESTIMATIVAS

Ao longo da década de 1990, fomos vítimas do neoliberalismo em sua versão terceiro-mundista e, neste momento, não dispomos de nenhum projeto alternativo de desenvolvimento econômico para a América Latina. Não obstante, existem muitas intuições e várias propostas em gestação. Entretanto, a maioria dos pensadores sublinha que, seja qual for a opção a ser formulada, ela dependerá de fator incontornável:

a unidade e a integração latino-americanas. Isto porque sem essa integração não conseguiremos resistir à avalanche que o modelo dominante representa.

Às comunidades de fé e a todas as forças democráticas cabe apoiar os movimentos e pessoas empenhadas nesse esforço de produzir alternativas, todavia devem ir ainda mais longe: contribuir no sentido de que o maior obstáculo à integração possa ser suplantado. Este, em sua origem, não é de ordem política nem econômica, mas, de natureza cultural. Não conseguimos integrar-nos porque somos culturalmente muito distintos e todas as culturas, lamentavelmente, comportam grandes doses de preconceito.

A superação desses preconceitos, ou seja, a busca de formas de interação cultural, é o grande desafio que se apresenta aos latino-americanos em geral, e às comunidades de fé em particular. Sabe-se que o campo específico de luta, torna-se cada vez mais o campo do simbólico, onde os valores e os antivalores são plasmados. 

Ascensão e crise do movimento

O movimento ecumênico teve presença matricial e martirial nas Entidades Ecumênicas de Serviço e em muitas Organizações Não-Governamentais; foi solidário nelas e manteve-se fiel aos valores do Reino, apesar de muitas delas assimilarem indesejáveis reducionismos. Entretanto, esse mesmo movimento ecumênico, quase cinzas em meio a crises, manteve-se fiel ao "princípio protestante" — herança e tesouro da fé comum a tantos

Os cenários estrutural e conjuntural tornam imperioso que realizemos um balanço avaliativo de nossa trajetória ecumênica nos últimos trinta anos com rigor, honestidade, profundidade e até às últimas consequências. Referimo-nos particularmente à trajetória das Entidades Ecumênicas de Serviço (EESs) e das Organizações Não-Governamentais (ONGs), que nas últimas décadas, desempenharam um papel relevante no plano da sociedade civil, tanto na resistência contra o autoritarismo, quanto no apoio aos movimentos sociais e populares, e ainda no esforço de elaboração e implantação de um

projeto democrático compatível com as necessidades das maiorias empobrecidas do Brasil e do Continente.

Esses organismos, juntamente com outras forças democráticas, e sob diferentes motivações fundantes, acumularam uma experiência preciosa e estiveram presentes nos momentos mais graves da história latino-americana e brasileira no período em apreço. Essa presença tem sido marcada pela solidariedade e pelos ideais libertários e fraternos. Contudo, o atual momento está a exigir uma redefinição de posturas, diretrizes e orientações de tamanha envergadura que mesmo a questão da identidade, bem como a das estratégias, mostram-se em tela de juízo.

Por tudo isso, as reformulações tornaram-se inadiáveis. Vale ressaltar que, na América Latina em geral e no Brasil em particular, durante um longo período, verificou-se uma convergência de ações e de interesses entre os movimentos sociais, organismos de assessoria e a chamada pastoral popular; esta última espaço preferencial de referência das EESs, assim como de algumas ONGs. Na maioria dos casos, deu-se até mesmo uma verdadeira "simbiose" entre essas organizações.

No caso brasileiro, isso se deveu ao fato de que, durante os tempos mais difíceis do regime ditatorial, as pastorais especializadas da Igreja romano-católica (sob o influxo da conferência de Medellín — 1968) converteram-se num espaço de militância, organização

e mobilização, num país onde todos os espaços políticos estavam sob censura. É oportuno registrar a colaboração quase invisível do movimento ecumênico internacional nesse período, sobretudo no tocante à defesa dos direitos humanos nos países do Cone Sul. Dito movimento iniciou suas gestões muito antes de as pastorais católicas serem organizadas. Essa presença ecumênica deu-se graças à participação de protestantes alinhados ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI) na gênese de várias organizações de serviço ecumênico de âmbito nacional e continental.

Assim, pode-se constatar que durante o período ditatorial foram estabelecidas alianças táticas de partidos e organizações de esquerda com setores das igrejas cristãs. Disso decorreu uma defasagem de intenções, ou seja: do lado dos cristãos prevaleciam os valores ecumênicos — com ampla base bíblico-teológica — que estimulavam as alianças em favor de causas humanitárias e libertárias, e do outro, uma perspectiva meramente pragmática. O movimento ecumênico, as pastorais e as EESs, ainda hoje colhem os frutos desse desencontro.

O mais grave é terem sido as pastorais gravemente prejudicadas por reducionismos antropológicos e culturais; pelo ativismo inconsequente; pelo sectarismo político; pelo atrelamento partidário; pelo patrulhamento ideológico; e o mais grave: o reducionismo utópico, que consiste não só na con-

ecumênico



Martha Braga

sagração incondicional de certos modelos políticos, como na identificação da categoria teológica do Reino de Deus com projetos históricos contingentes e específicos.

Um traço comum às EESs e às ONGs é o fato de serem financiadas por agências de cooperação — eclesásticas e/ou ecumênicas em sua maioria — sediadas no Primeiro Mundo. Por estarem situadas nas metrópoles imperiais, elas não poderiam passar incólumes às transformações estruturais em curso no plano mundial.

DA NOVA ORDEM

Pelo que tudo indica, as esquerdas encontram-se distantes da formulação de um novo modelo paradigmático de ação política, após a debacle do assim

chamado socialismo real. Este último fracassou como modelo econômico, político e utópico; ressalvadas as pressões internacionais, que não permitiram que realizasse plena e satisfatoriamente suas estratégias em virtude da ameaça militar permanente. Contudo, constata-se que da dissolução do império soviético decorreu um constrangimento generalizado dentre aqueles que nele buscavam uma forma acabada de pensar que caracteriza as macroideologias, pretensamente capazes de abarcar a totalidade da condição humana.

Em decorrência do fim do socialismo, a década de 1990 foi projetada como uma espécie de “idade do ouro” do capitalismo. Todavia, isto também significa um novo conjunto de dificul-

dades para a maioria dos países do eixo Sul-Sul. Caso não haja mudanças substanciais, rápidas e profundas no plano nacional e no das relações internacionais, muitos deles irão mergulhar num estado crítico. Por sinal, mesmo que tais mudanças venham a se efetuar o quadro será sombrio.

A título de síntese podem ser enumerados como os principais fatores de alteração no quadro planetário, os seguintes:

- Aceleração tecnológica e seu corolário imediato — a reestruturação produtiva.
- A formação de corporações estratégicas juntamente com megaconglomerados.
- A criação de macromercados e redefinições político-estratégicas.

O empenho na busca por
segurança conduz os
seres humanos a
anuírem a instituições,
pessoas e grupos que
reclamam, de uma forma
ostensiva ou sutil, uma
sacralidade

- A criação de megaestados e o nascimento de novas elites orgânicas globais.
- A emergência de macrossociedades transfronteiriças.
- Reformatação do conceito de Estado nacional.

NOTAS TEOLÓGICAS

Na leitura teológica dessas realidades, que deve nortear a intervenção das EESs, o que desponta é a necessidade do cultivo e da explicitação de uma espiritualidade, vivida em meio à diversidade cultural circundante. Tal espiritualidade teria como traço principal o de estar atenta a três eixos temáticos recorrentes: o Reino, o *kairos*, e a idolatria.

A busca da implantação dos sinais do Reino, passa pela transgressão das ortodoxias que se auto-intitulam portadoras da verdade. Traduz-se pela tensão vivida histórica e concretamente entre magistério e carisma, entre lei e profecia. O Reino realiza-se também no aqui-e-agora das existências, no tempo presente, no tempo oportuno. Entre outros aspectos, isso implica um comprometimento genuíno com o

“tempo que se chama hoje”, com todos os seus perigos.

Para os cristãos a questão fundamental é como se vive o cotidiano, conferindo-lhe significado, sentido e futuro. O grande desafio que se renova a cada geração é como responder às “preocupações últimas da existência”. Isto significa estar ciente de que a prática de cada um será determinada pela sua opção fundamental — “onde estiverem as suas riquezas”... (Mateus 6.21). O tempo oportuno é vivido no confronto direto com os obstáculos demoníacos que tentam impedir a plena realização das pessoas humanas segundo a imagem e a semelhança do Criador. O tempo oportuno — *kairos* — é vivido na provisoriedade histórica, mas sob o influxo da perenidade do Reino.

O empenho na busca por segurança conduz os seres humanos a anuírem a instituições, pessoas e grupos que reclamam, de uma forma ostensiva ou sutil, uma sacralidade intrínseca. A isto, em linguagem teológica, denomina-se “idolatria”. Nela, o silêncio da provisoriedade é substituído pelos brados do pretensamente definitivo, daqueles e daquilo que se deseja o critério único, indivisível, imutável e único.

Esses três elementos respondem por todo o desafio espiritual da teologia em todos os tempos e lugares. Em síntese, como se vivem os sonhos, a utopia do Reino, e como se efetivam no tempo oportuno (*kairos*) esses sonhos iluminados pela grande utopia; e como estamos constantemente tenta-

dos a escorar nas falsas seguranças (idolatria) que desejam substituir a provisoriedade do viver e do lutar. Essas formam o substrato das questões últimas às quais a teologia cristã é conclamada a responder.

Encontra-se em curso um processo idolátrico em nível mundial. É a idolatria do mercado irrestrito, que impede a prioridade de metas sociais e se autoconsagra como a melhor e única saída para o bem comum. Por isso, a questão da dignidade humana deve situar-se no âmago do pensamento teológico comprometido. Para a teologia latino-americana isso implica um aprofundamento dos princípios singulares que lhe deram surgimento. Indubitavelmente, uma das linhas-mestras desse aprofundamento impostergável reside na hermenêutica teológica dos conteúdos religiosos implícitos no modelo econômico dominante.

A sabedoria teológica tem indicado que diante do futuro incerto e tenebroso; do refluxo dos movimentos; da dissolução das certezas; e da presença das diferentes modalidades de neoconservadorismo; a produção de conhecimento teológico e sobretudo a práxis pastoral e política dos cristãos terceiro-mundistas, não poderá dispensar a contribuição inestimável do “princípio protestante”: a rejeição de todas as estruturas e formas religiosas e seculares que se proclamam intrinsecamente sagradas. Felizmente, esse princípio nunca foi propriedade das instituições eclesiais evangélicas, mas pertence ao tesouro comum da fé bíblica cristã. ☩

Mercado total: holocausto encoberto

A gana dos nazistas levou milhões à morte. A gana dos megaconglomerados aliada à força dos grandes bancos internacionais proclama seu deus, um deus que exige o sacrifício de milhões de vidas e regiões inteiras, excluídas da produção e do consumo — um holocausto bem mais abrangente

Quando se fala em crítica teológica da economia política, faz-se necessário um levantamento de questões e advertências. Podemos afirmar que se trata de um salto de qualidade num contexto de necessárias e inadiáveis reformulações na esfera do pensar teológico latino-americano; isto no quadro das monumentais transformações em nível planetário, em consequência da chamada terceira revolução industrial.

CONTEXTO

Dessa revolução decorre uma mobilidade maior das fronteiras, ou seja, elas já não mais correspondem às delimitações geográficas estabelecidas pelos estados soberanos. Doravante, as fronteiras serão estabelecidas consoante à dinâmica do mercado total. Acrescen-

te-se a isso o fim da Guerra Fria, do império soviético, o surgimento dos megaconglomerados econômicos, assim como as novas associações, periódicas ou permanentes, entre as forças militares dos países mais ricos, como no episódio da guerra do Golfo Pérsico.

Se estamos nos referindo a uma radical mudança no papel do Estado nas relações econômicas, particularmente no Terceiro Mundo; falando de mudanças geopolíticas em virtude de uma nova divisão internacional do trabalho; e no ressurgimento de conflitos étnicos, culturais e religiosos em decorrência de uma integração compulsória no plano macro; estamos falando rigorosamente numa nova ordem internacional, nascida da atual etapa do capitalismo.

A fase atual do capitalismo leva o nome de neoliberalismo. Neste sistema afirmam-se o fim das ideologias e a não-existência de alternativas. Tal ênfase produz um tipo de mentalidade demoníaca (profundamente ideologizada!), posto que pretende-se onipresente e falseia radicalmente a realidade. Esse sistema também produz uma concepção perigosamente totalitária, ao exigir de todos completa submissão e temor, ao modo de um deus terrível.

Com efeito tal sistema dispensou a legitimação religiosa, pois dispõe de formas próprias de fazê-lo que incluem, em si mesmas, dimensões reli-

giosas. O sistema considera-se pleni-potenciário e possui sua própria “escatologia”: o mercado total. Este é apresentado como a única possibilidade de solução para todos os problemas humanos, ou seja, uma espécie de “reino do deus-mercado”.

Porém, para que se instaure o “paraíso” da abundância e do consumo irrestritos, é preciso garantir a sobrevivência dos mais aptos e a exclusão dos pobres e incapazes. O sacrifício de milhões de pessoas e regiões inteiras em todo o planeta é concebido como uma “etapa necessária” para que se realizem os sonhos do mercado total. Assim, os empobrecidos ficam excluídos tanto dos resultados quanto do próprio processo produtivo.

Não se pode esquecer que a fé bíblico-cristã nasceu do anúncio de Jesus, o Cristo, cuja mensagem central expressou-se desde sempre por um símbolo histórico e econômico: o Reino de Deus. Por conseguinte, teologia e economia jamais estiveram distantes, salvo nas versões “espiritualizantes” do cristianismo, lamentavelmente, numerosas e recorrentes.

ADVERTÊNCIAS

Primeiramente constatar que se encontra em curso um combate entre instâncias que reivindicam sacralidade. Teologicamente, diz-se que há uma profusão de ídolos buscando ocupar o lugar que só pertence ao verdadeiro Deus. Considerando-se que tais ídolos

PERFIL DA POPULAÇÃO

ELITE	7 milhões (7,3%)
BATALHADORES	2 milhões (2%)
REMEDIADOS	13 milhões (13%)
DESLOCADOS	15 milhões (15%)
EXCLUÍDOS	63,6 milhões (63%)
Pobres	15 milhões (15%)
Despossuídos	24 milhões (23%)
Miseráveis	25 milhões (7,3%)

	Sexo e Idade		Escolaridade					Renda (R\$)		Região			
	Masculino	Feminino	Idade média (anos)	Até 1º grau	2º grau	Superior	Pós-graduação	Familiar média	Individual média	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte/Centr-Oeste
ELITE	53%	47%	36,5	0%	25%	67%	8%	3.724	1.601	63%	16%	11%	9%
BATALHADORES	59%	41%	40,2	65%	35%	0%	0%	3.943	1.539	61%	15%	13%	11%
REMEDIADOS	53%	47%	37,9	54%	46%	0%	0%	1.692	624	55%	16%	18%	11%
DESLOCADOS	49%	51%	32,3	0%	83%	16%	1%	756	394	49%	18%	22%	11%
EXCLUÍDOS	49%	51%	40,1	87%	13%	0%	0%	403	207	37%	15%	34%	15%
Pobres	55%	45%	39,2	91%	9%	0%	0%	752	377	56%	20%	13%	11%
Despossuídos	48%	52%	34,9	72%	28%	0%	0%	350	183	35%	14%	36%	16%
Miseráveis	48%	52%	45,7	100%	0%	0%	0%	234	131	27%	13%	45%	16%
TOTAL	50%	50%	38,4	64%	28%	7%	1%	907	413	43%	15%	28%	13%

Base: 100,8 milhões de pessoas

Fonte: Folha de São Paulo 26/9/1998.

Teologia e economia
jamais estiveram
distantes, salvo
nas versões
"espiritualizantes"
do cristianismo,
lamentavelmente,
numerosas e
recorrentes

exigem o sacrifício de vidas humanas em troca de benesses que prometem, estamos enfrentando uma ofensiva satânica de proporções colossais. Toda essa idolatria tem como substrato o deus-mercado com suas pretensões absolutistas e globalizantes.

Ademais, o deus-mercado infiltra-se sub-repticiamente em todas as formas religiosas, sobretudo entre aquelas em que subsistem princípios doutrinários de retribuição e prosperidade. Nessas formas religiosas, cristãs ou não, prevalecem como tônica a insen-

sibilidade social e o fatalismo, que, na prática, desembocam numa adaptação à nova ordem. Nesse quadro a temática das representações da divindade merece um destaque todo especial. Avoluma-se um intercurso pragmático de símbolos, intercurso esse que busca encobrir o fator comum das religiosidades adaptativas, resultantes do ajuste neoliberal. Neste particular, até mesmo os fundamentalismos que tendem a inventar projetos políticos peculiares não fogem à regra.

Reiteradas vezes nas escrituras ju-

daico-cristãos os sacrifícios ritualísticos de animais são colocados em plano secundário e até mesmo enfaticamente rejeitados, como no caso da literatura profética. Os sacrifícios humanos sequer são cogitados. O Deus bíblico abomina os sacrifícios rituais quando estes não são expressão de uma comunidade onde a justiça predomina nas relações sociais. Portanto, no atual momento histórico, assistimos a um

MARCHA AMERICANA

“Em Belém, resolvemos que nossa caminhada tem que continuar e não apenas no sentido figurado. Assim, posicionamo-nos favoravelmente à realização de uma grande “Marcha Americana” que, saindo simultaneamente do Canadá e do Brasil, percorrerá diversos países do continente, estimulando e incorporando diversas lutas e manifestações locais, agregando um número cada vez maior de companheiros e companheiras. O ponto de chegada e de encontro deve ser em Ciudad Juarez, na fronteira mexicano-estadunidense, onde está o odioso muro de metal, protegido por helicópteros, guardas e cães, separando simbolicamente a opulência dos ricos e a miséria dos pobres no nosso continente, incluindo os próprios EUA e o Canadá. Para que a história reencontre seu curso esse muro deve cair. Num ato com milhares de participantes de diversas nacionalidades celebraremos nossa unidade e deixaremos bem claro que o mundo precisa girar de outra maneira. Esse acontecimento de repercussão mundial significará um gigantesco passo na nossa luta. Uma jornada repleta de desafios vencidos pela luz de nossas bandeiras e dos nossos corações”.

II Encontro Americano Pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo
Por e-mail
www.encontroamericano.com.br

No atual momento histórico, assistimos a um embate entre o Deus que é amor e um deus sacrificialista, este último camuflado na lógica sistêmica

embate entre o Deus que é amor e um deus sacrificialista, este último camuflado na lógica sistêmica.


Pode-se afirmar que as formas de dominação passam hoje muito mais pela simbólica, veiculada pelos *mass media* do que pelos expedientes mais tradicionais e conhecidos. Usando uma linguagem teológica, pode-se dizer que o deus-mercado possui seus próprios recursos religiosos. A “teologia” do deus-mercado é o conhecimento científico-tecnológico, tido por muitos como apto a solucionar todos os problemas humanos. Essa “teologia” é anunciada pelos “evangelistas” credenciados — os meios de comunicação de massa. Não faltam também os “sacerdotes”: executivos, economistas e políticos alinhados.

Mais do que nunca é preciso atualizar as palavras do Mestre quando afirmou: “Meu Reino não é deste Mundo”. As ortodoxias têm interpretado essa expressão em termos espaciais. Na verdade, Jesus falava a respeito da natureza do Reino que anunciava. Este Reino jamais se imporia pela força das armas, nem pelo convencimento intelectual, nem pelos sinais e prodígios, nem pelo prestígio

político e, muito menos, pelo poder econômico.

Em vez de confrontar as dominações religiosa e política que vitimavam seu próprio povo, indo desse modo ao encontro das expectativas messiânicas da época, Jesus preferiu transgredir pedagógica e publicamente os valores ou antivalores que davam suporte a essa dupla dominação. Com isso criou o paradigma evangélico da proscricção, a nosso ver o mais compatível com os desafios que a agenda do mundo apresenta aos cristãos terceiro-mundistas na atualidade. Hoje, configura-se como ato profético afirmar a dignidade e a solidariedade humanas. O sistema considera ambas como sérios empecilhos a que a “mão invisível” do mercado realize sua obra de organizar as relações econômico-sociais, e de conduzir ao bem comum.

UMA CONCLUSÃO

Vale lembrar que o Reino permanece como a grande reserva utópico-escolástica que inspira e anima todos os esforços pastorais genuínos. Nas últimas décadas não poucas vezes, o Reino foi confundido com projetos históricos contingentes, levando muitos à frustração. Assim, tornou-se imprescindível no plano ecumênico e libertário uma crítica teológica da economia política por todos aqueles que se desejam fiéis ao Evangelho e ao compromisso radical com os valores humanitários e, por isso mesmo, buscam uma ética e uma práxis conscientes e voluntariamente contrárias à lógica sistêmica. 

Perspectiva teológica na proscricção: esboço

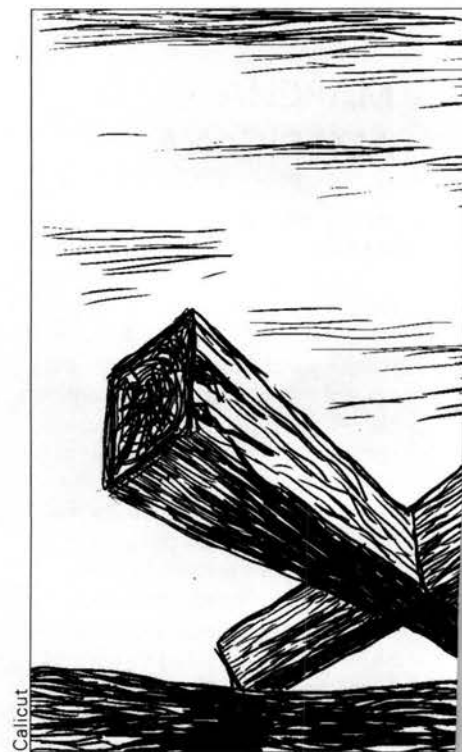
No exílio, na perseguição, na fuga aos algozes escreveu-se uma teologia voltada para a fé e o amor comprometidos. A Igreja Popular fez como que uma releitura imediatista dessa mesma teologia.

A incrível ascensão do poder econômico aquecida pelas crises das esquerdas e do socialismo real, e a leitura mais uma vez das vozes do Cristo nos levam a ser, com ele, nele e por ele, proscritos

TEOLOGIA "EXTRA-IGREJA"

Nestes momentos de "crise teológica" nunca é demais buscar novos caminhos a partir da redescoberta dos que já trilharam as mesmas buscas e verdades. A teologia latino-americana foi marcada por duas gerações de pensadores. A primeira surge na segunda metade dos anos de 1960 quando teólogos da envergadura de Rubem Alves (presbiteriano), Gustavo Gutierrez, Juan Luiz Segundo (católicos), Miguez Bonino (metodista) e outros, produziram o pensamento que veio a ser denominado Teologia da Libertação. Uma teologia escrita em momentos de exílio, de perseguição e de êxodo. Uma teologia "extra-igreja", no sentido de que os grandes temas teológicos — salvação, evangelização, profecia... — procuravam situar ecumenicamente a teologia numa América Latina perseguida e torturada.

Nesse contexto a utopia e as críticas política e social apontavam para os compromissos de fé e de amor dos cristãos latino-americanos. Lentamente, no processo de transição democrática, esses teólogos foram sendo censurados como "existencialistas", "poéticos", e assim surge uma segunda geração mais pragmática, com uma produção "intra-igreja" (romano-católica) e que introduziu uma espécie de



"teologia da libertação aplicada e aplicável", circunscrita dessa maneira ao imediatismo político próprio dos anos de 1980.

Foi o período de configuração da então chamada Igreja Popular, hegemonicamente católica, na qual conferia-se ao marxismo a condição de única racionalidade capaz de iluminar a nova teologia pastoral, bem como o discurso e a prática das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Estas tornaram-se o braço avançado da inserção

te. Os cristãos latino-americanos em particular e os terceiro-mundistas em geral, ingressaram na década de 1990 cômicos de que se fazia imprescindível uma reformulação do pensamento teológico em face das extraordinárias transformações nos planos mundial e nacional.

Mais uma vez o ensinamento do apóstolo Paulo estava diante de todos: "Não se amoldem às estruturas deste

mundo, mas transformem-se pela renovação da mente a fim de distinguir qual é a vontade de Deus" (Romanos 12.2); assim como a contribuição e as intuições da primeira geração de teólogos que apontavam para a grande utopia do Reino e para a contingência dos modelos políticos.

Segundo os evangelhos, a experiência do Cristo, no que tange aos poderes e normas estabelecidas, realiza-se por intermédio de duas vertentes: a da utopia e a da irreverência. Esta bidimensionalidade resultou na proscrição dele. Toda a prática do Cristo acontece no aqui-assim-agora, no instante-que-passa, no qual, segundo o Eclesiastes, Deus se revela: "O que foi já é, o que é já foi e Deus está no instante que passa" (Eclesiastes 3.25). É nesta perspectiva que devemos construir um pensamento teológico na proscrição.

O proscrito é aquele que rompe o cerco da alienação e da massificação, por meio da proclamação incondicional da utopia e pela atitude irreverente perante os falsos poderes e as falsas seguranças que conduzem à idolatria. O Cristo dos evangelhos é acusado de "sedutor" e de fazer coisas "ilícitas", tais como curar no sábado e reinterpretar a paternidade divina. Ele comia e bebia com fariseus, andava com mulheres, acolhia prostitutas, e transformava água em vinho numa festa de casamento em que os convidados já haviam bebido bastante. Ademais, rearticulou o sentido da Páscoa judaica, anunciando sua morte e ressurreição e o caminho a ser seguido pelos discípulos.

UTOPIA E IRREVERÊNCIA

Em todos os seus atos de irreverência para com a religião e os costumes ar-

O proscrito é aquele que rompe o cerco da alienação e da massificação, por meio da proclamação incondicional da utopia e pela atitude irreverente perante os falsos poderes e as falsas seguranças que conduzem à idolatria

do catolicismo nos setores organizados das classes populares. Nesse quadro, como não poderia deixar de ser, o socialismo era a meta por excelência a ser atingida como resultado indiscutível do engajamento (inclusive político-partidário) dos cristãos de base.

No entanto, com a crise do socialismo real, os percalços das administrações públicas de esquerda, a ascensão do neoliberalismo e da razão cínica brasileira, essa segunda geração de pensadores foi golpeada frontalmen-



Em todos os seus atos de irreverência para com a religião e os costumes arraigados de sua época de que nos falam as narrativas evangélicas, o Cristo apontava para o Reino onde haveria plenitude de Vida e de Amor



raigados de sua época de que nos falam as narrativas evangélicas, o Cristo apontava para o Reino onde haveria plenitude de Vida e de Amor. Nesse particular, por sinal, Jesus inscreve-se na tradição profética, ao modo do projeto utópico apresentado por Isaías: “Ninguém construirá para outro morar, ninguém plantará para outro comer, porque a vida do meu povo será longa como a das árvores, meus escolhidos poderão gastar o que suas mãos fabricaram” (65.22). Além disso, todo o tempo, Jesus sublinhava o risco de se estar vivo e de se viver confiado apenas na misericórdia divina.

Por conseguinte, pode-se dizer que o proscrito é aquele que procura a radicalidade de sua existência, consciente de que o verdadeiro gênesis não está no princípio mas no fim (Ernst Bloch), e que se inicia quando a sociedade e a existência se tornam radicais, ou seja, quando atingem as suas ver-

dadeiras raízes. “No seu *Princípio da Esperança*, afirma Bloch: A raiz da história é o homem, trabalhador, criador, transformador e superador das realidades dadas. Quando ele tiver alcançado e tiver suas coisas fundamentais sem exteriorizações, nem alienações, numa democracia real, surgirá no mundo algo que a todos aponta para a infância e em que ninguém esteve ainda: a pátria.”

Como não compreender essa “democracia real” e esse “lar” como o “reino da liberdade” que, segundo Marx, só aconteceria quando findasse o trabalho determinado pela necessidade e pela obrigação exterior e que, portanto, só se encontra para além da produção material?

RESGATAR O RISO

A par disso, vale registrar, a teologia na proscricção deve resgatar e valorizar o riso como parte dos atos criadores dos seres humanos. No século II, até mesmo a criação do mundo era atribuída ao riso divino: “Quando Deus riu, nasceram os sete deuses que governam o mundo (...), quando ele começou a rir apareceu a luz (...) ele começou a rir pela segunda vez e tudo era água (...) na sétima vez ele riu e apareceu a alma” (M. Bakhtin — *Rabelais e a história do riso*). A irreverência e a alegria de criar nos aproxima de Deus e, como afirma Aristóteles “o homem é o único ser vivente que ri” (*De partibus animalium*, livro III, capítulo X).

Contudo, alguns Pais da Igreja condenaram o riso que era entendido por eles como emanção do diabo (cf. Tertuliano, Cipriano e João Crisóstomo). Talvez por isso existam os “tristes cristãos”, sempre desconfiados com as pessoas risonhas e irreverentes, sonhadoras e utópicas? Sobretudo aquelas que profetizam, criticando as formas e moldes apresentados como definitivos nos planos ideológico e político?

Em suma, aqueles que assumem a proscricção, incorporam a utopia e a irreverência e assumem, ao mesmo tempo, os paradoxos da existência humana nos seus limites. Por meio de uma ação cultural, buscam colocar a público as máscaras sociais no confronto permanente com as diversas expressões do preconceito; ao afirmar a misericórdia e o acolhimento; e sem temer as rupturas, desde que contribuam para a implantação dos sinais do Reino, por meio do empenho em favor da disseminação de uma cultura genuinamente democrática e libertária. Portanto, vivem segundo os ensinamentos bíblicos: “vivendo como se vissem o invisível” (Hebreus 11.27); “tristes, mas sempre alegres, pobres mas enriquecendo a muitos, nada tendo, mas possuindo tudo” (2 Coríntios 6.10); e sobretudo cientes de que “não temos aqui a nossa pátria definitiva mas buscamos a pátria futura” (Hebreus 13.14).



À procura do pai

Um olhar teológico sobre o filme "Central do Brasil"

Tereza Cavalcanti

Salvação, presença de Deus, exclusão e justiça, entre outros, são elementos observados no filme *Central do Brasil* e que levaram a autora deste artigo a vê-los na perspectiva teológica. Um olhar mais atento, e com as pistas aqui apresentadas, permite percebê-los na caracterização dos personagens e nas diferentes posturas que adotam no decorrer da trama

O que o filme *Central do Brasil* tem a ver com a teologia? À primeira vista, muito pouco: há um caminhão de romeiros, cenas de uma festa religiosa, com manifestações de fervor e êxtase em meio a imagens de santos, velas e votos de milagres... Mas isso tudo não é mais que cenário, pano de fundo da ação em um momento do filme.

Num olhar mais atento, nota-se que os membros da família do garoto Josué são todos chamados com nomes bíbli-

cos: Jesus, Ana, Josué, Isaías, Moisés. Até aquele que foi confundido com o pai do menino se chamava Jessé, e sua mulher, Maria. Isso não será por simples acaso. Seria como um aceno do diretor aos espectadores. Faz refletir.

Aprofundando mais um pouco nossa percepção sobre o filme, vemos que ele se caracteriza por um roteiro, ou seja, um itinerário, e um tema, que sempre volta como o tema de uma sinfonia. O roteiro é o caminho da busca do pai — uma questão profundamente teológica. O tema são as cartas, um tipo de escritura — outro “gancho” com a teologia. Vejamos um pouco a riqueza dessas duas temáticas numa perspectiva teológica.

AS CARTAS

Central do Brasil começa e termina com o ato de escrever cartas. A expres-

são do rosto das pessoas ditando suas palavras é eloquente por si mesma e talvez seja um dos aspectos mais belos do filme. São

cenas reais, não ensaiadas. Ali se percebe que por trás da carta está a busca do contato. Contato humano, visceral, efetivo, existencial... É em busca desse contato que o itinerário do filme nos leva.

Numa sociedade em que a comunicação atingiu um desenvolvimento

espantoso, com a Internet, o rádio, a TV, as telecomunicações, etc., talvez a carta tenha perdido algo da magia que tinha e tem ainda hoje no interior do nosso país. O filme recupera essa magia.

Mas quando se fala em teologia, a carta é interpretada como texto. Texto escrito, a ser lido e interpretado com uma metodologia adequada. Ao ler um texto bíblico, por exemplo, escrito há dois mil anos ou mais, a teologia utiliza uma metodologia apropriada, tentando ver quem foi o autor (ou autora), em que época e em que contexto escreveu, quais os intermediários (“escribas” naquela época, que correspondem, de certo modo, à escrevedora do filme hoje), quais os destinatários, etc. Esse estudo pode se especializar e se estender ao infinito.

Num segundo momento, o texto passa a ser encarado sob outra ótica, como um texto em si mesmo, um discurso regido pelas regras da linguagem, internas ao próprio texto. Então ele pode ser interpretado a partir do modo como repercute em nós, leitores e leitoras de hoje. Nesse caso, aquele texto adquire independência dos seus escritores e destinatários originais, torna-se uma palavra que “bate” em nós e provoca outra palavra. É neste sentido que estou aqui interpretando o filme de Walter Salles Junior: como uma mensagem, uma “carta” que, ao repercutir em mim, me provoca outra “carta”, outro discurso, outra palavra.



Divulgação

Pode-se notar que no filme as cartas principais passam por dois momentos: primeiro, a carta sozinha; depois, a carta mais a fotografia, o retrato, a imagem. Assim é na segunda carta da mãe de Josué, na qual ela introduz a foto do filho. Assim também, quando Dora, ao retirar-se da casa dos irmãos de Josué, coloca as duas cartas — a de Ana para Jesus e a de Jesus para Ana — embaixo do retrato do casal. Assim, finalmente, quando Dora escreve sua própria carta a Josué e recomenda que ele olhe a foto dos dois quando sentir saudade. Para quem trabalha com teologia cristã, não basta a Escritura. É preciso também a imagem...

Penso que nós, espectadores do *Central do Brasil*, sentimos todos uma revolta quando vemos o destino que Dora dá às cartas dos clientes: muitas são rasgadas, jogadas no lixo ou deixadas no “purgatório” da gaveta. Aqui se apresenta a o problema da conservação dos textos. Quando são sagrados, quantos cuidados e quantos descuidos interferem na sua (do sagrado) e na nossa comunicação!

Outro aspecto a ser notado: na hora do maior aperto, quando Dora e Josué esgotaram todos os recursos e perdem a esperança, a carta é que vai salvá-lo. Ela está, portanto, realmente no centro. De uma maneira, a “salvação” está na carta!

E no desenlace do filme, a escritora desempenha dois papéis importantes. No primeiro, ela se faz leitora da carta de Jesus para Ana, carta que permite finalmente conhecer o tão pro-



Divulgação

Central do Brasil nos convida a fazer um movimento em sentido inverso: o itinerário da volta. Volta para o “pai”.

Volta à periferia, ao campo, ao sertão. Volta para lá, onde tudo começou, muito longe do centro, bem distante dessa “Central”, que já não sabe mais por que, nem em relação a que é “central”

curado pai de Josué. E enquanto leitora, ela vai introduzir algumas palavras, vai dar a sua “penadinha”, modificando o texto original. Ela o faz por amor e por sensibilidade. Bem ao estilo de alguns copistas do texto sagrado, que “corrigem” o original, na maior boa-fé (ou às vezes não tão boa assim) e que vão atrapalhar o trabalho dos exegetas...

O segundo papel que Dora desempenha é o de escrevedora e porta-voz de si mesma. Ao voltar-se para o próprio destino, na última viagem do filme, ela escreve agora não mais a mensagem dos outros, mas a própria carta, regada de sorrisos e lágrimas. Escreve como se falasse para si mesma, e não só para Josué. Faz uma revisão de sua vida, do relacionamento com seu pai e com o “filho” que a vida lhe colocou nas mãos. Escreve para que Josué não se esqueça de que ela fizera com ele o mesmo gesto que recebera de seu pai: puxar o apito do trem/colocar as mãos no volante... Nessa carta Dora recupera a visão positiva do pai. E isso nos leva a retomar o roteiro do filme.

O ROTEIRO: A BUSCA DO PAI

O roteiro do *Central do Brasil* tem como ponto de partida a “Central”, estação de trens e ponto final de muitos ônibus. É lugar onde se concentram milhares de camelôs, por onde correm e se escondem pequenos gatunos e

onde vivem moradores de rua, viajantes perdidos, mendigos, prostitutas e menores abandonados.

É um espaço típico daqueles e daquelas que Eduardo Galeano chamou de “ninguenzada”: os que não têm direitos, não contam para nada — não são ouvidos nem lembrados. No entanto, são gente, como qualquer um de nós. E o que Walter Salles Junior nos mostra no filme é a luta de um “ninguém” para ser “alguém”. Trata-se do garoto Josué, deixado só no mundo depois que a mãe morre atropelada. Nessa luta por tornar-se “alguém”, Josué se acha associado pelo destino a uma companheira que participa, também ela, da busca e da descoberta de si mesma: a escrevedora de cartas Dora.

Em contraste com o movimento do êxodo rural, que tem caracterizado as migrações nas últimas décadas em nosso país, *Central do Brasil* nos convida a fazer um movimento em sentido inverso: o itinerário da volta. Volta para o “pai”. Volta à periferia, ao campo, ao sertão. Volta para lá, onde tudo começou, muito longe do centro, bem distante dessa “Central”, que já não sabe mais por que, nem em relação a que é “central”.

Ir em busca do “pai” significa partir à procura da própria identidade, das raízes familiares, dos laços vitais que permitem que a pessoa não se sinta perdida no mundo. Talvez seja disto que o Brasil precisa no momento: vol-

tar às nossas raízes culturais e naturais, não desprezar o que vem de nossas terras, do nosso interior, do nosso povo mais humilde, das raças oprimidas — negros e índios — que compõem a população. Corremos o risco de apenas valorizar o branco, o importado, o estrangeiro, o que vem dos países ricos. Daí a surpresa de Fernanda Montenegro, ao ver o seu nome indicado para o Oscar de melhor atriz, ao lado daquelas “criaturas divinas, maravilhosas, louras”, como disse ao saber da notícia. Como era de se esperar, o Oscar foi para a loura...

Fatos semelhantes acontecem diariamente neste país que se caracteriza pela frase “Você tem nome e status”. Manter a auto-estima elevada, quando se é tratado como insignificante, eis um desafio que as igrejas espalhadas nos bairros pobres têm enfrentado. Inspiram-se na tradição de um povo que soube conservar sua memória e identidade mesmo debaixo da perseguição e do exílio — o povo das genealogias...

Muito comum entre nós é o fato de os nordestinos serem desprezados e humilhados no “Sul-Maravilha”, para onde migram em busca de trabalho.



Divulgação

menino Josué surge como alguém que não admite ser humilhado. Ele orgulha-se do pai e da mãe e tem senso de dignidade, por isso faz questão de se apresentar limpo e bem vestido para conhecer o “meu pai”. Josué tem uma auto-estima resistente a toda prova. Formado numa mentalidade patriarcal ou mesmo machista, faz papel de protetor das mulheres e assevera já ter “transado” com algumas! Mas seu orgulho maior é saber-se filho de pais com nome e

sobrenome: “Fontenelle por parte de mãe e Paiva por parte de pai”!, diz, ao se apresentar. Vê no pai (mesmo sem conhecê-lo) um profissional competente, que “faz cadeira, mesa, porta, pião...”

Para manter a auto-estima e prevenir decepções afetivas, Josué “mente”. Diz que sua mãe voltará, que não está com fome, que se chama Geraldo... Aquilo que soa para muitos como uma “mentira” faz parte de um mecanismo de defesa dos pequenos, uma estratégia de sobrevivência carregada de sabedoria que os povos oprimidos conhecem bem. Em suma, Josué acredita e luta com todas as forças para não renunciar ao seu sonho maior. E isso lhe permite não perder a esperança.

Em sua determinação, capaz de criatividade para se virar em situações angustiantes, o garoto toma a iniciativa no momento em que Dora capitula. É assim a resistência dos pobres: só funciona com solidariedade e parceria. E os dois acabam chegando ao objetivo longamente almejado.

Bem diferente é Dora. Basicamente, ela não acredita. Em sua revolta contra o pai, vê, em todos os homens, bêbados irrecuperáveis, falsos e violentos. Nas mulheres, ela tampouco acredita, considera-as bobas que se deixam enganar e explorar... Será preciso um longo itinerário, permeado de becos sem saída, para que Dora volte a acreditar.

No roteiro da procura do “pai”, Walter Salles apresenta algumas inversões que fazem pensar. Como já dissemos, ele inverte o êxodo rural, fazendo o caminho do centro para a periferia — e, portanto, localizando na periferia a fonte de sentido para a vida. Êxodos e voltas de exílios também são uma marca dos itinerários de fé. Outra inversão curiosa: o filme coloca em cena a mulher que migrou para a ci-

dade e ali se emancipou, conseguiu emprego e até tem férias garantidas, como é o caso da mãe de Josué. No campo, ficam os homens, analfabetos, ingênuos e sem iniciativa. Sabemos que nossa realidade é o exato oposto. Será que o diretor nos quer sugerir que estamos precisando aprender a mudar de lado, a imaginar o contrário como verdadeiro, o desprezível como valioso, o direito como avesso, os últimos como primeiros? Aqui não estamos longe do evangelho de Jesus...

Mas talvez a mais importante inversão do filme seja a seguinte: quando Dora se desespera, ela rejeita Josué. Dirige-lhe as mais pesadas censuras e xingamentos, diz que ele nunca devia ter nascido, que ele era a desgraça de sua vida, etc. Ele sai indignado e some para longe dela. Nesse exato momento, Dora cai em si e corre gritando por Josué, até perder as forças e os sentidos. Mergulha no desespero, em meio aos gritos e apelos da multidão de romeiros que também expressa seus pedidos de socorro.

No dia seguinte, acorda nos braços do menino que, com um carinho sorridente, lhe dá seu colo e seu afeto. Essa cena de grande ternura se transformou no cartaz-símbolo do filme. É a expressão simbólica de todas as inversões. Aquele que buscava o pai faz-se mãe e suporte da "criança" frágil em que Dora se transformou. Agora é ela quem vai chamá-lo para brincar, acertando pedrinhas numa lata vazia.

A partir dali Josué tomará a inicia-

tiva de colocar Dora escrevendo cartas para os romeiros, eles conseguem recursos para continuar em frente, tiraram fotografia juntos, ele a presenteia com um vestido novo e os dois passam a noite num hotel. Dora então convida Josué para vir morar com ela, uma vez que todas as tentativas de encontrar Jesus pareciam esgotadas. Nesse convite, propõe ser como uma mãe para ele, embora esta palavra não seja pronunciada. Ela dá a entender que teria prazer em conviver com ele, formariam juntos uma família. É um convite muito sincero.

Mas o roteiro vai inverter novamente. Quando já iam comprando passagem de volta (a



Divulgação

Manter a auto-estima elevada, quando se é tratado como insignificante, eis um desafio que as igrejas espalhadas nos bairros pobres têm enfrentado

volta da volta), surge inesperadamente o irmão de Josué à procura de quem procurava seu pai... Uma leitura teológica dessas cenas veria nelas uma figura da nossa relação com Deus. No caminho da fé, há momentos de recusa, de descrença, de perda da esperança e mesmo de pecado: dizemos e fazemos impropriedades, brigamos, agredimos os outros e a nós mesmos, depois sentimos culpa e desespero... Às vezes é preciso chegar ao fundo do poço, amaldiçoar o dia em que nascemos, como fez Jó, para só depois re-

nascer. Então vem a fase de ser criança, entregar-se nas mãos de Deus (Salmo 131) e em seguida reassumir a vida adulta. Assim como no filme, quando desistimos de buscar a Deus, então ele nos busca. Quem procura é procurado... e o encontro se faz possível.

UMA PALAVRA SOBRE AS MULHERES NO CENTRAL DO BRASIL

Já observamos que as mulheres retratadas no filme não parecem representativas das que constituem a maioria das mulheres brasileiras. São pessoas independentes, sós, emancipadas, mais cultas e empreendedoras que os homens. Mas estão mergulhadas no mesmo sistema socioeconômico, partilham o mesmo universo cultural.

Ana, a mãe de Josué, embora tome a iniciativa de migrar para a cidade e trabalhar fora (note-se que ela não é boa cozinheira), traz consigo a criança, ao contrário do homem que migra. Seu maior desejo é voltar a encontrar "aquele desgraçado" do marido. Como muitos imigrantes que chegam do campo, Ana não está habituada ao trânsito, o que a leva ao acidente mortal. Deixa-se guiar pelos desejos de Josué, educado na tradição machista. Em seu encabulamento, não sabe o que dizer na carta a Jesus e pede ajuda à escrevedora, vibrando com a sugestão desta: "É isso mesmo!" Ao sair apressada, deixa cair o lenço que Dora vai recolher e que, depois, será utilizado numa cena muito singela de luto, quando Dora e Josué vão atá-lo a um poste de votos, no local de peregrinações.

Iolanda, a mulher articulada ao policial no crime de vender crianças para transplante de órgãos, apresenta-se falsa e afetada. Seu carinho no queixo de

limite!”. A censura deu resultado e fez com que Dora voltasse atrás e iniciasse uma trajetória que nunca imaginaria percorrer.

Quanto à Dora, como já dissemos, era inicialmente uma descrente da vida e das pessoas. Fazendo parte da “ninguenzada”, tenta se virar explorando aqueles que necessitam dela para se comunicar. Desonesta e inescrupulosa, machucada pela vida, não parece interessada em estabelecer vínculos afetivos. Mas, de repente, ao tomar consciência dos fatos graves nos quais se envolveu, deixa emergir seu senso ético. A partir daí, age com iniciativa, determinação e ousadia. Mostra-se uma mulher dura, fria, que aos poucos, trabalhada pelos reveses da longa e acidentada viagem, vai entrando em contato com Josué, mas também consigo mesma, com o próprio afeto, com


**Assim como no filme,
quando desistimos de
buscar a Deus, ele nos
busca. Quem procura
é procurado... e o
encontro se faz possível**

suas memórias infantis, com sua ligação com o pai.

Na continuação da história, já vimos a transformação por que passa a escrevedora de cartas. Mas alguns detalhes merecem ainda destaque. Assim, quando Dora se prepara para sair, ainda de madrugada, da casa dos irmãos de Josué, coloca o vestido novo que ganhara do menino, pinta-se com batom e olha-se no espelho, com um ar de missão cumprida e de orgulho de si mesma. Sente-se outra mulher, segura, feliz. Em seguida, após certifi-

car-se de que os três irmãos estavam bem aconchegados, dirige-se ao móvel sobre o qual estava o retrato de Jesus e Ana. Coloca embaixo de Ana a carta de Jesus, e embaixo deste a carta de Ana. Cada carta ao seu destinatário... mesmo desaparecido!

Esses gestos sugerem que, ao contrário do que ocorrera no início, ao final da longa jornada Dora acredita. Acredita na família como espaço de felicidade. No entanto, a família que aparece ali não está dentro dos moldes tradicionais. Não tem casal, não tem pai ou mãe, nem mesmo irmãos em sentido estrito. Mas tem fortes laços afetivos, vínculos de amor e de esperança, de companheirismo e de solidariedade. E tais vínculos estão, sim, ligados à nostalgia do amor de um casal lá nas origens. Um casal comum, imperfeito, que se separa em razão dos muitos problemas e limitações da vida, mas que se ama apaixonadamente. Um amor tragicamente desencontrado, que Dora simbolicamente quer recuperar quando coloca as duas cartas lado a lado, embaixo do retrato do casal.

Em sua última carta, como já notamos, Dora faz uma revisão de sua vida e manifesta o desejo de manter o vínculo com Josué. Junta mais uma vez a carta e o retrato, a escritura e a imagem, ao recomendar que Josué olhe a foto quando sentir saudade. E conclui: “Tenho saudade de meu pai. Tenho saudade de tudo...”. Chorando e sorrindo ao mesmo tempo, ela sofre, mas está feliz porque estabeleceu o contato. Agora está conectada. Entrou, juntamente com Josué, na rede dos afetos humanos singelos e sinceros, cuja “central” é o coração. Em termos teológicos podemos dizer que Dora e Josué estão em Deus, porque “onde está o amor, Deus aí está”. 

Tereza Cavalcanti, teóloga e escritora.

Josué não convence. Apesar de aparentemente esperta, cai na armadilha de Dora.

Muito diferente é Irene, a vizinha de Dora. Em sua primeira aparição no filme, mostra-se crítica em relação ao desprezo com que Dora trata as cartas de seus clientes. Mesmo assim, no caso do rapaz que mandava escrever a mesma carta para várias mulheres dizendo-se mais bonito e estudado do que era na realidade, Irene rasga aquelas cartas com prazer. Ao contrário, impede Dora de destruir a carta de Ana: “Uma criança, querendo conhecer o pai e reconstituir a família!”, aquilo ela não podia admitir. Diante do argumento da escrevedora de que Jesus era bêbado e bateria em Ana, ela responde: “E daí? A cara é dela!” Aqui se vê a tendência de muitas mulheres se submeterem às violências dos homens como algo natural, que elas suportam porque aceitam. Um traço da cultura patriarcal.

Na segunda cena em que Irene aparece, conhece Josué e estabelece logo, pelo olhar e pelo sorriso, um contato afetivo com ele. Perguntada sobre sua “profissão”, desconversa, pois não quer escandalizar o menino. No entanto, será ela a mulher mais ética do filme. Justamente a prostituta. Mostra-se mais esclarecida e informada que Dora: ensina-a a usar o controle remoto e previne-a sobre o comércio de órgãos. Finalmente, indignada com a irresponsabilidade de Dora, repreende-a severamente e arremata: “Tudo tem

Arte como reencantamento do mundo

Pedro García

Virar o mundo de cabeça para baixo, inverter a proposição de que ser é ter, inaugurar o lúdico no cotidiano, deslumbrar-se. Aí, nessa mudança de postura diante da criação e da arte, pode estar o caminho para o reencantamento do mundo

O único pecado do homem é querer se igualar a Deus, me disse um teólogo amigo, perdido no interior do Ceará. Guardei a frase. Depois li Weber, A ciência como vocação, em que ele define o desencantamento do mundo como possibilidade de o homem dominar todas as coisas por meio do cálculo. Juntei as coisas e concluí que, mais do que querer se igualar, o homem pretende substituir Deus, aposentando o sagrado como algo obsoleto. E ao cometer esse insano gesto de auto-suficiência, como o arquiteto de Babel, o homem se perdeu e perdeu o seu lugar no mundo.

Neste mundo desencantado, os sentidos da existência, do tempo e do conhecimento tomaram outros rumos. A noção de progresso contempla um tempo linear e sempre melhor, razão pela qual a morte não

tem sentido. E se a morte não tem sentido, a vida tampouco. E o conhecimento? O conhecimento fragmenta-se em possibilidades infinitas que o homem não tem condições de abarcar.

E o mundo encantado? Mircea Eliade nos fala de civilizações em que o mito era plenamente vivido. O mundo se comunicava com o homem e o homem o reconstruía e reconstruía a si mesmo pela linguagem dos símbolos. Tudo tinha sentido nesse cosmo vivo: o mundo se revelava enquanto linguagem, longe do desencantamento que veio se processando na cultura ocidental até a perda do cosmo.

É difícil rastrear esse processo, saber a sua origem. Nietzsche, em *O nascimento da tragédia*, ao estabelecer a relação entre ciência e mito, nos fala do aniquilamento deste último, fato que determina a expulsão dos poetas da república. Ato desastroso, acerca do qual:

“Boccanera lembra Baldwin:

Quando uma civilização trata seus poetas
Como tratamos os nossos,
Não se pode estar longe de desastre.
Baldwin tinha razão. Sobreviventes (do desastre)
Nos acostumamos à barbárie
Fazemos poesia de destroços.
Somos uma tribo resistente.
Acompanharemos o galo em seu último grito,
Em uníssono.”

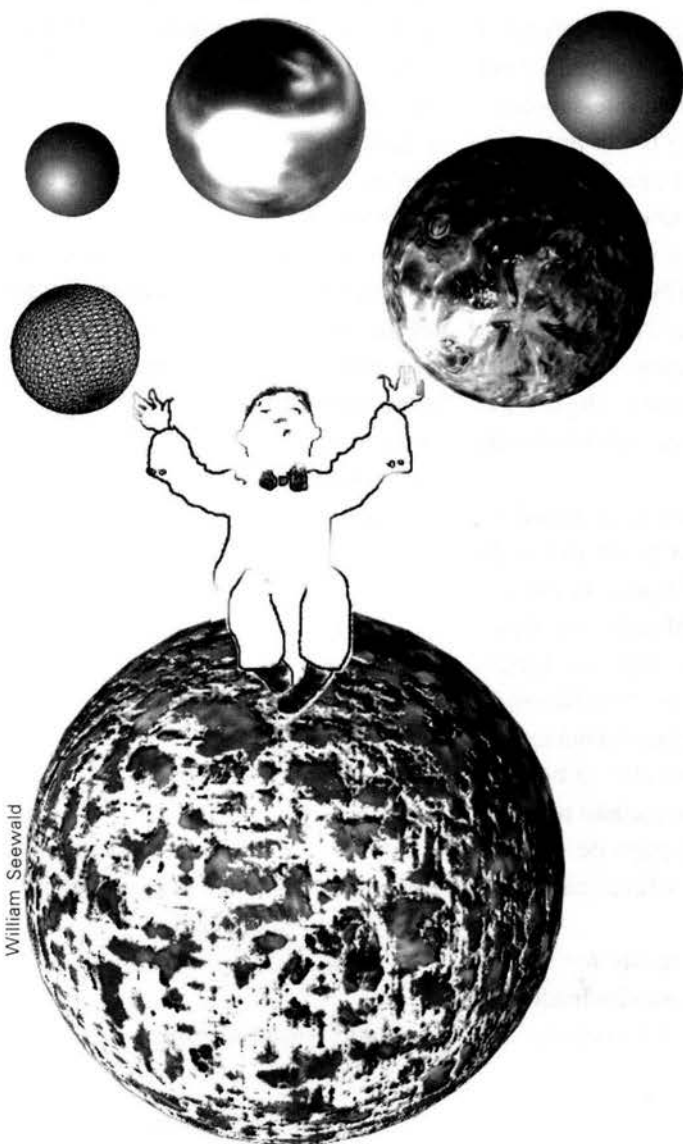
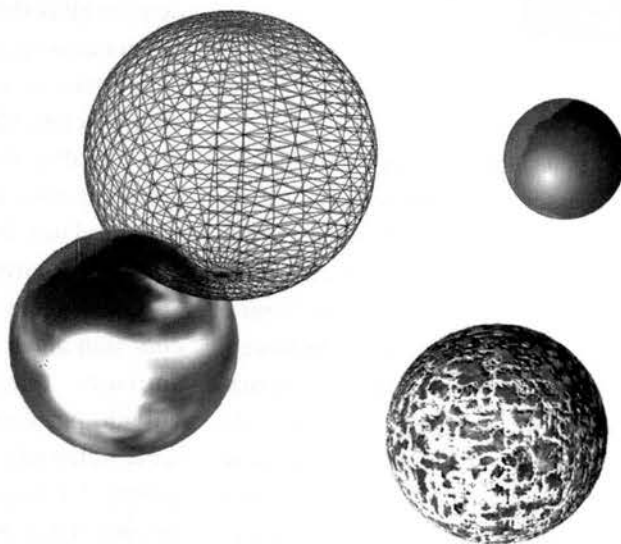
Esta tribo errante, perambulando pelo mundo, carrega o facho do reencantamento do mundo. Como vejo o reencantamento? Não como uma volta ao passado mítico — embora pense que o mito deva ser restaurado —, mas como reapropriação do presente, naquilo que o presente se oferece como possibilidade de encanto.

Talvez devêssemos fixar o que perdemos para, depois, estabelecer o que podemos reconquistar. Em termos de linguagem, perdemos a inocência.

O que quero dizer com isso? Quero dizer que ficou vazio de sentido o que enunciamos, razão pela qual é necessário reencontrar a verdade da palavra: a união da palavra com a coisa enunciada. Algo que as crianças conservam até a percepção de que a palavra é distinta da coisa. Algo que estava dado antes da invenção da escrita, quando a palavra oral instaurava os fatos presentes, preservava o passado e prognosticava o futuro. Nomear significava fazer existir. O ser habitava a linguagem. E os senhores da palavra dominavam os acontecimentos. Daí a plenitude da poesia e o poder da palavra.

Um dos textos mais antigos de que temos conhecimento, o "Poema babilônico da criação", nos fala de

Mais do que querer se igualar, o homem pretende substituir Deus, aposentando o sagrado como algo obsoleto



William Seewald

“quando no alto o céu ainda não havia sido nomeado e embaixo a terra firme não havia sido mencionada por seu nome... quando os deuses ainda não haviam sido criados, nem nenhum nome havia sido pronunciado, nem nenhum destino havia sido fixado...”

Nenhum nome pronunciado: céu, terra, homem, deuses, destino. Nomear para dar existência. Há cinco mil anos a.C. os babilônios fixaram esta verdade. Desde então, trilhamos um longo percurso, em que a linguagem foi perdendo a sua potência criadora. É necessário buscá-la, reencontrá-la por meio da criação, da arte. Arte e criação que não se encontram apenas nesta figura recentemente criada, o artista, mas no homem em sua plenitude.

Para isso é necessário virar o mundo de cabeça para baixo. Inverter a proposição de que ser é ter. Inaugurar o lúdico no cotidiano. Olhar o mundo com espanto. O espanto de estar vivo, tão misterioso quanto o não ser. Deslumbrar-se. Como Heráclito, quando nos diz que a morada do homem é o extraordinário. Talvez aí esteja a chave. Se a morada do homem voltar a ser o extraordinário, o homem terá reencantado o mundo.



Pedro Garcia, educador, pesquisador e professor da UFRJ.

E-mail é mal

Frei Betto

Ando pensando em suspender meu e-mail. Passei uma semana na Itália e, ao retornar, abri o computador e encontrei 123 mensagens! Metade, puro lixo. Gente que não tem o que fazer e ocupa-se com panfletagem eletrônica. Entopem meu correio virtual com manifestos em prol da preservação do mico-leão-dourado, avisos de que aspartame envenena, convocatórias em prol da Liga pela Privatização dos Cemitérios, piadas que, contadas, não têm nenhuma graça e escritas dão vontade de chorar.

A tecnologia cibernética funciona em tempo real, mas eu não. Preciso dormir, parar para comer, caminhar três quilômetros por dia, ler jornais na rede, rever os amigos, regar a horta e reler na Bíblia o livro dos Provérbios. Querer acompanhar o ritmo supersônico da eletrônica é candidatar-se ao infarto, após uma sequência de estresses. Estou fora.

Kepler levou quatro anos para calcular a órbita de Marte em torno do Sol. Tivesse um computador, o faria em quatro minutos. Pensam que, então, teria tempo para ouvir o som do órgão na catedral de Praga? Teria caído nessa cilada em que estamos: viramos apêndices de nossas máquinas, como as rodas do carro são obrigadas a girar na velocidade que o motorista imprime ao acelerador.

Se alguém se dispõe a escrever um tratado de psicologia virtual, quero dar a minha contribuição. E-mail serve de muleta eletrônica dos carentes. Escon-

dem-se atrás de identidades falsas em busca de companhias virtuais. Digitam o que não seriam capazes de dizer olho-no-olho. Homem se finge de mulher e mulher de homem. Faz-se sexo por computador, criando para a teologia moral um desafio: como qualificar o adultério virtual?

Quem teme a Aids, não entra em *chat* sem antes acionar um aplicativo antivírus. Acredite quem quiser: envolvido por meses de paquera eletrônica, outro dia um casal marcou encontro. Ao chegar ao local, a filha deu de cara com o pai!

Como devo pertencer à categoria dos sádicos digitais, tenho prazer em deletar mensagens. Oh, que saudades do velho correio, que trazia pacientemente as cartas, sem pressa de serem respondidas. Aliás, outro fator nocivo do correio eletrônico é o assassinato da língua pátria. Escreve-se rapidinho, atropela-se a sintaxe, embaralha-se a concordância, suprimem-se palavras, introduz-se um dialeto anglotupiniquim que mais parece um idioma de idiotas.


A prosseguir assim, as gerações futuras estarão privadas de meios de expressão e das coleções de correspondências que, publicadas em livro, enriquecem o nosso espírito. Quem lerá o epistolário de Ana Miranda como, hoje, nos deliciamos com as cartas de Mário de Andrade? O bate-bit não tem memória porque não tem cultura. É como aquele papo de mineiro ensinando ao outro a fazer café: "Pô pô pô? Pô pô, pô."

Quero ler e não ter de ler. Muito menos aquelas letras miúdas inadequadas a um deficiente visual como eu. Por

que não escrevem em corpos maiores? Quero o prazer de abrir envelopes, guardar os selos, acomodar-me na poltrona ao abrir cartas. Recuso-me a ser escravo do tempo, servo do computador, vassalo do provedor, receptor de infindáveis mensagens de pouco proveito. Vivi muitos anos sem elas, e posso viver um pouco mais se não permitir que invadam meu espaço físico e psíquico.

Danem-se os que têm pressa. Quero escrever minha obra, redigir meus artigos, cultivar minhas leituras, entregar-me à ociosidade orante. Azar de quem fica na outra ponta da linha à espera de uma resposta imediata. Não me sinto obrigado ao que não prometi. Livro-me de uma vida atachada, que qualquer intruso pensa que abre e fecha a seu bel-prazer.

Eu, que me recuso a ter telefone celular, não vou mais ocupar meu telefone com a coleta dessas mensagens que trazem cartões e desenhos, relatórios e atachados. O pior é quando não consigo acessar o provedor. Fico horas maldizendo a Embrulhatel, a Telemá e todas essas privatizadas que engoliram o nosso patrimônio público e, ainda por cima, não me facilitam colher as mensagens que me são dirigidas.

No pouco tempo que me resta, devo escrever livros. Não esperem de mim gastar a vida no pingue-pongue eletrônico. Sem tempo a perder — exceto quando se trata de ociosidade criativa e espiritual —, tenho mais o que fazer. Pelo jeito, e-mail é mal. 

Frei Betto, teólogo e escritor.

Embora ganhasse a vida como ourives, todos sabiam que ele, pela graça de Deus, nascera músico. Era justo, portanto, que todos o tratassem como “maestro” Tonico, seu nome completo era Antônio Martins de Araujo. Que não se tratava de figura lendária provam os seus instrumentos de trabalho que examinei pessoalmente, os de ourives, rústicos, mas, sobretudo, o diapasão fiel que continua hoje a vibrar o “lá” da mesma forma como o fez vibrar na cidade de Goiás Velho, lugar onde vivia o maestro. O que faz um músico não é o instrumento — é o ouvido, e o ouvido do maestro Tonico era perfeito.

Tão forte era a música no corpo do maestro Tonico que todos os seus seis filhos nasceram músicos. A explicação mais provável para essa aparente coincidência é que, talvez, no momento supremo do ato de amor, o maestro deveria estar sonhando com alguma música. Violino, clarineta, flauta, bandolim, cítara e violoncelo faziam uma bela orquestra doméstica. E essa era a felicidade suprema do maestro Tonico: ver os filhos juntos, afinados, tocando sob o comando da sua batuta.

Bach tinha algo em comum com o maestro Tonico. Era um modesto organista numa cidade do interior. Nunca teve fama ou reconhecimento. Um dos seus patrões se refere a ele, numa carta, como “músico medíocre”. Tinha por obrigação semanal compor peças sacras para a liturgia do culto luterano. Suas composições, uma vez executadas, eram esquecidas e guardadas em canastras e estantes em algum quarto da igreja. Surpreendido pela morte no meio da composição da “Arte da fuga”, ninguém ligou para o que deixara escrito. Seus manuscritos foram vendidos para um açougueiro que os usava para embrulhar carne. Mendelson, por acaso, foi comprar carne no tal açou-

A clarineta desafinada



César Lapa

gueiro. Mas logo se desinteressou da carne, assombrado com o que via escrito no papel em que ela viera embrulhada. E foi assim que Bach foi descoberto no lugar mais deprimente do mundo: embrulhando carne num açougue. Graças a Deus que Mendelson não era vegetariano!

Coisa semelhante aconteceu com as composições do maestro Tonico, sem um final feliz semelhante. O baú em que ele guardava suas composições, após a sua morte foi transferido para um daqueles porões escuros, comuns nas casas antigas de pau-a-pique. Aconteceu que, havendo alguém deixado aberta a porta do porão, ali entrou uma cabra ignorante de música que devorou todas as composições do maestro Tonico.

Bonita, mesmo, foi a morte do maestro. Enfermo de câncer, sofrido, enfraquecido, estava cercado pela família. Goiás Velho, como todas as cidades antigas de tradição cultural, tinha um coreto onde a banda municipal dava seus concertos. Do quarto do maestro Tonico agonizante ouvia-se a banda. Pois, de repente o maestro Tonico, até então indiferente, se agitou, mostrou que queria falar. Todos se aproximaram, ouvidos atentos. Um dos seus filhos segurou a sua cabeça e ele balbuciou em agonia: "A clarineta desafinou o si bemol." Ditas essas palavras entregou a alma a Deus. Ele não podia permitir que sua morte fosse perturbada por um si bemol desafinado.



Tristeza eu tenho porque muitas das coisas que moram na minha alma não podem ser comunicadas. Por mais que eu diga e explique, quem ouve não entende. É o caso do carro de bois. Os que não sabem, pensam que o carro de bois era um meio de transporte primitivo. Os que sabem, sabem que o carro de bois, antes de ser um meio de transporte, era um instrumento musical. A começar do formato. Visto de cima, o seu corpo se parece com o corpo de um violino. Carreiro carreava pra fazer o carro de bois cantar. E até jogava água no buraco da roda para que o canto saísse mais sofrido. Era um lamento sem fim, gemido apaixonado.

Zeca Carreiro carreava em Mossâmedes, cidade no interior de Goiás. Chegando perto da cidade ele se apressava, jogava água no buraco da roda, queria que o lamento do seu carro fosse ouvido e sofrido por todo mundo. "Tá cantando apaixonado", ele dizia orgulho-

so. E assim entrava na cidade, com o orgulho de um grande músico que sabe tocar o seu instrumento.

O tempo passou. Zeca Carreiro foi atacado pelo mal que ataca muitos músicos, a surdez. Igual a Beethoven, Zeca Carreiro não mais ouvia a música que seu carro tocava. Mas ele continuava a carrear, tinha de carrear — era o seu ganha-pão. Seu neto o ajudava, ia à frente dos bois como guia. Chegando perto da cidade, sem nada ouvir, ele perguntava ao neto: "Zinho, o carro está cantando?" "Tá sim, vovô", ele confirmava com um aceno. "Cantando apaixonado?", insistia o avô. O menino sorria, o avô compreendia. Zeca Carreiro se aprumava como nos velhos tempos e entrava na cidade como um regente de orquestra.



Herodiano: este era o nome dele. Que idéia estranha teria levado alguém a batizar o filhinho com um nome-homenagem ao rei matador de criancinhas, Herodes! Mas o nome não influenciou: ele era uma pessoa mansa e alegre, todo mundo gostava dele e o chamava pelo apelido de Diano. Só fez até o terceiro ano do grupo mas estudou por conta própria, gostava de literatura, teatro e esnobava francês nos restaurantes caros do Rio de Janeiro que freqüentava. Isso porque por sorte e esforço ele ficara rico, muito rico. Era, mesmo, dono do cinema, mudo, centro cultural da cidade. Isso lá pelos anos de 1920.

Pois aconteceu que, inesperadamente, chegou a Dores um caszinho de artistas, ela uma jovem loura da capital. Em Dores não havia nem hotel nem pensão. O jeito foi os dois se hospedarem na casa do Diano. Queriam dar um espetáculo de arte. Alugaram o cinema. Cidadezinha pequena, os homens entusiasmados com a loura, as mulheres com ciúmes da loura e raiva dos maridos, era de todo improvável que o cinema enchesse. O Diano imaginou os dois, diante do auditório vazio. Ficou com dó. E tomou uma decisão de homem rico que pode jogar dinheiro fora: comprou de si mesmo a lotação total do teatro e distribuiu os bilhetes gratuitamente pela cidade. O teatro encheu. O espetáculo foi um sucesso. O caszinho de artistas ficou encantado. Deixaram Dores felizes, carteira cheia.

Nunca suspeitaram do que havia ocorrido. O nome do artista eu não sei. O nome da artista era Dercy Gonçalves. Até hoje ela não sabe. Eu sei porque quem me contou foi o Diano, meu pai.



A renúncia do papa já começou

Marcelo Barros

A imprensa discute se João Paulo II deve ou não renunciar ao papado. O assunto foi provocado por declarações do presidente da Conferência Episcopal Alemã. Entretanto, quem mais traz à tona essa possibilidade é a situação de um homem frágil e idoso que, em 22 anos, aumentou muito os encargos papais e centralizou mais do que antes as instâncias de poder do Vaticano. João Paulo II continua admiravelmente resistente, mas move-se com dificuldade cada vez maior. Ele criou a lei: aos setenta e cinco anos, todos os bispos são convidados a apresentar sua renúncia. É natural que muitos se perguntem se os mesmos critérios não caberiam ao bispo de Roma, principalmente quando este, às vésperas dos oitenta, se mostra doente e fragilizado.

QUEM ESTÁ INTERESSADO NA RENÚNCIA DO PAPA?

Bispos e grupos católicos mais abertos, insatisfeitos com o excessivo controle romano? O papa não precisa ir mais longe do que a sua própria residência em Roma para encontrar os bispos e cardeais mais descontentes e temerosos. Estes não declaram, mas desejam a renúncia para acabar com a ousadia deste papa que abre a Igreja Católica ao diálogo com outras reli-

giões e pede perdão por erros cometidos no passado.

O importante não é se João Paulo II renunciará ou não. A renúncia mais urgente, ele finalmente já iniciou. Reconhecendo erros de "filhos da Igreja" e citando como exemplos a condenação de Galileu e de Giordano Bruno, o papa refere-se a erros da Igreja Romana e de predecessores seus. Fazendo isso, renuncia à concepção do papado, em vigor desde que Gregório VII declarou: "A Igreja Romana nunca errou e não poderá nunca cometer um erro".

Em 1995, na Encíclica *Ut unum sint*, João Paulo II afirma que a função do bispo de Roma é garantir a unidade. Diz que o papa não está acima dos outros bispos. "Sua função não é separada da missão confiada ao conjunto dos bispos. Ele pertence ao seu colégio e eles são os seus irmãos no ministério".

João Paulo II nomeou cardeal ao padre Yves Congar, teólogo que, nos tempos de Pio XII, sofreu imposição de silêncio. Congar escreveu: "Foi a partir do século XI, baseado em textos apócrifos, que o Ocidente instaurou um regime de monarquia absoluta e uma concepção piramidal de Igreja. Sacralizou o autoritarismo e no século XIX, a idéia da infalibilidade, como se o Espírito Santo, prometido a toda a Igreja fosse dado a um só (...)."

Congar disse que o papado, como tal, não existia primitivamente. Nos primeiros séculos, a Igreja de Roma tinha uma função de "primaz do amor".

No século III, Cipriano, bispo de Cartago escreveu: "Cada pastor local é livre para conduzir sua Igreja como ele e o seu povo o entenderem. O bispo de Roma tem uma missão de ponte para fazer a unidade, mas é um bispo e não um super-bispo". Só no século IV, o papa Damásio passou a ter autoridade sobre os outros bispos. Até o século XI, falava-se em primado e não em papado". (cit. na *Actualité Religieuse, hors-série* 5, mars 1995, p. 63).

João Paulo II reconhece que essa forma de governo eclesiástico precisa mudar: "Tarefa imensa que sozinho não posso levar a bom termo". Convida cristãos, pastores e teólogos das diversas confissões a "instaurarem comigo, sobre este assunto, um diálogo fraterno" (*Ut unum sint*, n. 95 e 96).

O Papa é Bispo de Roma, Patriarca do Ocidente e Primaz entre irmãos e não imperador da Igreja, ou bispo dos bispos. João Paulo II não abre mão da sua função, mas quer mudar o modo dela ser vivida. Nesse sentido, ele começou a renunciar. Agora só falta bispos, padres e fiéis, habituados a ver Deus como Poder Supremo e ao papa como seu gerente no mundo, também renunciarem à concepção de um poder imperial sagrado e descobrirem a imagem evangélica de Deus Amor, chamando-nos a formar uma comunidade de fé, amostra de como o mundo todo pode ser: fraterno e igualitário. ☪

Marcelo Barros, monge beneditino, teólogo e autor de diversos livros.

Declaração Ecumênica de Augsburg

Zwinglio M. Dias

No apagar das luzes do século XX, considerado o século do movimento ecumênico, católicos e luteranos assinaram importante declaração teológico-doutrinária. Apesar da necessidade de outros passos para o estabelecimento de uma relação mais estreita entre as duas igrejas, o consenso significa, indubitavelmente, um sinal de esperança na busca da unidade cristã

Mas a fé é uma obra divina em nós que nos modifica e nos faz renascer de Deus (Jo 1) e mata o velho Adão, tornando-nos pessoas diferentes de coração, temperamento, mentalidade e todas as forças, além de trazer consigo o Espírito Santo. Há algo vivo, ativo, atuante e poderoso na fé impossibilitando que ela cesse de praticar o bem. Ela também não pergunta se deve fazer boas obras, mas as faz antes que perguntem e está sempre em ação.

Martinho Lutero, *Da liberdade cristã*

O EVENTO

Em 31 de outubro do ano passado, dia da Reforma Protestante, a cidade de Augsburg, na Alemanha, foi palco da assinatura de uma declaração conjunta entre representantes do Vaticano e

da Federação Luterana Mundial sobre a doutrina da "Justificação pela Graça mediante a Fé". Segundo o dr. Walter Altmann, primeiro vice-presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e presidente do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), esse histórico consenso, alcançado por católicos e luteranos depois de um longo processo de discussão e diálogo, "significa, nada mais, nada menos, que esse ponto central e decisivo para a Reforma já não é mais motivo de divisão entre as igrejas. Embora ainda com ênfases específicas, ambas as igrejas entendem e expressam que a salvação é dádiva divina a ser recebida em fé e que, conseqüentemente, todas as pessoas que crêem devem empenhar-se no amor a Deus e ao próximo".

Essa declaração se reveste de enorme significação histórica por se constituir no primeiro documento de natureza teológica assinado pela Igreja Católica Romana com um organismo eclesiástico nascido da Reforma do século XVI. No caso, trata-se da Federação Luterana Mundial, uma dentre as várias famílias confessionais do protestantismo mundial que reúne a maioria dos luteranos (124 igrejas em 69 países), representando cerca de 57 milhões de fiéis. O histórico acordo se deu 482 anos depois de Martinho Lutero ter afixado suas famosas 95 te-

ses na porta da Catedral de Wittemberg.

A histórica cidade de Augsburg foi escolhida para hospedar esse acontecimento por ter sido o lugar onde, em 1530, foi promulgada a Confissão de Fé luterana, que passou à história com o nome de *Confessio Augustana*. Na época, foi considerada uma tentativa sincera de preservação da unidade da Igreja Cristã, ainda que condenada pela Igreja Católica.

A POLÊMICA

O tema da salvação se constituiu no eixo estruturante da polêmica teológica que, no século XVI, levou à divisão da cristandade ocidental. Profundamente tocado pela teologia do apóstolo Paulo, o monge agostiniano Martinho Lutero sentiu-se na obrigação de questionar o que ele considerou desvios doutrinários intoleráveis por parte da Igreja oficial. Como era de costume na época, pregou na porta da Catedral de Wittemberg um conjunto de questões que achava deviam ser discutidas pelos cristãos em geral e, em especial, pelas autoridades da Igreja, de modo a se restabelecer a verdade do Evangelho na prática cotidiana da vida cristã.

De seu entendimento das cartas paulinas, especialmente a dirigida aos romanos, Lutero depreendeu que toda pessoa é justificada gratuitamente pela

graça de Deus e tem acesso a esse dom divino mediante a fé na vida e obra de Cristo. Isto é, ninguém produz a própria salvação, seja por méritos religiosos ou morais, cultivo de nobres ideias ou profundas experiências místicas. O mesmo Deus que criou é o que salva o ser humano. Ou seja, propicia-lhe condições de auto-realização e encontro de sentido para a vida por

investiu contra a venda de indulgências com toda a força de sua convicção teológica.

A reação das autoridades eclesásticas não se fez esperar. Depois de várias tentativas de dissuasão do monge agostiniano, ele foi julgado e condenado como herege. O contexto social e político, no entanto, lhe era favorável. A Europa atravessava um momen-

O Concílio de Trento (1545–1563), convocado para enfrentar a onda protestante no norte da Europa e, ao mesmo tempo, reorganizar e disciplinar a vida interna na Igreja de Roma, condenou a doutrina luterana da salvação pela graça mediante a fé, consolidando assim a divisão da cristandade. Historicamente pode-se afirmar que a Igreja Católica entendeu que ao rejeitar a salvação pelas obras meritórias dos fiéis, Lutero estaria negando o compromisso ético exigido pelo Evangelho, enquanto os luteranos estimavam que a postura da Igreja de Roma implicava na imposição de limites e controles, por meio da instituição eclesástica, à graça divina. Guerras, polêmicas infundáveis, agressões de todo tipo marcaram, nos séculos seguintes, as relações entre ambas as famílias do cristianismo até a irrupção e consolidação do movimento ecumênico no século XX.

A CAMINHO DA RECONCILIAÇÃO

O documento assinado em Augsburg, mesmo tendo um profundo significado histórico e se constituindo num passo importante no processo de diálogo e entendimento entre as duas igrejas, não esgota as profundas divergências doutrinário-teológicas que as separam. No seu cerne, ele explicita o reconhecimento por parte da Igreja Católica de que a “doutrina das igrejas luteranas apresentada nesta Declaração não é atingida pelas condenações do Concílio de Trento” e também de que “as condenações contidas nos escritos confessionais luteranos não atingem a doutrina da Igreja Católica Romana exposta nesta declaração” (Artigo 41 da Declaração Conjunta).

Nem todos os luteranos estão satisfeitos com o resultado alcançado, embora louvem a iniciativa do docu-

meio da pessoa e obra de Cristo que, em sua auto-entrega em favor da humanidade, representa a possibilidade de superação das situações-limite que caracterizam o transcorrer da existência humana.

Por não encontrar essa perspectiva claramente explicitada na vida religiosa de seus dias, Lutero passou a denunciar as autoridades da Igreja como deturpadoras do Evangelho. A centelha que acendeu o fogo da disputa foi a decisão de Roma de arrecadar fundos para a construção da Catedral de São Pedro, em Roma, mediante a venda de indulgências. Para Lutero, a salvação é concedida gratuitamente por Deus aos humanos que a recebem na fé. Obter o perdão por intermédio de óbulos financeiros se afigurava a ele uma blasfêmia insuportável. Assim

Guerras, polêmicas infundáveis, agressões de todo tipo marcaram, nos séculos posteriores ao Concílio de Trento, as relações entre ambas as famílias do cristianismo até a irrupção e consolidação do movimento ecumênico no século XX

to de profundas mudanças com as primeiras tentativas para criação de Estados nacionais que procuravam ver-se livres do jugo político e econômico exercido pela Igreja e seus aliados. Essa conjuntura ajudou a fazer prosperar a pregação luterana e, com isso, a separação da Igreja de Roma tornou-se inevitável.



Humberto Kirchheim, pastor presidente da IECLB, e D. Jayme Chemello, presidente da Cnbb, durante a assinatura do documento no Brasil

Fernando Lemos

mento como um passo importante para a abertura do diálogo sobre outras questões que ainda mantêm católicos e luteranos separados, como o ministério ordenado, os sacramentos, diferentes temas éticos, organização da Igreja, natureza das formas e exercício do poder eclesiástico, etc. Segundo o bispo Kurt Gysel, da Igreja Luterana do Chile, alguns aspectos não ficaram suficientemente claros no texto da declaração conjunta. Os ensinamentos católicos sobre o purgatório e as indulgências não tiveram a vigência ofuscada e continuam valendo ao lado da afirmação da doutrina da justificação pela fé. Para ele, que aprovou o documento, mas não participou da cerimônia local que celebrou o acordo, essas questões constituem eixos-chave nas divergências que culminaram na Reforma.

OPINIÕES

A revista *Vinde/Eclésia*, de janeiro, perguntou aos internautas, no Fórum Ecclesianet, o que achavam da aproximação entre as igrejas Luterana e Católica, que assinaram acordo sobre a doutrina da "justificação pela fé". Dos que responderam a questão, 57,24% se disseram contrários à aproximação católica-luterana e somente 18,63% se posicionaram a favor. Outros 13,10% afirmaram que eram a favor, mas achavam difícil isso acontecer; enquanto 11,03% assinaram que eram contra a aproximação, mas achavam-na inevitável.

A própria revista alerta, no espaço dedicado ao Fórum, que a pesquisa limita-se ao registro da opinião dos visitantes da homepage Ecclesianet e não segue padrões científicos. Boa parcela dos leitores da *Vinde/Eclésia* integram igrejas evangélicas e pentecostais.

Fonte: Serviço de notícias em português da Agência Latino-Americana e Caribenha de Comunicação - ALC

O consenso católico-luterano, promulgado ao apagar das luzes do século XX, sem dúvida amplia os horizontes e consolida as bases teológicas para uma cooperação cada vez maior entre ambas as confissões cristãs

Nos setores católicos não-simpáticos ao movimento ecumênico, as reações também não foram de muita satisfação. Segundo o historiador católico Júlio Retamal Faver, do Chile, "Lutero sai vitorioso depois de quase 500 anos. A Igreja Católica reconhece seus 'erros' e se dobra à proposta protestante".

Mas a maioria das autoridades eclesiásticas, tanto católicas como luteranas, mesmo com toda a cautela que lhes é particular, não deixou de celebrar o ineditismo dessa declaração conjunta que, com todas as limitações que se lhe possam apontar, significa, indubitavelmente, "um sinal de esperança" na busca da unidade cristã, segundo o bispo Christian Krause, presidente da Federação Luterana Mundial, e "um importante passo à frente na recuperação da plena unidade cristã", segundo o papa João Paulo II.

No Brasil, o presidente da CNBB, dom Jayme Chemello, afirmou que a declaração conjunta é um reconhecimento de que as duas igrejas têm pontos em comum, mas é cedo para se pensar numa relação mais próxima. Dom Chemello lembrou que "o clima negativo entre católicos e luteranos está sendo superado aos poucos. Precisamos de tempo para nos entender".

Por seu lado, o arcebispo de São Paulo, dom Claudio Hummes, declarou que "com o acordo, católicos e

luteranos revêem a maneira como encaram o tema da salvação e fazem importante autocrítica. Concluem que os cristãos devem praticar boas obras não para coagir Deus, mas para louvá-lo. Lançam, por outro lado, uma crítica às manifestações religiosas que ainda hoje se baseiam na troca e que reduzem o fiel a cumprir certas tarefas com a intenção de alcançar a prosperidade". Para dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo, o que mais lhe chamou a atenção na declaração conjunta foi o fato de ela "conseguir preservar a riqueza tanto da visão luterana quanto da católica e, mesmo assim, atingir o consenso".

O consenso católico-luterano acerca da doutrina da justificação dos humanos pela graça divina e mediante a fé, promulgado ao apagar das luzes do século XX — século marcado pelo movimento ecumênico —, sem dúvida amplia os horizontes e consolida as bases teológicas para uma cooperação cada vez maior entre ambas as confissões cristãs, conforme assinalou o dr. Ishmael Noko, secretário-geral da Federação Luterana Mundial. Mas, como alertou o presidente do Clai, doutor Walter Altmann, não se deve e nem se pode esperar tudo de acordos teológicos, por mais decisivos que sejam. "O movimento ecumênico" — diz ele — "para seu desenvolvimento, deve ser nutrido pela fé, pela oração, pelo estudo bíblico e pela prática no interior das igrejas e entre elas, inclusive pelo seu testemunho nas questões públicas da sociedade".

Zwinglio M. Dias, teólogo da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil, é professor da Pós-Graduação em Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e integrante da equipe de KOINONIA.

**SUPLEMENTO
ESPECIAL DE
TEMPO e PRESENÇA**

DA CAMINHADA ECUMÊNICA



APRESENTAÇÃO

Sabe-se que um dos mais fortes empecilhos à unidade ecumênica entre as igrejas cristãs é a desinformação. Esta comporta um componente de perversidade, posto que tanto arraiga ainda mais os preconceitos já existentes, quanto suscita novas formas preconceituosas que originam estereótipos distorcidos e imagens equivocadas. Portanto, na caminhada ecumênica, a informação e a convivência representam papéis estratégicos.

A convivência permite elucidar fornecidas num clima fraterno e de diálogo. A descoberta dos valores do outro a partir da vivência de formas devocionais, as palavras apaixonadas e os olhos que brilham de convicção e prazer quando falam a respeito de suas respectivas verdades, valem muito mais do que a leitura de muitos documentos emanados das hierarquias eclesiais.

Contudo, existem dados e reflexões que devem ser comunicados de outra maneira. São igualmente úteis considerando-se sobretudo o emaranhado complexo de sutilezas confessionais, doutrinárias, litúrgicas e teológicas que, eventualmente, podem se transformar em elementos de divisão e afastamento entre as diversas igrejas e denominações.

É de bom tom principiar situando historicamente as diversas expressões do cristianismo, ou seja: tomar ciência das circunstâncias religiosas, estruturais e conjunturais que tornaram necessária cada expressão respectiva; a par disso, conhecer os esforços empreendidos nos planos nacional e internacional em favor da unidade visível das igrejas; assumir uma atitude preventiva contra certa tendência monopolizante própria das confissões mais antigas e mais prestigiadas; selecionar também exemplos concretos sobre as relações atuais entre diferentes igrejas e denominações, principalmente entre aquelas que ocupam posições polares no campo religioso. Por tudo isso, apresentamos a seguir, como subsídio às discussões ecumênicas correntes no ensejo da Campanha da Fraternidade 2000, alguns textos informativos que tentam corresponder aos critérios acima enumerados. Obviamente não pretendem ser a última palavra, pelo contrário, foram compilados no intuito de informar e de aquecer os debates e discussões em curso, assim como inspirar tantas outras.

A LONGA ESTRADA ECUMÊNICA

Zwinglio M. Dias

O Movimento Ecumênico tem uma longa história. Para adquirir as formas e conteúdos que vão caracterizá-lo no século XX, atravessou um longo percurso. A unidade da Igreja, tantas vezes quebrada através da história da humanidade, é dom do Espírito, e cabe aos cristãos torná-la visível no meio do mundo. A Igreja de Cristo é a comunhão, a *koinonia* daquelas pessoas que um dia se sentiram misteriosamente constrangidas pelo Espírito a abraçar a proposta de vida apresentada por Jesus. “Todos fomos batizados num só Espírito para poder formar um só corpo” (1 Coríntios 12.13; Efésios 4.4). Neste sentido, mesmo nos momentos de ruptura e dissensão entre os cristãos, o Espírito sempre atuou no interior do “Corpo de Cristo” para manter viva e possível a obra de (re)construção da unidade perdida.

Nesta cronologia do processo de construção do Movimento Ecumênico, desejamos começar assinalando algumas atitudes de pessoas e grupos que sonharam com a unidade da Igreja de Cristo em meio aos desagregadores eventos de sua dissolução histórica. Poderíamos estender nossos olhos para os primeiros momentos da comunidade cristã e começar, desde então, a rastrear, a partir das páginas do Novo Testamento, os esforços pela unidade da Igreja. Mas isto é impossível dados os limites deste pequeno trabalho. Vamos ser mais modestos e nos limitar ao período que vai da Reforma Protestante até a constituição do Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Também não temos a pretensão de ser exaustivos nesta recompilação de gestos e atitudes de tolerância e ecumenismo que foram cimentando o caminho para a constituição do Movimento Ecumênico no século XX. Apenas destacaremos alguns exemplos que, do século XVI para cá, mostraram que a busca da unidade eclesial, sinal da presença atuante do Espírito na vida da Igreja de Cristo, sempre esteve presente no interior das mais diferentes formas históricas que a Igreja, sucessivamente, foi assumindo, pois Deus nunca ficou sem suas testemunhas no interior da história humana.

Antecedentes históricos

1554 – Sebastián Castellion, ex-correligionário de Calvino, publica o tratado *De haereticis, an sint persequendi*, no qual justifica, baseado em autores da antiguidade e contemporâneos, a tolerância para com os portadores de opiniões religiosas consideradas heréticas.

1562 – Jorge Cassander, humanista católico, que dedicou sua vida a lutar pela tolerância religiosa, publica sua obra *De officio pii ac publicae tranquillitatis vere amantis viri in hoc religionis dissidio*, em que afirma que a verdadeira Igreja de Cristo será formada por católicos, luteranos, calvinistas, zwinglianos e orientais quando estes consentirem em viver em paz e caridade, uma vez que possuem a mesma doutrina fundamental sobre Cristo Redentor.

1625 – O calvinista holandês Hugo Grocio publica sua obra *De jure belli ac pacis*, na qual condena as guerras civis que têm por objetivo a imposição do cristianismo pela força. Desejoso de unir as igrejas separadas baseado nas afirmações fundamentais que unem todos os cristãos, Grocio assim se expressa em uma de suas cartas “Durante toda a minha vida meu coração ansiou por reconciliar o mundo cristão.” (Bosch, 1995, p. 109).

1691 – Jorge Guilherme Leibniz, filósofo e matemático, de formação luterana, mantém correspondência com Bossuet, bispo de Meaux e tutor do herdeiro da Coroa da França, e defende a necessidade da constituição de uma igreja universal na qual as diferentes manifestações da experiência cristã pudessem se expressar livremente. Segundo J. de Santa Ana, foi por intermédio dessa correspondência que a palavra “ecumênico” adquiriu sua dimensão religiosa (1987, p. 22).

1717 – Início do diálogo anglicano-católico por iniciativa do arcebispo de Cantuária, William Wake, e de um grupo de teólogos católicos da Sorbonne (Paris). Esse diálogo, que se prolonga por mais de três anos, valioso em si mesmo, não apresenta nenhum resultado positi-

vo, apenas revela a irredutibilidade das posições eclesiológicas de ambos os lados.

1717 – Nikolaus Ludwig von Zinzendorf funda com um grupo de colegas a União dos Irmãos Moravos, movimento de origem pietista, mas de caráter profundamente ecumênico, preocupado com a unidade da vivência cristã da fé.

1780 – Robert Raikes, leigo da Igreja Anglicana, dá início à primeira Escola Dominical na cidade de Gloucester. A idéia não era nova pois tentativas semelhantes de ministrar instrução moral e religiosa aos mais pobres no único dia da semana em que não estavam trabalhando tinham antecedentes já no século anterior. A proposta foi exitosa e em 1785 se formava em Londres a Sociedade Pró-Escola Dominical, que estendeu o movimento por todo o Império Britânico.

1795 – Criação da Sociedade Missionária de Londres, de origem congregacionalista, mas que tinha a pretensão de aglutinar esforços missionários dos evangélicos sem levar em conta suas igrejas particulares (denominações).

1799 – Formação da Sociedade Religiosa de Tratados, também em Londres, com o objetivo de reunir os cristãos, indistintamente, para a disseminação de literatura cristã.

1804 – Fundação da Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira, com o propósito de imprimir e distribuir a Bíblia dentro e fora do país.

1816 – Criada nos Estados Unidos a Sociedade Bíblica Americana, com os mesmos propósitos de sua congênera britânica.

1833 – Início do Movimento de Oxford, com a publicação dos *Tratados dos Tempos Modernos*, que deu origem a um movimento anglo-católico no interior da Igreja Anglicana e que preconizava maior aproximação com a Igreja Católica Romana.

1844 – Fundação em Londres da Associação Cristã de Moços (ACM) por iniciativa de George Williams, leigo congregacional.

1846 – Criação, em Londres, da Aliança Evangélica, entidade proto-ecumênica, pois pretendia concentrar a força de significativos segmentos das diferentes igrejas protestantes e canalizá-la para os esforços missionários e outros empreendimentos.

1857 – Criação, na Inglaterra, da Associação para a Pro-

**A Igreja de Cristo é a comunhão,
a koinonia daquelas pessoas
que um dia se sentiram
misteriosamente constrangidas
pelo Espírito a abraçar a proposta
de vida apresentada por Jesus**

moção da Unidade da Cristandade, com anglicanos, católicos e ortodoxos gregos.

1867 – Constituição, nos Estados Unidos, da Aliança Evangélica.

1867 – Inauguração das Conferências de Lambeth, que se realizam desde então de dez em dez anos e reúnem todos os bispos da Comunhão Anglicana.

1875 – Constituição da Aliança Mundial de Igrejas Reformadas (presbiterianas).

1881 – Formação do Conselho Mundial Metodista, que até 1951 se denominava Conferência Ecumênica Metodista.

1888 – Conferência Missionária em Londres, de caráter internacional e interconfessional.

1889 – Consolidação da União dos Velhos Católicos, de Utrecht, Holanda, que rompe com a Igreja Católica Romana por não aceitar os dogmas promulgados pelo Concílio Vaticano I em 1870.

1890 – Conferência Missionária de Nova York, de natureza internacional e interconfessional. Dela participa John R. Mott, leigo metodista de profunda inspiração ecumênica.

1891 – Formação do Conselho Internacional Congregacionalista.

1894 – Fundação do ramo feminino da Associação Cristã de Moços.

1895 – Fundada, na Suécia, durante a Conferência Escandinava de Estudantes Cristãos, a Federação Mundial de Estudantes Cristãos.

1895 – O papa Leão XIII institui a Novena de Pentecostes para “acelerar a obra de reconciliação dos irmãos separados”.

1900 – Fundação da Associação Internacional pelo Cristianismo Liberal e pela Liberdade Religiosa.

1903 – Criação, no Brasil, da Aliança Evangélica.

1905 – Formação da Aliança Batista Mundial.

1910 – Realização da primeira grande Conferência Missionária Mundial em Edimburgo (Escócia), da qual participaram 1.200 delegados de 159 sociedades missionárias, em sua esmagadora maioria européias.

1913 – Realização da Conferência sobre Missão na América Latina, em Nova York, Estados Unidos, auspiciada pelo Conselho da Conferência de Missões Estrangeiras dos Estados Unidos, que deu origem ao Comitê de Cooperação para América Latina (CCLA).

1914 – Fundação, em Constança (Alemanha), da Aliança Universal pela Amizade Internacional através das Igrejas.

1916 – Realização do Congresso Missionário do Panamá. Reuniu os representantes das sociedades missionárias norte-americanas atuantes na América Latina para reafirmar o caráter de “campo missionário” do continente. Foi uma clara resposta à Conferência de Edimburgo, que havia considerado América Latina um continente cristão por ter sido evangelizado pela Igreja Católica Romana.

1920 – Criação do Comitê Mundial dos Irmãos.

1920 – O Patriarcado de Constantinopla propõe a criação de uma Liga de Igrejas.

1921 – Formação do Conselho Missionário Internacional em Lake Mohonk (Nova York, Estados Unidos).

1921 a 1925 – Desenvolvem-se as “Conversações de Malinas” entre o abade Fernand Portal, lazarista, e o anglicano Lord Charles L. W. Halifax, sob os auspícios do cardeal Désiré Mercier e apoiadas, num primeiro momento, pelo papa Pio XI.

1923 – Formação da Convenção (a partir de 1947 Federação) Luterana Mundial.

1925 – Realização da Primeira Conferência do Movimento Vida e Ação, realizada em Estocolmo, Suécia, sob a direção do arcebispo luterano de Uppsala, Nathan Söderblom.

1925 – Criação da Abadia Beneditina de Chevetogne, na Bélgica, dedicada ao estudo do monarquismo e da espiritualidade orientais, num esforço de promover a aproximação entre católicos e ortodoxos. Sua revista *Irenikon* será importante instrumento nesse esforço.

1927 – Primeira Conferência que dá origem à Comis-

1948 – Constituição oficial do Conselho Mundial de Igrejas em sua primeira Assembléia na cidade de Amsterdam (Holanda), contando com a participação de representantes de 147 igrejas

são de Fé e Ordem e que acontece em Lausanne, Suíça, reunindo 400 delegados de 127 igrejas.

1928 – O Conselho Missionário Internacional promove a Conferência de Jerusalém. Pela primeira vez participa um pastor brasileiro, o presbiteriano Erasmo Braga.

1930 – Constituição da Convenção Mundial das Igrejas de Cristo (reúne as Igrejas Discípulos de Cristo).

1935 – Nova formulação da oração interconfessional pelo padre Paul Couturier dando uma dimensão universal à Semana de Oração pela Unidade proposta em 1908 pelo sacerdote anglicano estadunidense Paul J. Watson. Este mais tarde se converte ao Catolicismo.

1937 – Conferência Mundial de Vida e Ação realiza-se em Oxford, Inglaterra, pronunciando-se em favor da criação de um Conselho Ecumênico de Igrejas.

1937 – Realização da Segunda Conferência mundial de Fé e Ordem em Edimburgo (Escócia), quando se consolida a idéia da necessidade da fusão dessa comissão com o movimento paralelo de Vida e Ação.

1938 – O Comitê dos Quatorze (sete representantes do Movimento de Vida e Ação e sete representantes da Comissão de Fé e Ordem) se reúne em Utrecht (Holanda) com líderes de igrejas para redigirem a Constituição do Conselho Mundial de Igrejas (em formação). A data escolhida para a sua primeira assembléia foi agosto de 1941.

1938 – Realiza-se a Conferência de Madras (Índia), promovida pelo Conselho Missionário Internacional.

1946 – Fundação do Instituto Ecumênico de Bossey, nos arredores de Genebra, Suíça.

1947 – O Conselho Missionário Internacional realiza a Terceira Conferência em Whitby, Inglaterra.

1948 – Constituição oficial do Conselho Mundial de Igrejas em sua primeira Assembléia na cidade de

Amsterdam (Holanda), contando com a participação de representantes de 147 igrejas.

1949 – Início de encontros ecumênicos não-oficiais e reservados entre católicos e não-católicos, organizados pelo padre dominicano Christophe-Jean Dumont, diretor do Centro de Estudos Istina, de Paris.

1949 – Publicação da carta do Santo Ofício *Ecclesia Sancta*, pela qual a Igreja Católica modifica sua atitude em relação ao movimento ecumênico, declarando que se trata de um movimento “inspirado pelo Espírito Santo e fonte de alegria no Senhor para os filhos da verdadeira Igreja.”

1952 – Realização da Quarta Conferência do Conselho Missionário Internacional em Willigen, Alemanha.

1952 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Lund, Suécia.

1954 – Realização da Segunda Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Evanston, Estados Unidos.

1957/58 – Realização da Quinta Conferência do Conselho Missionário Internacional, em Gana.

1959 – O papa João XXIII anuncia a convocação do Concílio Vaticano II para a renovação (*aggiornamento*) da Igreja e abertura ao Ecumenismo e ao mundo.

1960 – Criação, pelo papa João XXIII, do Secretariado Romano para a Unidade dos Cristãos.

1961 – Criada a Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade (ISAL), com sede em Montevidéu, Uruguai.

1963 – Realização da Terceira Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Nova Delhi, Índia. Nesta ocasião, o Conselho Missionário Internacional se integra ao CMI.

1963 – A Divisão de Missão Mundial e Evangelismo do CMI (ex-Conselho Missionário Internacional) realiza a Conferência sobre Missão no México.

1963 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Montreal, Canadá.

1963 – Início da publicação em Montevidéu, Uruguai, da Revista *Cristianismo y Sociedad*, de caráter ecumênico e porta-voz de ISAL.

1964 – Promulgação pelo papa Paulo VI do decreto conciliar sobre Ecumenismo, *Unitatis Redintegratio*.

1965 – Criação do Grupo de Trabalho Conjunto entre o Vaticano e o Conselho Mundial de Igrejas.

1965 – Criação, no Rio de Janeiro, do Centro Evangélico de Informação (CEI).

1965 – Criação do Programa conjunto entre o CMI e o Vaticano, conhecido sob a sigla SODEPAX (Comissão para a Sociedade, o Desenvolvimento e a Paz) que finaliza suas atividades em 1980.

1966 – O CMI promove uma conferência sobre Ajuda ao Desenvolvimento em Swanwick, Inglaterra.

1966 – O CMI promove em Genebra, Suíça, a Conferência sobre Igreja e Sociedade.

1967 – Publicação da primeira parte do Diretório Ecumênico elaborado pelo então Secretariado Romano para a Unidade.

1967 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Bristol, Inglaterra.

1968 – Realização da Quarta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Uppsala, Suécia.

1968 – Representantes do Vaticano (doze teólogos) passam a participar dos trabalhos da Comissão de Fé e Ordem do CMI.

1968 – A Divisão de Missão Mundial e Evangelismo realiza Conferência sobre Missão em Uppsala, Suécia.

1968 – O Centro Evangélico de Informação assume dimensões ecumênicas e passa a se denominar Centro Ecumênico de Informação (CEI).

1969 – O papa Paulo VI faz visita oficial à sede do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, Suíça.

1970 – Publicação da segunda parte do Diretório Ecumênico elaborado pelo Secretariado Romano para a Unidade.

1970 – O CMI promove Conferência sobre Ajuda ao Desenvolvimento em Montreaux, Suíça.

1971 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Louvain, Bélgica.

1974 – A Divisão de Missão Mundial e Evangelismo realiza Conferência Missionária em Bangcoc, Tailândia.

1974 – O CMI promove Conferência sobre Igreja e Sociedade em Bucarest, Romênia.

1974 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Accra, Gana.

1974 – O Centro Ecumênico de Informação, do Rio de Janeiro, amplia suas atividades e se transforma no Cen-

1982 – Constituído em forma definitiva o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) em Huampaní, Peru

tro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).

1974 – Criada em Salvador, Brasil, a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), patrocinada por algumas igrejas protestantes e a Igreja Católica.

1974 – Reorganização dos esforços ecumênicos desenvolvidos por ISAL, instituição desbaratada pela repressão político-militar, com a criação de um organismo substituto denominado Ação Social Ecumênica Latino-Americana (ASEL).

1975 – Realização da Quinta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Nairóbi, Quênia.

1975 – Criado em San José, Costa Rica, o Departamento Ecumênico de Investigações (DEI).

1977 – O CMI promove encontro internacional sobre o Diálogo com outras Religiões em Chiang Mai, Tailândia.

1978 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Bangalore, Índia.

1978 – Realização da Conferência de Oaxtepec, México, para a constituição do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), em formação.

1979 – O CMI promove conferência sobre Igreja e Sociedade no Massachusetts Institute of Technology (MIT) em Cambridge, Estados Unidos.

1980 – Criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic) no Brasil.

1980 – A Comissão de Missão Mundial e Evangelismo realiza Conferência sobre Missão em Melbourne, Austrália.

1982 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Lima, Peru.

1982 – Constituído em forma definitiva o Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) em Huampaní, Peru.

1983 – Realização da Sexta Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Vancouver, Canadá.

1984 – O papa João Paulo II visita oficialmente a sede do Conselho Mundial de Igrejas em Genebra, Suíça.

1985 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Stavanger, Noruega.

1986 – O CMI promove conferência sobre Ajuda ao Desenvolvimento em Larnaka, Chipre.

1986 – Realização da Jornada Mundial de Oração pela Paz, em Assis, Itália. Reuniu os principais líderes religiosos do mundo, convocados pelo papa João Paulo II.

1987 – O CMI promove conferência sobre Comunidade e Partilha em El Escorial, Espanha.

1988 – Criado em São Paulo, Brasil, o Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e à Educação Popular (Cesep).

1988 – Realizada a Segunda Assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai) em Indaítuba, Brasil.

1989 – A Comissão de Missão Mundial e Evangelismo realiza Conferência sobre Missão em San Antonio, Estados Unidos.

1989 – O papa João Paulo II transforma o Secretariado para a Unidade dos Cristãos em Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade.

1989 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Budapeste, Hungria.

1990 – O CMI promove a Conferência sobre Justiça, Paz e Integridade da Criação em Seul, Coreia.

1991 – Realização da Sétima Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas em Camberra, Austrália.

1993 – A Comissão de Fé e Ordem realiza conferência em Santiago de Compostela, Espanha.

1994 – Realização da Primeira Jornada Ecumênica, em Mendes, Brasil, convocada por KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, com o apoio do Conic, da Cese, do Clai e do CMI.

1995 – Realização da Terceira Assembléia do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), em Concepción, Chile.

1996 – A Comissão de Missão Mundial e Evangelismo realiza conferência sobre missão em Salvador, Brasil.

1997 – Realização da Conferência Missiológica de San José, Costa Rica, promovida pelo CCLA, do Conselho Nacional de Igrejas dos Estados Unidos e em cooperação com o Clai e com o Conselho Caribenho de Igrejas. Essa conferência, de certo modo, celebrava o 80º aniversário do Congresso do Panamá.

1998 – Realização da Oitava Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas, em Harare, Zimbabwe.

Bibliografia

BOSCH, Navarro. *Para Compreender o Ecumenismo*. São Paulo: Ed. Loyola, 1995.

Ecuclopedie du Protestantisme. Ed. du Cerf/Paris – Ed. Labor et Fides/Genebra, 1995.

SANTA ANA, Julio. *Ecumenismo e Liberdade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

O DOM DA UNIDADE: PASSOS ECUMÊNICOS DA IGREJA CATÓLICA ROMANA

Jorge Atilio Silva Iulianelli

Para compreender o que significa ecumenismo para a Igreja Católica Romana será necessário darmos alguns passos. A caminhada com vistas à unidade dos cristãos, iniciada nas igrejas protestantes, especialmente no século XX, levou a constituir o Movimento Ecumênico, com os seus três rios de origem: o movimento missionário, a discussão doutrinal e teológica, e o movimento de ação social. Estes três movimentos desembocaram na formação do Conselho Mundial de Igrejas, em 1948. Para que isso acontecesse muitos momentos anteriores foram necessários. E o primeiro deles foi o reconhecimento do escândalo da divisão dos cristãos. A chaga da divisão dos cristãos, não em vistas da pluralidade e pluriformidade do cristianismo, mas em função das disputas eclesásticas.

A Igreja Católica Romana compreendeu, especialmente após o Concílio Vaticano II, a importância do movimento ecumênico para o testemunho vivo da fé cristã na sociedade moderna. O mundo no século XX foi marcado por duas guerras mundiais, fraticidas. Nelas os cristãos estavam envolvidos, e, por omissão ou culpa, permitiram, entre outras coisas, o massacre dos judeus. As campanhas militares dos Estados Unidos, especialmente contra os países asiáticos, no clima da Guerra Fria, sempre contaram com a presença de capelães militares para abençoar as tropas que se enviavam para combater o “perigo vermelho”. Em muitos momentos, e de muitas formas, a desunião dos cristãos foi (é) uma contribuição para a manutenção dos sistemas criadores de desigualdade, para a consumação da cultura da morte que grassa em nosso século.

O escândalo da desunião se contrapõe ao princípio evangélico: “Que todos sejam um, para que o mundo creia” (João 17.21). Não que a comunidade cristã, em algum momento da história do cristianismo, tenha sobrevivido sem conflitos internos, os mais diversos. É verdade que, durante o primeiro milênio do cristianis-

mo, não se conheceu uma pluriformidade desunida do cristianismo, do que são testemunhos os concílios ecumênicos. Porém, desde 1054, com o Cisma do Oriente, que dividiu o cristianismo numa face Ocidental, latina, e noutra Oriental, bizantina, a pluriformidade e pluralidade do cristianismo teve a colegialidade abalada.

No século XVI houve o segundo grande terremoto. Provocado pela necessidade de reformas internas no cristianismo ocidental, movimento sentido a partir do século XI, com a reformulação do monaquismo que se insurgia contra o enriquecimento ilícito dos prelados e o afastamento do cristianismo de seus princípios normativos. No século XIII são, também, testemunhas deste empenho a formação das ordens mendicantes, como os dominicanos e franciscanos. Em 1511, um monge agostiniano, da Alemanha, com os príncipes alemães, se insurge contra os desmandos e desorientações que o cristianismo ocidental seguia. Nasce com Martinho Lutero o grande processo da Reforma Protestante do cristianismo ocidental.

Segundo a filósofa judia Hannah Arendt, a Reforma é um dos eventos de época que marcam o surgimento da modernidade. Com a Reforma, ela afirma em sua obra *A condição humana*, o cristianismo e o Ocidente têm abalada a fé dogmática, a dúvida está instaurada. Ainda mais, a capacidade humana de questionar está elevada a um grau superior, as autoridades e tradições não se podem opor ao esforço humano por um conhecimento melhor da Verdade. A Reforma, portanto, transforma não só o cristianismo, mas impacta a autocompreensão do Ocidente (europeu).

O escândalo da divisão é o chão do qual brota a pergunta: Como vamos dar testemunho autêntico de Jesus Cristo se não somos um? Como o mundo poderá crer? Teremos que enfrentar as palavras do juízo de Gandhi: “Li o Evangelho e me apaixonei pelo Cristo.

Olhei o cristianismo e me decepcionei com os cristãos.” O cristianismo deve ser uma possibilidade de confirmar e não de negar a paixão pelo Cristo. Um cristianismo desunido é um escândalo. É a partir do escândalo que deveremos entender os passos (e passos) da Igreja Católica Romana rumo ao ecumenismo.

Os processos históricos sempre permitem que notemos os sinais do Reino, aquelas manifestações nas quais o Senhor da História se faz presente. Podemos dizer, parafraseando Paul Tillich, que assim como o princípio protestante está mais presente na sociedade secular que nas igrejas, os sinais do Reino também. Não digo com isso que nas igrejas não se manifestem os sinais, afirmo que é no mundo (e as igrejas estão no mundo) que a graça se sobrepuja em sinais da gratuidade de Deus com a humanidade. Poderíamos fazer um esforço por enumerar quais são esses sinais no nosso tempo, talvez conseguíssemos uma ou outra relação de eventos. Todavia, é mais importante, para os fins que o texto se propõe, indicar apenas um destes. O ecumenismo é, indubitavelmente, um sinal do Reino.

O ecumenismo é fruto da pressão das sociedades em função da presença difusa (e confusa) dos cristãos, especialmente os protestantes, em áreas de missão. Como as sociedades poderiam acreditar num anúncio de uma Boa-Nova de irmãos tão divididos? Como crer num único Senhor diante de irmãos que disputam espaço para a pregação e a solidariedade (quando esta última existia). Não é porque as igrejas reconhecem a necessidade evangélica da unidade que o ecumenismo é procurado, mas porque as sociedades não admitem o cristianismo dividido. Esta foi a explicação que os primeiros arautos do ecumenismo se ofereciam. Há, além dessa, outra questão: o imperialismo.

Os decursos históricos são cercados de ambigüidades. No início do século XX havia um processo de expansão neocolonial marcadamente anglo-saxão. Ocorre que na América Latina fazia eco a Doutrina Monroe, de finais do século XIX (“a América para os americanos”), e 3/5 do planeta eram protetorado da Coroa britânica. A África começava a ser “partilhada” pelos europeus, que não se preocupavam com os interesses e os direitos das populações tradicionais, do norte ao sul a África foi conspurcada por este ato de lesa-majestade. Estourava, em 1907, a revolução comunista na Rússia. A Ásia não aparecia mais como uma área de interesse dos ocidentais e isso repercutia num avanço do Japão.

O imperialismo era essa presença forte das nações européias e dos Estados Unidos da América procuran-

Não é porque as igrejas reconhecem a necessidade evangélica da unidade que o ecumenismo é procurado, mas porque as sociedades não admitem o cristianismo dividido

do controlar os destinos mundiais de acordo com os interesses que lhes eram próprios. Não obstante a disputa teórica entre marxistas e Schumpeter sobre o caráter pacifista ou não do capitalismo, o que importa é ressaltar que o processo imperialista contemporâneo foi profundamente belicoso. Ainda está por se contar o massacre que sofreu a África e os povos indígenas da América Latina no período de 1850-1950. Quer o imperialismo seja fruto do subconsumo (Rosa de Luxemburgo), quer das paixões nacionalistas (Schumpeter), os frutos da árvore do mal são inegáveis. Acresce-se ainda o fato de historiadores traçarem um curso do imperialismo que vai de 1807 ao pós-segunda guerra mundial.

As igrejas, também a Igreja Católica Romana, acompanharam o expansionismo econômico-político das nações européias e, também, dos Estados Unidos. No mais das vezes “abençoaram” o papel civilizador que desempenhavam os irmãos do Norte, procurando banir as “trevas do mal” presentes nas religiões dos nativos. Este ideal de “embranquecimento modernizador” levou, na América Latina, durante a implantação dos estados liberais, à dizimação dos povos indígenas, para que as áreas fossem ocupadas por imigrantes europeus, sobretudo. Para que essa missão se cumprisse na América Latina eram enviados missionários católicos a fim de dissuadir a presença das populações indígenas, isto não sendo aceito eram enviadas as missões militares com o fito de destruir a presença do “inimigo”.

É nesse contexto que se dá a pergunta pela unidade dos cristãos. Muitos cristãos se viam incomodados por estar participando direta ou indiretamente desse processo. Ficava, entretanto, muito evidente que a missão cristã não se adequava a uma disputa por novos fiéis para cada uma das denominações. Eram menos importantes os elementos que deram origem à diversidade das denominações e igrejas que a unidade dos cristãos. Desafortunadamente essa não era uma preocupação, no início do século XX, para a Igreja Católica Romana.

Nossa reflexão deve se dar por seis etapas.

A. A que precede ao Vaticano II. Consiste em vários esforços pessoais e de grupos em favor da unidade dos cristãos.

B. A proposta do Vaticano II, sobretudo no Decreto *Unitatis Redintegratio* (Reintegração da Unidade), no qual estão estabelecidos os princípios do ecumenismo católico-romano. Cabe neste segundo ponto abordar a criação de diversas comissões mistas de diálogo que têm trabalhado desde então.

C. O pontificado de João Paulo II, no qual temos três documentos muito importantes: *Diretório Ecumênico* (1993), Carta Apostólica *Oriente Lumen* (Luz do Oriente, 1994), Carta Encíclica *Ut Unum Sint* (Para que todos sejam um, 1995).

D. A repercussão na América Latina, especialmente com o que está registrado nos documentos de Puebla e de Santo Domingo.

E. A significação especialmente dos documentos *Diretrizes para a Ação Evangelizadora* (1995–1998) e *Formação Ecumênica*. Neste ponto é importante enfatizar a participação da Igreja Católica Romana no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs e na Coordenadoria Ecumênica de Serviço.

F. Por último a questão do “ecumenismo de base” no Brasil e na América Latina.

A. Caminhando rumo ao Vaticano II Os erros históricos são muitos e mútuos. As inquisições católico-romanas e protestantes provocaram inúmeras vítimas em todos os continentes. Na América Latina as inquisições portuguesa e espanhola foram extremamente violentas. Na verdade, na América Latina se dava ainda outra tensão: entre os que estavam comprometidos com o Deus da Vida e a defesa dos “outros cristos” dos “cristos das américas”, os que opunham a vida ao ouro (Bartolomé de las Casas, por exemplo) e os que se aliavam ao projeto colonial. Os aliados do projeto colonial entendiam como missão a conversão da alma dos indígenas e dos africanos ao projeto branco-colonizador, eles eram peças (escravos) e para se salvar deviam ser submissos aos seus senhores.

Os outros, que se aliavam ao projeto do Deus da Vida, da defesa das vítimas, porque Jesus foi vítima também, se confrontavam com o projeto colonial. O projeto colonialista foi, de certa forma, vitorioso. Embora o cristianismo, em algumas versões do catolicismo popular, tenha resguardado a experiência do compromisso do Deus da Vida. As festas e a convivibilidade inspiradas pelo Deus da Vida permanecem vivas ainda hoje. Por isso, na América Latina, o cristianismo se confron-

tou, tanto no catolicismo como no protestantismo, com o desafio da defesa da vida.

Na Alemanha, em 1822, o teólogo católico Jean Adam Möhler estudou teologia com o mestre protestante Neander. Möhler teve uma formação que influenciou diversas gerações de teólogos católicos. De certa forma, pode-se dizer que a obra de Möhler é um tratado de ecumenismo.

Na Inglaterra, Newman, líder de um movimento anglicano pela unidade, chamado movimento de Oxford, filiou-se à igreja católico-romana. No entanto, os outros participantes anglicanos do movimento de Oxford mantiveram com ele fortes diálogos sobre a questão da unidade. Esse movimento, do século XIX, gerou no século XX a profunda amizade entre o anglicano Lord Hallifax e o cardeal Mercier.

Em 1895 Leão XIII propôs, na novena que antecede Pentecostes, que a dedicassem à oração pela unidade. Em 1910 os ministros anglicanos Paul Spencer e Paul Watson sugeriram a Pio X uma Semana Anual de Oração pela Unidade. Ainda não era uma oração celebrada em comum pelos cristãos, mas era um esforço das várias famílias cristãs em busca da unidade. Em 1935, o padre Couturier propunha que a oração acontecesse em comum.

Houve a criação de Congregações Religiosas devotadas à unidade e ao diálogo inter-religioso, como as Congregação Feminina Filhas de Sion, responsável pelo diálogo cristão-judaico, e a consagração à oração pela unidade do Mosteiro Beneditino de Chèvotogne (Bélgica, 1925), especialmente entre católicos latinos e ortodoxos. Em 1952, João XXIII criou o Secretariado para a Unidade dos Cristãos.

Durante todo esse período houve muitas tensões. Quando da criação do Conselho Mundial de Igrejas o papa proibiu expressamente a participação dos católicos. As diversas questões de ordem doutrinária (tais como a compreensão do batismo – justificação pelo batismo; da eucaristia – consubstanciação, presença real e memorial; a mariologia; o primado...) e de ordem disciplinar (hierarquia e ministérios, por exemplo) impediram um maior avanço no diálogo.

B. Vaticano II: o sopro do Espírito que “bagunça” tudo

O Concílio do Vaticano II foi um esforço ecumênico do papa João XXIII, Giovanni Roncalli. O cardeal Roncalli possuía uma forte vivência ecumênica e de diálogo inter-religioso. Na Alemanha nazista ele cooperou, por meio da Nunciatura, para salvar muitos judeus, emitindo documentos para estran-

geiros. Possuía o hábito de orar com pastores de outras denominações cristãs. Quis o Concílio Ecumênico, não apenas porque participaram bispos representando toda a igreja romano-católica espalhada pelo mundo, mas também porque contou com 28 participantes observadores das outras igrejas cristãs, ocidentais e orientais.

Quase todos os documentos conciliares têm caráter ecumênico – excetuam-se os de caráter disciplinar, tais como *Christus Dominus*, sobre o episcopado; ou *Presbyterorum Ordinis*, sobre o sacerdócio. Porém, já a Constituição Dogmática *Lumen Gentium* (Luz dos Povos), sobre a Igreja, possui uma forte ênfase ecumênica. Afirma o documento no seu famoso número 15:

“Por muitos títulos a Igreja (Católica Romana) sabe-se ligada aos batizados que são ornados com o nome de cristão, mas não professam na íntegra a fé ou não guardam a unidade da comunhão sob o sucessor de Pedro. Muitos deles honram a Sagrada Escritura como norma de fé e de vida. Mostram sincero zelo religioso. Crêem com amor em Deus Pai Onipotente e em Jesus Cristo Filho de Deus Salvador. São assinalados pelo batismo no qual se unem a Cristo. E até reconhecem e aceitam outros sacramentos nas próprias Igrejas ou comunidades eclesiais. Não poucos dentre eles possuem mesmo o Episcopado, celebram a Sagrada Eucaristia e cultivam a piedade para com a Virgem Mãe de Deus. Acresce a comunhão das orações e outros benefícios espirituais. Temos até com eles certa união verdadeira no Espírito Santo, que também neles opera com Seu poder santificante por meio de dons e graças, tendo fortalecido a alguns deles até a efusão do sangue (...)”

Desta maneira, há um reconhecimento da presença do Espírito na vida das Igrejas e Comunidades Eclesiais cristãs, não-católicas. Tanto o documento sobre a Igreja, como o documento sobre ecumenismo levaram dois anos para serem aprovados. Foram muitas as discussões. Nesta primeira parte do número 15 se reconhecem os diversos sinais de eclesialidade das outras igrejas cristãs. É verdade que o critério de eclesialidade está dado sob a forma da organização da Igreja Católica Romana. Entretanto, há um esforço em perceber que os sinais da Igreja, que são dons de Deus, são maiores que a Igreja Católica Romana e, ainda mais, mesmo a Igreja, com os seus sinais de santidade, unidade, catolicidade (universalidade) e santidade, não é o Reino. As igrejas vivem os sinais da Igreja e sinalizam o Reino.

Isto explica que, em seguida, o número 15 afirma ser o caminho da unidade a conformação de uma só Igreja, um só rebanho e um só pastor. É muito importante que na Constituição Dogmática a questão ecumê-

Quando da criação do Conselho Mundial de Igrejas o papa proibiu expressamente a participação dos católicos

nica apareça. É uma expressão teológica que demonstra não existir apenas uma preocupação pastoral. O caminho para o ecumenismo, conforme a Igreja Católica, passa por ela mesma. Isto explica porque o Documento sobre ecumenismo se chama *Unitatis Redintegratio* (UR). Para a igreja Católica Romana houve uma ruptura com ela. Esta é a leitura da História da Igreja (do cristianismo) feita. É óbvio que tal leitura não necessariamente é aceita pelas outras igrejas cristãs.

Há ainda outro elemento importante. As outras comunidades eclesiais e igrejas são as da Reforma europeia, e os desdobramentos destas (como os metodistas, por exemplo) e as igrejas orientais. E o movimento pentecostal, um dos maiores fenômenos cristãos do século XX? São considerados geralmente como seitas. E se faz ecumenismo com seitas? Não era isto que pensavam os padres conciliares. Muito embora isto tenha mudado depois. Veja-se, por exemplo, a existência de comissões teológicas bilaterais entre católico-romanos e pentecostais. Vale notar que recentemente, em 1998, se deu um diálogo bilateral entre católicos e pentecostais, em Quito, Equador, promovido pelo CELAM, quer contou com a participação do Conselho Latino-Americano de Igrejas.

Mas, vejamos algumas das principais linhas do documento UR:

Destaca a divisão das igrejas como uma contradição aberta à vontade do Cristo. Ressalta que o movimento ecumênico, do século XX, é fruto do esforço das igrejas cristãs e comunidades eclesiais não-católicas:

“Muitos homens, por toda parte, sentiram o impulso desta graça. E também, por obra do Espírito Santo, surgiu, entre nossos irmãos separados, um movimento sempre mais amplo para restaurar a unidade de todos os cristãos.” (Proêmio)

A unidade da Igreja e o movimento ecumênico, em prol dessa unidade, é graça e mistério. É um dom que o Espírito oferece a todos os cristãos. O esforço dos irmãos separados na constituição do Movimento Ecumênico é reconhecido como um bem para toda a Igreja. É fruto do esforço de cristãos não católico-romanos. Trata-se de um gesto de humildade, de um treinamento de não-arrogância. Isso abre portas: reconhecer os passos que os outros já ofereceram na caminhada, indicando a direção, é importante.

Os princípios católicos do ecumenismo

O título já nos remete a um plano muito direto desta parte: a proposta da Igreja Católica Romana ao ecumenismo. Se o próêmio reconhece que outros ofereceram a direção, este capítulo trata da direção que a Igreja Católica Romana considera melhor.

Resumo: Cristo, que veio para remir todo o gênero humano, orou pela unidade “para que o mundo creia” (João 17.21). Na Eucaristia a Igreja se faz una e pela força do Espírito o amor unifica os discípulos. A unidade da Igreja é a do Corpo Místico, no qual há a comunhão dos fiéis e a unidade de todos em Cristo, é o Espírito Santo o princípio da unidade da Igreja. Pelo Espírito a Igreja se estabeleceu no mundo como anunciadora da Boa Nova para todo o gênero humano, e nela Pedro exerce o ministério da unidade. A Igreja tem como modelo de unidade a Trindade. A Igreja, que é una, desde os primórdios teve cições. Os filhos da igreja Católica reconhecem nos cristãos batizados nas Comunidades separadas irmãos no Senhor. De certa forma, essas Comunidades separadas participam da unidade com a Igreja católica. As Comunidades separadas possuem os bens que edificam e vivificam a Igreja: Palavra de Deus, vida de graça, fé, esperança, caridade. Os irmãos separados realizam ações sacras que podem produzir a vida da graça, abrindo caminhos para a salvação. Embora deficientes, o Espírito Santo utiliza as Comunidades separadas como meio de salvação. Porém, apenas a Igreja católica pode possibilitar atingir a plenitude dos meios da salvação. “Por ‘Movimento ecumênico’ se entendem as atividades e iniciativas suscitadas e ordenadas em favor das várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos Cristãos.” Os caminhos do Movimento ecumênico são a eliminação de palavras, juízos e ações que não correspondam à verdade das Comunhões não católicas e o diálogo entre peritos que conduz ao trabalho de renovação e de reforma. É distinto o esforço em prol da plena comunhão católica e o esforço ecumênico, embora não sejam opostos. A plena unidade é prejudicada pelas divisões. Por isso, se recomenda que os Bispos promovam e dirijam as ações ecumênicas dos fiéis. (Cap. 1)

O centro do primeiro capítulo está no reconhecimento do que é, para a Igreja Católica Romana, o movimento ecumênico: o favorecimento da unidade dos Cristãos. Que o caminho do diálogo dos peritos seja acentuado não indica muita coisa ainda. A indicação da quebra dos preconceitos é fundamental. Não há diálogo sem uma apreciação serena da verdade do outro, do modo de se mostrar que o outro possui. Por isso, é enfatizada a necessidade de reconhecer os dons do Espírito presentes nas Comunidades separadas. A

separação é pecado, mas as Comunidades separadas são meios de transmissão da graça, queridos por Deus, sinais do Espírito.

A prática do ecumenismo

O segundo capítulo oferece um conjunto de práticas ecumênicas fruto das experiências dos padres conciliares. A própria renovação da Igreja Católica Romana era uma experiência ecumênica necessária, mas, também, a conversão pessoas, a oração comum, o interconhecimento dos irmãos, o ensino ecumênico, especialmente da Teologia, a explicação e a expressão da doutrina da fé e a intercooperação.

Resumo: Fiéis e pastores estão convocados a instaurar a união dos cristãos, conforme os dons de cada um. A Igreja é chamada a se renovar permanentemente, para reencontrar as próprias fontes e se corrigir. Os movimentos bíblico, litúrgico, a atividade social e outros são caminhos dessa renovação que permitem o progresso do ecumenismo. A conversão pessoal é fundamental para o ecumenismo porque todos somos chamados a nos suportar mutuamente (Cf. Efésios 4.1-3). Pois somos responsáveis pelo pecado da separação (1 João 1.10). Os católicos devem se reunir para orar pela unidade da Igreja, e em ocasiões particulares orar com os cristãos pela unidade. E a intercomunhão deve ser vista como um meio para a unidade apenas sob certas circunstâncias e sob a prudente orientação dos bispos. É necessário que se conheça a mente dos irmãos separados, num diálogo de igual para igual. As disciplinas teológicas e históricas devem ser ensinadas numa perspectiva ecumênica, especialmente aos futuros pastores. E, no trabalho missionário, o conhecimento dos Cristãos separados presentes nas áreas de missão será frutífero para o apostolado. Não se deve buscar um “irenismo” na exposição da fé, tentando pacificar à força as diferenças. A fé católica deve ser explicada profunda e claramente, com fidelidade à doutrina da Igreja. Porém, sem levantar polêmicas inúteis e lembrando que existe uma “hierarquia de verdades”. Todos os católicos devem se empenhar em cooperar com os irmãos separados especialmente no campo social. Essa cooperação deve contribuir para a valorização da dignidade da pessoa humana, promoção do bem e da paz, aplicação social do Evangelho, incentivar o espírito cristão nas ciências e nas artes e lutar contra os males da nossa época (fome, calamidades, analfabetismo, pobreza, déficit habitacional, e distribuição dos bens). (Cap. 2)

A prática ecumênica é fruto da experiência em vista da unidade. No movimento ecumênico capitaneado pelo Conselho Mundial de Igrejas houve a convergência dos movimentos de Vida e Ação, Fé e Ordem, e

Vida e Missão. Aqui, na exposição das práticas há elementos dessas três tendências: espiritualidade e apostolado; teologia; e missão. Há uma abertura para o Evangelho social, a aplicação do Evangelho aos problemas (males) de nossa época. Os cristãos não podem ficar passivamente observando o desdobrar da história da humanidade. Eles, como participantes do gênero humano, e como seguidores de Cristo, tem uma missão: assumir, em Cristo, tudo o que é humano. Esse é o caminho para construir a unidade, que depende de uma opção pessoal. Apenas aceitando como espiritualidade os Cristãos podem viver a busca da unidade.

As Igrejas e Comunidades Eclesiais Separadas da Sé Apostólica Romana

Resumo: Olhamos para as duas principais cisões na Igreja: aquelas do Oriente, devido às fórmulas dogmáticas do Concílio de Calcedônia; e as outras divisões surgidas após quatro séculos daquela, a Reforma.

Consideração peculiar das Igrejas Orientais: As Igrejas do Oriente sempre viveram em solícita comunhão fraterna, e sempre tiveram uma unidade mantida com a Sé Romana. A Igreja latina bebeu das fontes do Oriente os dogmas fundamentais da fé cristã sobre a Trindade e o Verbo de Deus, encarnado da Virgem Maria, que “foram definidos em Concílios Ecumênicos celebrados no Oriente.” Porém, o modo diverso de compreender a herança apostólica, bem como a diversidade de gênio e de condição de vida, juntamente a causas externas e à falta de mútua compreensão e caridade levou à divisão. Isso deve ser observado para a busca da unidade entre a Igreja Católica Romana e as igrejas do Oriente. As igrejas do Oriente possuem uma rica vida espiritual e litúrgica. Celebram dignamente a Eucaristia, veneram à Virgem e aos Santos, entre os quais os Padres da Igreja. Possuem a legítima sucessão apostólica. “Por isso, alguma comunicação nas coisas sagradas não só é possível mas até aconselhável, dadas as oportunas circunstâncias e com aprovação da autoridade eclesiástica.” Há diversas riquezas espirituais, entre as quais o monaquismo. “Conhecer, venerar, conservar e fomentar o riquíssimo patrimônio litúrgico e espiritual dos orientais é de máxima importância para guardar fielmente a plenitude da tradição cristã”. As igrejas do Oriente possuem uma disciplina própria que garante a diversidade e é benéfica para cumprir sua missão e que não obsta os esforços pela unidade. Também a tradição teológica dos orientais, embora diversa da ocidental, a ela não se opõe, “faz parte da plena catholicidade.” Por isso, se recomenda que se envidem todos os esforços para que seja demolida a parede que divide a Igreja ocidental da oriental.

As igrejas e comunidades eclesiais separadas no Ocidente: A diversidade das igrejas no Ocidente não apaga a unidade que havia antes da Reforma. Entretanto, é possível identificar alguns pontos que podem e devem ser o fundamento do diálogo ecumênico. A fé em Cristo, como Deus e Senhor e único mediador entre Deus e os homens é o elemento que compele à busca da unidade. Há diferenças, como a referente à função de Maria na obra de salvação. Nos une o amor pela Sagrada Escritura, embora a Igreja Católica Romana observe um lugar especial para o magistério na exposição e pregação da Palavra. Se reconhece no Batismo a ordenação à completa comunhão com o Senhor, por isso é importante que se aprofunde a fé nos sacramentos, especialmente sobre a eucaristia. Esses irmãos separados têm a vivência da fé, por meio do batismo, a audição do Verbo divino, e manifestada pela oração particular, meditação bíblica, vida familiar cristã, culto da comunidade congregada para o louvor de Deus. Eles possuem um vivo sentido de justiça e uma sincera caridade para com o próximo. O diálogo ecumênico também pode ter como ponto de partida a aplicação moral do Evangelho. “O Concílio declara estar consciente de que este santo propósito de reconciliar todos os cristãos na unidade de uma só e única Igreja de Cristo excede as forças e os dotes humanos. Por isso põe inteiramente sua esperança na oração de Cristo pela Igreja, no amor do Pai para conosco e na virtude do Espírito Santo. ‘E a esperança não engana, pois o amor de Deus foi derramado em nossos corações por virtude do Espírito Santo que nos foi dado’” (Romanos 5.5). (Cap. 3)

Houve um grande esforço em reconhecer que a história das separações, e os elementos que a mantêm, são menores que tudo aquilo que contribui para a unidade. De certa maneira, o Concílio convida a um mergulho nas tradições que estão presentes nas outras igrejas como uma forma de renovação da própria Igreja Católica Romana. Há, sem dúvida, a contínua repetição de que a Igreja Católica tem, mais perfeitamente, plenamente, os meios adequados para a salvação que as outras igrejas, porém, isso deve ser relativizado. O próprio documento UR assim o faz. É mais importante o que nos une, que aquilo que nos separa.

Outra questão importante a ser considerada é que a Igreja Católica convoca os fiéis e os pastores a um maior conhecimento da tradição das outras igrejas. É um passo muito importante depois de tantos anos de anatematizações mútuas. Os outros cristãos eram vistos como contrários à fé em Cristo. O Concílio os reconhece como filhos da mesma tradição cristã. Mais ainda, eles têm tesouros espirituais pouco conhecidos ou desconhecidos, mesmo entre si próprios, dada a gran-

de diversidade de igrejas. Todo esforço ecumênico é imenso para a ação humana, apenas sob o influxo da graça os seres humanos podem buscar essa unidade sempre desejada por Deus. O ecumenismo só pode acontecer se existir uma espiritualidade ecumênica.

A inspiração que o Concílio Ecumênico Vaticano II trouxe para a Igreja Católica Romana ainda não se apagou. Por isso dedicou-se uma atenção mais pormenorizada ao Decreto UR. Ecumenismo, como expresso na UR, é ainda um sonho. Os esforços nas direções propostas pelo documento foram ainda muito tímidos. As experiências ecumênicas no campo da pastoral e das ações de solidariedade são pequenas e poucas, dizem respeito a pessoas mais que a instituições. Talvez, ao menos, aqui esteja um fruto do Concílio que propõe como caminho para o ecumenismo essa conversão de coração de cada pessoa, para uma abertura cada vez maior ao outro.

Diálogos bilaterais

Por outro lado, deve se registrar um número grande de diálogos bilaterais da Igreja Católica Romana com as diversas famílias de comunidade eclesiais. Desde 1964 foram mais de quarenta diálogos que resultaram em diversos relatórios. Um dos principais diálogos foi o que resultou no documento do Conselho Mundial de Igrejas: *Batismo, Eucaristia e Ministério* (BEM). Nele encontram-se os temas mais estudados pelas igrejas cristãs. Até o momento já resultou em seis volumes de respostas críticas das igrejas ao documento de Lima, 1982. Existe uma resposta oficial da Igreja Católica ao documento de Lima, datada de 1987, acentuando as discrepâncias da fé da igreja romana, como, por exemplo, quanto à ordenação feminina.

No campo das relações intereclesiais um dos diálogos se deu entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Anglicana. Existe em português o documento *Relatório Final da Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana*. O documento apresenta como centro da reflexão sobre a unidade cristã a *koinonia*: aquela comunhão entre pessoas que são feitas pelo Espírito filhos e filhas de Deus. Nos apêndices verifica-se, na declaração da comissão nacional anglicano-católica romana, que se reconhece a falta de um espírito aberto e de concórdia entre a maioria dos fiéis. Por isso se concita a uma maior divulgação das conquistas desse tipo de diálogo.

Acordos tais como:

O sacerdócio do povo de Deus (1 Pedro 2.5) é consequência da incorporação ao Cristo pelo batismo. Esse sacerdócio de todos os fiéis não é matéria de divergência entre nós. (...) Ambas as tradições concordam que o rito sacra-

mental é um sinal visível pelo qual a graça de Deus é dada na Igreja pelo Espírito Santo. (...) As duas tradições afirmam a preeminência do batismo e da eucaristia como sacramentos 'necessários para a salvação'. Isto não diminui sua maneira de compreender a natureza sacramental da ordenação. A esse respeito não há divergência significativa entre elas.

Nessa perspectiva dos diálogos, aconteceu em maio, 1998, Quito, Equador, o primeiro Encontro Católico-Pentecostal Latino-Americano e Caribenho convocado, simultaneamente, pelo Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), o Setor de ecumenismo da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM) e a Comissão Evangélica Pentecostal Latino-Americana (CEPLA). Ele não representou um avanço nas discussões doutrinárias, porém apresentou a possibilidade de construir-se um caminho mais frutífero para as relações bilaterais dessas confissões cristãs no Continente. A "mensagem às igrejas" tem um tom realista.

"Com grata surpresa descobrimos a beleza de nossas distintas tradições eclesiais, que têm a mesma raiz no único Senhor (Efésios 4.4-6), presente e vivo ontem, hoje e sempre (Hebreus 13.8)."

Num autêntico clima de amor e fraternidade, marcado por freqüentes e intensos momentos de oração, como aconteceu na primeira comunidade de Jerusalém, vieram à luz nossas dores que são o resultado de uma grande história de preconceitos, incompreensões, desqualificações, e, até mesmo, de experiências de agressões e exclusões mútuas. Ademais, constatamos que permanecem diferenças doutrinárias que não são facilmente superáveis, entretanto estamos profundamente convencidos de que devemos continuar caminhando na busca da unidade na diversidade.

O grito de Jesus "Meu Deus, meu Deus, porque me abandonaste" (Mateus 27.46) – que se faz carne em milhões de crianças, jovens, homens e mulheres, idosos, indígenas e negros, excluídos pela implementação de sistemas econômicos injustos –, nos desafia a trabalhar unidos e curar as feridas, com o óleo da solidariedade e da comunhão (Lucas 10.25-37), desta nossa humanidade que sofre, participando, assim, juntos na ressurreição de nosso povo latino-americano e caribenho. Não podemos deixar de responder a este desafio por causa de conflitos desnecessários.

Nós nos comprometemos a buscar juntos, novos e permanentes caminhos de encontros com a convicção de que fomos chamados por Jesus Cristo para interpretar o *kairos* latino-americano, com a força do Espírito compartilhar a missão e responder assim à oração de Jesus "que todos sejam um para que o mundo creia" (João 17.10).

Esse é o trecho central da carta. Nele estão presentes os ingredientes dos diálogos bilaterais: o reconhecimento da identidade cristã comum; a constatação das agressões históricas e as dificuldades doutrinárias; a missão comum no exercício do amor ao próximo; e o compromisso pelo esforço contínuo em travar novos passos para a busca da unidade, “para que o mundo creia.” O elemento propriamente latino-americano e caribenho foi a identificação do “povo que sofre”, o mundo dos excluídos, como fruto da “implementação de sistemas econômicos injustos.” A exclusão social é fruto da injustiça e a missão cristã comporta a denúncia e o anúncio de um comprometimento em “curar as feridas com o óleo da solidariedade e da comunhão”.

C. Pós-Vaticano II: João Paulo II e o ecumenismo

Os ventos do Vaticano II continuam soprando. Muito embora existam alguns “retrocessos”. As Conferências Episcopais foram incitadas a criar um similar ao Secretariado para a Unidade dos Cristãos. Na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, existe uma Dimensão Ecumênica, sobre a qual falaremos adiante. O ecumenismo não deixou de iluminar a ação da Igreja. Vale lembrar a atitude simbólica de Paulo VI, quando da visita do Arcebispo da Cantuária à Basílica de Santa Maria Maior, em Roma, na qual o papa girou o báculo, reconhecendo o episcopado do irmão separado, embora os documentos ainda discutam a compreensão teológica do ministério ordenado.

O pontificado de João Paulo II tem sido chamado de “inverno” ou “retorno à disciplina”. Podemos afirmar que o atual pontificado tem duas vertentes: *ad intra ecclesiam* trata-se de manter, por um lado, um rigor disciplinar e doutrinário que rendeu, entre outras coisas, a caça à teologia da libertação e diversas excomunhões, entre as quais a aplicada à Tissa Balassuriya, teólogo indiano que escreveu um livro sobre Maria interpretado como ofensivo à fé católica. Também deve-se considerar todo esforço em direção a uma proposta de “nova evangelização” (nova em seus métodos, em seu ardor), que apóia especialmente os movimentos leigos, entre os quais a Renovação Carismática Cristã (RCC). *Ad extra ecclesiam* o papado tem uma doutrina social que critica o neoliberalismo e a exclusão social muito pertinentemente, bem como, não se pode esquecer, tece críticas ao economicismo “socialista”; ademais possui uma ampla literatura sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

Não se pode negar que João Paulo II procurou ofe-

recer avanços nas relações ecumênicas da igreja romana, especialmente quanto às igrejas orientais. Muito embora algumas atitudes tenham sido contraditórias, como, por exemplo, quando da visita ao Conselho Mundial de Igrejas, a Sé solicitou que o Papa tivesse a poltrona mais elevada da tribuna e um tempo maior que os outros para falar. O CMI é constituído democraticamente e tais solicitações deixavam a desejar, ou, digamos, não tinham um bom tom. Por outro lado, quando da reunião em Assis, na qual orou com os líderes de outras religiões, o papa falou que toda oração, de qualquer tradição religiosa, é Palavra de Deus.

O *Catecismo da Igreja Católica* (promulgado em 11/10/1992) apresenta de forma condensada a doutrina católica sobre o ecumenismo na explicitação da doutrina da unidade da Igreja. Afirma (*Catecismo*, 816) que subsiste na Igreja Católica a nota da unidade, ou seja, que a Igreja Católica é verdadeiramente una, e essa unidade é, também uma meta da Igreja. Por isso, a divisão atual é um *pecado* (*Catecismo*, 817). Outrossim, afirma que o desejo da unidade de todos os cristãos é de Cristo, e por isso a Igreja responde por vários meios: a renovação constante, a oração em comum, o conhecimento fraterno e recíproco, a formação ecumênica, o diálogo e a colaboração – citando sempre a UR (*Catecismo*, 821).

Quanto à questão ecumênica temos três documentos sobre os quais vamos rapidamente nos debruçar: *Diretório Ecumênico* e as encíclicas *Oriente Lumen* e *Ut unum sint*. Estes documentos são recentes e oferecem uma visão oportuna da direção que o ecumenismo tomou neste pontificado.

Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre ecumenismo

O documento é do Conselho Pontifício para a promoção da unidade dos cristãos. Esse *Diretório* substituiu o anterior, publicado em duas partes, em 1967 e 1970. Após a publicação do *Novo Código de Direito Canônico* (1983) e do *Catecismo da Igreja Católica* (1992), esperava-se uma proposta oficial para os procedimentos ecumênicos dos fiéis católicos. Assim, os destinatários do documento são os pastores e a todos os fiéis “chamados a orar e a trabalhar pela unidade dos cristãos.” Porém, tem a pretensão de um efeito correlato: “ser útil aos membros das igrejas e das comunidades eclesiais que não se encontram em plena comunhão com a Igreja Católica”. O *Diretório* possui cinco capítulos, sobre os quais daremos uma visão resumida.

Resumo: O Concílio Vaticano II pediu aos católicos para estenderem o seu amor a todos os cristãos. O Concílio

apresenta a Igreja como novo Povo de Deus, congregando nele com toda a riqueza da sua diversidade, mulheres e homens de todas as nações e culturas. A Igreja é uma comunidade de comunhão/*koinonia*, por isso todos os cristãos dela participam, podendo estar em comunhão plena ou não com a igreja católica. Os católicos creem que a única Igreja de Cristo subsiste na igreja católica, governada pelo sucessor de Pedro. Desde os primórdios do cristianismo houve cisões. Porém, a plenitude da unidade da Igreja de Cristo manteve-se na igreja católica. Não obstante todas as igrejas são instrumento de salvação. No século XX membros de muitas igrejas e comunidades eclesiais esforçaram-se por ultrapassar a herança das divisões. Na igreja católica a atividade ecumênica foi incentivada após o Concílio Vaticano II. "O movimento ecumênico é uma graça de Deus, concedida pelo Pai, em resposta à oração de Jesus e às súplicas da Igreja, inspirada pelo Espírito Santo." O ecumenismo tem que superar o indiferentismo e o proselitismo. Os católicos devem atuar de acordo com os seus bispos. O ecumenismo é, antes de tudo, uma ação espiritual. As decisões finais sobre a plena comunhão cabem ao Colégio dos Bispos e a Sé Apostólica. O trabalho ecumênico depende dos contextos nos quais se dá. As seitas e os novos movimentos religiosos não podem ser atendidos por essas orientações. (I. A busca da unidade dos cristãos)

A primeira parte faz uma retomada de afirmações do Vaticano II, mas imprime um tom mais realista e, de certa forma, pessimista. Primeiramente, afirma mais incisivamente a plenitude da verdadeira unidade na Igreja Católica Romana. Em segundo lugar, constata que permanecem e se aprofundam problemas como o indiferentismo (somos todos iguais) e o proselitismo (nós somos melhores), criando dificuldades para uma sincera busca da unidade. Em terceiro lugar, enfatiza a necessidade da orientação dos pastores aos processos de busca de unidade, restringindo o "protagonismo dos leigos" nessa ação evangelizadora. Por fim, prescreve às seitas e aos novos movimentos religiosos a impossibilidade de serem alcançados por essas orientações para a busca da unidade.

Resumo: Os códigos canônicos, conforme a Sé romana, para a igreja latina e para as igrejas orientais (uniatas) adscrevem às igrejas particulares e às conferências episcopais o dever de estabelecer normas práticas para a promoção da unidade. Solicita-se a nomeação de delegados ecumênicos diocesanos para promoverem orações em comum entre cristãos e outras atividades. Além disso, solicita-se a criação de Comissões Diocesanas de ecumenismo, que devem se preocupar, entre outras coisas, com a formação ecumênica do clero, e participar das ativida-

des ecumênicas. As comissões ecumênicas das Conferências Episcopais devem, também, participar das estruturas ecumênicas existentes. Também as estruturas de vida consagrada e religiosa e as organizações dos fiéis leigos devem ter espírito e atividades ecumênicos expressos nos seus estatutos. Todos, entretanto, devem seguir as orientações do Pontifício Conselho para a promoção da unidade dos cristãos. (II. A organização do serviço da unidade dos cristãos na igreja católica)

Seguindo as orientações *ad intra* do pontificado de João Paulo II, a orientação para as estruturas eclesíasticas é centralizadora: o Pontifício Conselho estabelece princípios, seguidos pelas conferências episcopais, pelas comissões diocesanas, pelos religiosos e consagrados, e pelos fiéis. A estrutura eclesíastica é piramidal-monárquica. Todavia, há um incentivo para que toda a igreja, em todas as suas instâncias, crie espaços para a veiculação do espírito da busca da unidade dos cristãos. No Brasil, nem todas as dioceses têm condições de estabelecer comissões diocesanas, podem, entretanto, ser criadas estruturas interdiocesanas. É importante frisar que a CNBB está preocupada com a formação ecumênica dos agentes de pastoral, como também dos leigos.

Resumo: A formação ecumênica deve estar adaptada a cada situação concreta. Deve contemplar o conhecimento da Bíblia; da história e da situação ecumênica nacional; da história das divisões; dos resultados dos diálogos teológicos. O método de ensino deve ter consideração pela progressividade dos conteúdos. "A formação ecumênica pretende que todos os cristãos estejam animados pelo espírito ecumênico." São meios de formação para os fiéis católico-romanos o estudo bíblico, a pregação, a catequese, a liturgia, a vida espiritual. A unidade buscada é, primeiramente, com o Cristo, depois com a comunhão eclesial católico-romana, e depois com todos os cristãos das outras igrejas e comunidades eclesiais. A formação dos que cooperam no ministério pastoral, dirige-se, para os ministros ordenados, estimulando-os a seguir fielmente às orientações do magistério. Todas as disciplinas teológicas devem ter abordagem e conteúdo ecumênicos. Deve, também, existir um curso especial de ecumenismo. Deve-se incentivar a participação dos candidatos ao sacerdócio em experiências ecumênicas. Quanto aos ministros e colaboradores não-ordenados, uma formação doutrinal que permita a abertura ao espírito ecumênico e a experiência prática. Sugere-se ainda que sejam formados especialistas em ecumenismo. O "especialista" deve ser formado para o diálogo, e fazer do diálogo a sua vivência espiritual. As faculdades católicas devem oferecer, no primeiro ciclo, questões relacionadas ao ecume-

nismo e no segundo ciclo apresentar, de forma autêntica e competente, as questões ecumênicas. As universidades católicas devem ministrar uma formação ecumênica sólida. É necessário que se constituam institutos ecumênicos especializados. A formação doutrinal e prática deve ser permanente. (III. A formação para o ecumenismo na igreja católica)

A formação ecumênica é considerada muito importante pelo atual Diretório e dirige-se a todos os fiéis. Nesse sentido, reconhece-se a necessidade da formação de peritos. No Brasil não existem institutos católicos com o fito de formar especialistas em ecumenismo. Entretanto, o padre Jesus Hortal indica instituições ecumênicas, como KOINONIA, por exemplo, que adveio do Cedi, como instituições surgidas por iniciativa protestante, nas quais colaboram católicos. De qualquer forma, é importante notar que o Diretório solicita dos formadores um espírito ecumênico autêntico, bem como um amor fiel à Igreja Católica Romana e aos princípios para o ecumenismo por ela propalados.

Quanto à formação é importante ainda notar que as instituições católicas devem estar comprometidas em difundir o espírito ecumênico. Elas não podem, em nenhuma instância, fechar-se em atitudes solipsistas. A perspectiva que o Diretório assume é a do reconhecimento da diversidade religiosa na comunidade mundial. Não há, praticamente, espaço no mundo em que a presença diversa dos cristãos deixe de existir. Por isso, é necessário que os fiéis e os pastores estejam formados para o diálogo, para o crescimento na busca da unidade, com uma formação doutrinal e prática, que não pode ser vista como um momento estanque. A formação é permanente.

Resumo: “O batismo é conferido com a água e a fórmula que indica claramente o ato de batizar em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Por isso é da maior importância, para todos os discípulos de Cristo, que o batismo seja ministrado desta maneira por todos e que as diferentes igrejas e comunidades eclesiais cheguem, tanto quanto possível a um acordo sobre o seu significado e a sua celebração válida”. Se recomenda o diálogo de cúpula sobre o significado e validade do batismo, a fim de se chegar a um acordo. Os católicos podem, em situações e locais adequados, celebrar a memória do batismo. Porém, se recomenda que o batismo não seja conferido por ministros de diferentes confissões conjuntamente. Num batismo conferido por um ministro católico pode se permitir a participação de ministros de outras igrejas nas leituras ou orações. Na Igreja Católica Romana podem ser padrinhos os fiéis dessa confissão, porém qualquer cristão, batizado validamente, pode sê-lo. Os católico-roma-

O batismo de crianças, a eucaristia, os sacramentos, até outros de menor importância como a veneração aos santos e o papel de Maria na obra da Redenção. Estes temas teológicos são tensos no diálogo ecumênico

nos podem ser padrinhos na Igreja Ortodoxa oriental. Todo cristão pode, se quiser, conforme a consciência, “decidir livremente entrar na plena comunhão católica.” Não há exigência de batizar de novo os cristãos que adentrem na plena comunhão e que foram validamente batizados. O rito do sacramento da confirmação é necessário aplicar-se aos cristãos que aderem à plena comunhão provenientes das igrejas e comunidades eclesiais originárias da Reforma. Se estimula, também, a partilha das atividades e recursos espirituais (oração em comum, liturgia não sacramental, a vida sacramental, e outros recursos). Instrui-se ainda sobre a prática dos casamentos mistos. (IV. A comunhão de vida e de atividade espiritual entre os batizados)

A vida de fé foi fortemente marcada pelo processo histórico das cisões que o cristianismo vive. Assim, os elementos que poderiam contribuir para uma construção maior da unidade, muitas vezes têm maior força de separação. O Diretório chama a atenção para a necessidade de atender à necessidade dessa partilha espiritual. Porém, tal partilha não deve prescindir do esclarecimento do sentido e das regras próprias que cada confissão compreende dos bens espirituais comuns a todos os cristãos. O conjunto de questões tratadas nesta parte, de origem doutrinária e disciplinar, merece uma atenção especial que não se pode dedicar aqui.

Entretanto, cabe reconhecer duas intenções do Diretório. Primeiramente, ele anima os católicos a um convívio mais forte na partilha dos dons espirituais que as igrejas cristãs todas possuem, recomendando cautela. Em segundo lugar, insiste na necessidade da existência de uma certa reciprocidade por ser a partilha “uma contribuição em espírito de boa vontade e de caridade para o progresso da harmonia entre cristãos.” Por isso, os católicos são conclamados a respeitar a disciplina litúrgica e sacramental das outras igrejas e comunidades eclesiais. Porém, devemos notar a centralidade dessa necessidade que o ecumenismo aponta: unidade na vida espiritual.

Como o Vaticano II não foi tão claro quanto à partilha da vida espiritual, indicando que o ecumenismo é,

ele mesmo, uma espiritualidade, parece haver um aca-
nhamento nessa direção. Porém, justamente as doutri-
nas e disciplinas litúrgicas são centrais nas polêmicas
que afastam os cristãos, desde questões centrais, como
o batismo de crianças, a eucaristia, os sacramentos, até
outras de menor importância como a veneração aos
santos e o papel de Maria na obra da Redenção. Estes
temas teológicos são tensos no diálogo ecumênico. Po-
rém, não deveria isso obstar a possibilidade de uma
vivência litúrgica ecumênica. Como veremos, há sinais
dela nas experiências do “ecumenismo de base”.

Resumo: A vivência da fé partilhada e do batismo em
nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo são basilares
para muitas formas de cooperação ecumênica: estudos
bíblicos e litúrgicos, catequese e estudos superiores, pas-
toral e evangelização, serviço na caridade ao mundo que
luta pela realização da justiça, paz e amor. “Os cristãos
não podem fechar o seu coração ao gritante apelo das
necessidades humanas no mundo contemporâneo.” A
cooperação ecumênica é possível se “tentando evitar re-
petição de estruturas administrativas ou de iniciativas e
programas conjuntos”. Os católicos devem participar res-
peitando a ordenação das autoridades eclesiásticas, isto
garante a marca da autoridade nas atividades de coope-
ração. São formas de cooperação os Conselhos de Igrejas
e/ou Conselhos Cristãos, que são constituídos por Igre-
jas que procuram trabalhar em conjunto, eles “não têm
responsabilidade nas negociações para a união das igre-
jas.” Outra forma cooperativa é constituída pelo diálogo
ecumênico, ele pode acontecer em nível diocesano, de
Conferência Episcopal ou dos Sínodos das Igrejas Orien-
tais Católicas, ou por meio da Igreja Universal, podendo
ser bilateral ou multilateral. Podem ser orientados por
grupos de leigos ou do clero. A participação dos católi-
cos nos diálogos implica um bom conhecimento da pró-
pria fé e um enraizamento de vida permanente na comu-
nhão, de pensamento e vontade, com a Igreja. Em certos
diálogos apenas a hierarquia designa os participantes. Há
uma hierarquia de verdades que deve ser levada em con-
sideração no diálogo: 1. questões doutrinárias; 2. questões
pastorais ou missionárias. Uma questão pode ter graus
diferenciados de acordo ecumênico. Os relatórios de diá-
logo somente comprometem a Igreja Católica quando
confirmados pela autoridade eclesiástica competente. Ain-
da uma outra forma de cooperação são os estudos bíbli-
cos. O uso e o estudo da Bíblia podem contribuir para a
unidade desde que não sejam realizados numa perspecti-
va sectária ou fundamentalista. O uso ecumênico das Es-
crituras deve estar sedimentado numa vida de fé. Outra
forma é o uso de textos litúrgicos comuns, tais como o
Credo, as doxologias e textos cristãos mais importantes

Não se trata de contar com uma espontânea relação entre as igrejas, mas da construção de estruturas eclesiásticas capazes de alimentar o serviço cristão ao mundo hodierno conturbado

(Pai Nosso, Glória, etc.). A cooperação, também, pode se
dar na catequese. A catequese não se confunde com o
ensino da religião, que pode ser, até mesmo, imposto pelo
Estado. A catequese em comum deve salientar a unidade
da fé que os cristãos experimentam sobre as matéria fun-
damentais. No ensino superior deve haver cooperação,
na investigação teológica e na formação dos ministros
ordenados. Deve haver cooperação pastoral em situações
particulares e cooperação missionária. Deve-se buscar
contribuir para a afirmação de ministérios comuns, ou
criá-los, quando a situação assim o exigir, conforme a
determinação das autoridades eclesiásticas competentes.
As atividades missionárias não devem reforçar o sectaris-
mo. “A cooperação ecumênica é particularmente neces-
sária na evangelização das massas descristianizadas do
nosso mundo contemporâneo.” Deve haver cooperação
ecumênica para o diálogo com as outras religiões “A coo-
peração com outros crentes pode ter como objetivo ques-
tões de valorização de perspectivas religiosas dos proble-
mas de justiça e de paz, apoio à vida familiar, respeito
das comunidades minoritárias.” A cooperação ecumêni-
ca deve estender-se à vida social e econômica, estudando
em comum as questões éticas; apoiando trabalhos na área
do desenvolvimento das necessidades humanas e na de-
fesa da criação, nas áreas da medicina e da mídia. (V.
Cooperação ecumênica, diálogo e testemunho comum)

O tema da cooperação ecumênica é muito amplo.
Os vários aspectos abordados pelo documento têm di-
mensões distintas. Há um nível de cooperação “teóri-
co” e outro “prático”, não deixando de levar em consi-
deração que ambos se interferem. Teoricamente as ques-
tões são pertinentes ao diálogo ecumênico, catequese e
liturgia. Efetivamente são problemas que dizem respeito
à vivência das comunidades eclesiais. As questões “prá-
ticas” são a participação da Igreja Católica Romana em
Conselhos, e o apoio na pastoral ou na missão, no diá-
logo com outras religiões, e nas atividades de ensino
teológico, vida social e econômica. Em todas as ques-
tões é ressaltada a importância de observar fidelidade
e submissão às autoridades eclesiásticas competentes.

O Diretório indica que há um campo aberto de co-

operação intereclesial que é marcadamente exercido no âmbito das relações entre as igrejas. O apoio em prol da humanidade se inicia no seio da vida eclesial e se expande para o serviço ao mundo. É no serviço ao mundo que a cooperação se exerce em função do mandato evangélico de favorecer à vida (João 10.10). Para todas as atividades cooperativas a Igreja Católica-Romana deve estar comprometida em formar agentes. Não se trata de contar com uma espontânea relação entre as igrejas, mas da construção de estruturas eclesiais capazes de alimentar o serviço cristão ao mundo hodierno conturbado.

Encíclica *Orientalium Lumen*

Em 1995 o papa João Paulo II, celebrando o aniversário da carta encíclica *Orientalium Dignitatis* de Leão XIII, fez um esforço de reconsiderar as riquezas da tradição do Oriente para todas as igrejas, para todo o cristianismo. Porém, ele disse que sendo “filho de um povo eslavo” não podia perder de vista as obras dos santos irmãos Cirilo e Metódio. O Papa se abre numa perspectiva mais robusta e, de certa forma, ambiciosa: a unidade católica. Vale lembrar que, como vimos acima, o ecumenismo para a Igreja Católica Romana tem uma dupla ação ecumênica: dirigida à unidade católica e à unidade de todos os cristãos, especialmente, neste segundo caso, à unidade com as igrejas e comunidades eclesiais separadas de Roma.

A encíclica se destina prioritariamente a aprofundar o projeto pontifício, por ora, ao menos, aparentemente malogrado, de unidade católica com a ortodoxia. Entretanto, a beleza e a riqueza do texto é uma contribuição importante para o esforço ecumênico. Trata-se de um documento fortemente arraigado na experiência oriental, especialmente na espiritualidade. O papel do Espírito Santo é ressaltado e isso é uma contribuição para um diálogo mais instigante também com os pentecostais, um efeito colateral da encíclica não ensejado.

Resumo: A Luz do Oriente é o Cristo e acreditamos que a veneranda e antiga tradição das Igrejas Orientais é parte integrante do patrimônio da Igreja de Cristo, então “a primeira necessidade para os católicos é conhecê-la para poderem se nutrir dela”. A catolicidade da Igreja será mais bem expressa na comunhão entre latinos e orientais. A estrela do Oriente brilha em Jerusalém, e para lá se dirige o olhar do papa. Há uma busca pela harmonia. Um papa, filho de um povo eslavo, sente ainda mais forte o apelo pela unidade com as igrejas do Oriente. O grito do final de século é *Ne evacuetur Crux!* (1 Coríntios 1.17) – não se torne inútil a cruz, “é o grito de Roma, o grito de Constantinopla, o grito de Moscou. É o brado de toda a

o ecumenismo para a Igreja Católica Romana tem uma dupla ação ecumênica: dirigida à unidade católica e à unidade de todos os cristãos, especialmente, neste segundo caso, à unidade com as igrejas e comunidades eclesiais separadas de Roma

cristandade: das Américas, da África, da Ásia, de todos. É o grito da nova evangelização.” As igrejas, do Ocidente e do Oriente têm que responder aos apelos das mulheres e homens de hoje, que pedem que lhes seja apresentado o Cristo que o Pai no-lo revelou (João 8.55; 15.8-11). Por isso, as igrejas do Ocidente e do Oriente não podem apresentar-se tão divididas como infelizmente temos encontrado ao longo do segundo milênio... Essas divisões devem ceder o lugar à reaproximação e à concórdia; devem ser cicatrizadas as feridas no caminho da unidade dos cristãos.” Diante dos anseios e sofrimentos do mundo será uma contribuição para o anúncio eficaz do Evangelho a unidade dos cristãos. (Em busca do Oriente) Por isso, é necessário conhecer o Oriente cristão. Para tanto, faz-se mister reconhecer que o Oriente e o Ocidente usaram métodos e modos diferentes para conhecer e exprimir os mistérios cristãos. A Encíclica convida à contemplação da experiência de fé do Oriente. A riqueza espiritual do Oriente se manifesta sobretudo na liturgia que celebra a “monarquia” do Pai e a vivência Trinitária da fé. Tal riqueza eleva o homem à contemplação das coisas divinas. A Igreja do Oriente, a partir dos santos Cirilo e Metódio, soube respeitar e valorizar as culturas particulares, unindo-as ao amor pela universalidade da Igreja. As várias igrejas do Oriente são um exemplo de inculturação bem sucedida. A Igreja do Oriente valoriza a Tradição como patrimônio da Igreja de Cristo, que guarda o núcleo querigmático. “É a Tradição que livra a Igreja do perigo de recolher apenas opiniões mutáveis, e garante a sua certeza e continuidade”. A Tradição nos coloca em continuidade com o passado, a escatologia nos abre ao futuro de Deus. Um dos outros traços que distingue o Oriente é o *monaquismo*. O cenobitismo de Pacômio e Basílio, e o eremitismo de santo Antão ou Macário, o Egípcio, exprimem a mesma orientação monástica. “O mosteiro é o lugar profético no qual a criação se torna louvor de Deus, e o preceito da caridade, vivida concretamente, se torna ideal de convivência humana, e onde o ser humano procura Deus sem barreiras nem impedimen-

tos, tornando-se referência para todos, levando-os no coração e ajudando-os a procurar Deus". Também, assim, é a vida monástica feminina no Oriente. O monaquismo revela que a vida está suspensa entre dois vértices: a Palavra e a Eucaristia. "A Palavra é o ponto de partida do monge: uma Palavra que chama, que convida, que pessoalmente interpela, como aconteceu com os apóstolos". A Palavra cria a obediência, a mudança de vida, ela nos leva a ele. A Palavra gera a experiência orante. No cume dessa experiência está a eucaristia. Na liturgia encontram-se a perfeição da oração e da vida cristã. A liturgia, para o Oriente, é o céu sobre a terra. "A liturgia revela que o corpo, atravessando o mistério da Cruz, está a caminho da transfiguração, da pneumatização: no monte Tabor, Cristo mostra-o resplandecente, como é desejo do Pai que volte a ser". A liturgia revela o caminho para o equilíbrio do homem novo. O Oriente oferece a escola do olhar cristificado: que procura retamente, de intenção, o caminho certo, no fim reconhece o rosto do Pai. É o Espírito que guia nesse caminho. Existem irmãos e irmãs, ensinamos o Oriente, que são nossos guias espirituais. Esses e essas nos orientam pela comunhão e pelo serviço. Aprendemos que somos pessoas em relação com os outros e com Deus, somos ícones do ícone de Deus, Jesus Cristo. Somos atirados ao silêncio da adoração, experimentamos nele a "transcendência absoluta" de Deus. Precisamos deste silêncio que está pleno da presença adoradora. (Conhecendo a Luz do Oriente)

Trinta anos depois do Concílio do Vaticano II se reconhece a maior proximidade entre as igrejas do Ocidente e do Oriente. Paulo VI indicou que o caminho do conhecimento recíproco não podia deixar de ser trilhado na caridade. "O pecado de nossa divisão é gravíssimo: sinto a necessidade de aumentar a nossa disponibilidade comum ao Espírito, que nos chama à conversão, a aceitar e a reconhecer o outro com respeito fraterno, a cumprir novos gestos corajosos, capazes de dissolver qualquer tentativa de retraimento. Sentimos a necessidade de ultrapassar o grau de comunhão que já atingimos". É evidente que os primeiros concílios registraram a unidade na diversidade da Igreja, já houve na atualidade do segundo milênio vários encontros construtivos entre as autoridades da Igreja do Ocidente e do Oriente. É necessário que se restabeleça o mais prontamente possível a unidade, como tem sido marcado pelos patriarcas de Constantinopla. "Certamente, na perspectiva atual resulta que uma união verdadeira só será possível no pleno respeito da dignidade dos outros, sem considerar o conjunto de usos da Igreja latina como sendo mais completo ou mais idôneo para mostrar a plenitude da reta doutrina; e resulta ainda que tal união deverá ser precedida por uma cons-

ciência de comunhão que permeie inteiramente a Igreja e não se limite a um acordo entre cúpulas". Se deve buscar o apoio mútuo no serviço aos demais, o contato no serviço sacramental e litúrgico, e o contato no estudo dos doutores do Oriente. Que o homem do terceiro milênio possa gozar desta descoberta: que possamos nos apresentar a Deus com as mãos puras da reconciliação. (O Encontro com o Oriente)

A carta é de 2 de maio de 1995, dia de Santo Atanásio. Ela é a identificação de uma das marcas do pontificado de João Paulo II, a tentativa de *reconciliação* com a Igreja do Oriente. Houve vários encontros entre João Paulo II e o patriarca Dimitrios, do Patriarcado de Constantinopla. Houve avanços nas negociações em vista da unidade. Entretanto, há muitas questões no caminho. A existência das igrejas uniatas – igrejas orientais ligadas a Roma; o canône (novo Código de direito canônico para as igrejas orientais) romano para essas igrejas; os fatos recentes nos países do Leste Europeu (a "queda do muro", as guerras interétnicas servo-croatas e bósnio-herzegovinas e a atual entre servos e kozovares), tudo isso é elemento complicador para a reconciliação.

A encíclica *Ut Unum Sint*

A encíclica se propõe a refletir o tema da unidade dos cristãos, especialmente dos que participam das comunidades eclesiais do Ocidente. "Para que todos sejam um", a oração do Senhor, é a chave-de-leitura que o Pontífice propõe. A primeira parte da Encíclica é uma leitura da *Unitatis Redintegratio* retomando alguns dos principais pontos do documento. A segunda parte é uma atualização dos passos dados na busca da unidade pela Igreja Católica nos últimos trinta anos. Poderíamos dizer que o papa faz uma reflexão teológica a partir da práxis. Finalmente, a terceira parte apresenta a necessidade e a oportunidade de colocar-se em estudo o ministério do Primado como ministério da unidade. Para os nossos fins, é suficiente que resumamos as duas últimas partes.

A segunda parte destaca o aumento em atos de fraternidade que se tem dado após o Concílio do Vaticano II. Ressalta o fato de terem sido promulgados documentos que beneficiam o diálogo ecumênico, de existirem ações comuns de solidariedade à humanidade, de estarem sendo dados passos para um maior entendimento sobre os elementos do culto sagrado. Certamente o principal destaque é dado aos reatamentos de relações: 1965 e 1979, com o Patriarcado Ecumênico de Constantinopla; 1967, Patriarcado ecumênico de Jerusalém; 1979, abertura do diálogo com todas as igrejas

ortodoxas. Nos demais ressalta os esforços de diálogo com as igrejas do Ocidente e as presenças de Paulo VI e João Paulo II no Conselho Mundial de Igrejas.

Na última parte é muito importante o fato de ter sido aberta uma via para a discussão do ministério da unidade. O ministério da unidade é um munus do bispo de Roma. Entrementes, ele não deve estar acima do munus evangelizador, ao contrário é a serviço deste que aquele existe. E, desse modo, fica aberta uma importante fonte para a pesquisa teológica e os diálogos ecumênicos. Certamente este foi o passo mais corajoso e firme que este pontificado ofereceu para a ampliação e aprofundamento do ecumenismo.

D. Os bispos católico-romanos da América

Latina: De Medellín a Santo Domingo Os bispos na América Latina vêm procurando criar uma mentalidade ecumênica, especialmente após o Vaticano II. A América Latina, o Continente Cristão do Terceiro Milênio, tem sido um espaço de construção de experiências eclesiais inovadoras e fascinantes. Há três elementos que é necessário destacar ao tratarmos da questão ecumênica a partir da perspectiva romano-católica, para podermos ter uma leitura mais precisa dos documentos das Conferências do Episcopado Latino-Americano. Primeiramente devemos fazer referência à tradição anticatólica do protestantismo no subcontinente e da conseqüente atitude fundamental de desprezo (ou indiferença) da Igreja Católica pelo protestantismo.

A presença definitiva do protestantismo na América Latina data da segunda metade do século XIX. Isso implicou uma penetração vinculada ao crescimento do liberalismo nacionalista latino-americano (também à francomaçomaria), por um lado, e, por outro, ao projeto neocolonizador norte-americano alimentado pela ideologia do “destino manifesto” da Grande Nação de “salvar o mundo”.

O que dizem os documentos:

1. Medellín

Sobre a luta pela superação dos conflitos de classe e pela conquista da paz: “Convidar também às diversas confissões e comunhões cristãs e não-cristãs a colaborar nesta fundamental tarefa de nosso tempo”. (2, 26)

“Convidar os bispos, os responsáveis das diversas confissões religiosas e os homens de boa vontade das nações desenvolvidas, a que promovam, em suas respectivas esferas de influência, especialmente entre os dirigentes políticos e econômicos, uma consciência de maior solidarie-

dade diante de nossas nações subdesenvolvidas, fazendo reconhecer, entre outras coisas, preços justos para nossas matérias-primas”. (2, 30)

Sobre a pastoral familiar: ela deve “levar todas as famílias a uma generosa abertura para com as outras famílias, mesmo de confissões cristãs diferentes, e sobretudo as famílias marginalizadas ou em processo de desintegração, abertura para a sociedade, para o mundo, para a vida da Igreja”. (3, 20)

Sobre a escola católica (EC): A EC deve “estar aberta ao diálogo ecumênico”. (4, 19 d)

Sobre a juventude; “que se fortaleçam as iniciativas de caráter ecumênico, entre os grupos e organizações de juventude, segundo as orientações da igreja”. (5, 19)

Sobre a prioridade da renovação catequética: “Deve-se fazer ressaltar o aspecto totalmente positivo do ensino catequético com o seu conteúdo de amor. Assim se fomentará um *são ecumenismo*, evitando toda a polêmica e se criará um ambiente propício à justiça e à paz”. (8, 11)

Sobre a liturgia: recomenda-se que sejam realizadas celebrações ecumênicas da palavra. (9, 14)

É possível perceber em Medellín o enorme eco que faz sobre o Vaticano II. Os bispos latino-americanos, entretanto, ofereciam mais uma contribuição: o papel político do diálogo ecumênico. O diálogo ecumênico deve favorecer a conquista de qualidade de vida para as populações latino-americanas. Não se deve dar um diálogo inconseqüente, nem pretender que os esforços espirituais não revertam em conquistas de preenchimento das necessidades materiais das filhas e filhos das igrejas.

2. Puebla

Sobre a justiça social: “A atividade ecumênica, expressa no diálogo e nos esforços conjuntos pela promoção humana, se inscreve no caminho para a unidade almejada”. (108)

Comunhão e participação: “Incrementar o diálogo ecumênico entre as religiões e com os não-crentes em vista da comunhão, buscando áreas de participação para o anúncio universal da salvação”. (1096)

“Sobretudo depois do Vaticano II cresceu entre nós o interesse pelo ecumenismo...” (difusão da Palavra, Oração pela Unidade, Semana de Oração, Encontros de Reflexão Interconfessionais, Trabalho conjunto pela promoção humana, Conselhos de Igrejas – 1107). “Persiste, contudo, a ignorância e a desconfiança em muitos cristãos em relação ao ecumenismo...” (entre os católicos devido ao proselitismo. Também efeitos alienantes de determinados grupos, e instrumentação política do ecumenismo – 1108).

“Os ‘movimentos religiosos livres’ manifestam frequentemente desejo de comunidade, participação, de liturgia vivida que é necessário considerar-se. Contudo, não podemos ignorar, quanto a esses grupos, proselitismos muito acentuados, fundamentalismo bíblico e literalismo estrito sobre as suas próprias doutrinas”. (1109)

“A vontade salvífica universal de Deus alcança a todos os homens; a Igreja está persuadida de que tendo Cristo morrido por todos e sendo apenas uma a vocação última do homem, quer dizer, divina, o Espírito Santo oferece a todos as possibilidades de serem associados, de modo somente conhecido por Deus, ao mistério pascal.” (1117a – a segunda parte aborda o respeito na aproximação do não-crente como alguém que interpela a Igreja). “Promover nos diversos níveis e setores em que o diálogo se estabelece um compromisso comum na defesa e promoção dos direitos fundamentais de todo homem e de todos os homens, especialmente dos mais necessitados, colaborando na edificação de uma nova sociedade mais justa e mais livre” (1119). O diálogo trata de “uma perspectiva global do evangelizador”. (1127)

Puebla confirma Medellín e faz um avanço. É verdade que a participação dos evangélicos na própria assembléia foi menor. Entrementes, a percepção da religiosidade latino-americana foi mais explícita, ainda que num tom de defesa por parte dos bispos católicos. Porém, o discurso teológico sobre a identidade entre ecumenismo e luta por justiça social estava mais afinado.

3. Santo Domingo

O primeiro capítulo da segunda parte se dedica a discutir a Nova Evangelização, especialmente (121-156): para anunciar o Reino a todos os povos; que se projete a missão *Ad Gentes*; que se vivifique a fé dos batizados afastados; que se reúnam todos os irmãos em Cristo; que se dialogue com as religiões não-cristãs; com as seitas fundamentalistas; com novos movimentos religiosos ou movimentos religiosos livres; que se convoquem os sem Deus e os indiferentes).

“Por isso nós dizemos com o Papa João Paulo II: “O ecumenismo é uma prioridade na pastoral da Igreja de nosso tempo”. Para dar uma resposta adequada a esse desafio sugerimos (135):

- Consolidar o espírito de trabalho ecumênico na verdade, na justiça e na caridade;
- Aprofundar as relações de convergência e diálogo com aquelas Igrejas que rezam conosco o Credo niceno-constantinopolitano, partilham os mesmos sacramentos e a veneração por Santa Maria, a Mãe de Deus, se bem não reconheçam o primado do Sumo Pontífice;
- Intensificar o diálogo teológico ecumênico;

- Alentar a oração em comum pela unidade dos cristãos e de modo particular a semana de oração pela unidade dos cristãos;
- Promover a formação ecumênica nos cursos de formação dos agentes de pastoral, principalmente nos seminários;
- Alentar o estudo da Bíblia entre teólogos e estudiosos da Igreja e das denominações cristãs;
- Manter e reforçar programas e iniciativas de cooperação conjunta no campo social e a promoção de valores comuns;
- Valorizar a Seção de ecumenismo do CELAM e colaborar com suas iniciativas.” (136)

Cita Diálogo e Anúncio: A igreja deve entrar em diálogo de salvação com todos (137).

Santo Domingo quase pode ser considerado um retrocesso. A noção de identidade de ecumenismo e justiça social desaparece. Se dá uma ênfase maior ao diálogo com os ortodoxos, o que não é muito pertinente à realidade da América Latina. O ecumenismo é ressaltado na esfera institucional.

E. Os bispos católico-romanos no Brasil: As Diretrizes para a ação evangelizadora (1995-1998) e o Documento *O que é ecumenismo?* (RNM,6)

A CNBB tem insistentemente tratado do ecumenismo em seus documentos e procurado manter um envolvimento constante com os organismos ecumênicos, colaborando mesmo com a criação do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC, 1982). A CNBB tem mantido nas últimas Diretrizes Gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil (1995-1998; 1999-2002) uma análise do pluralismo religioso e a afirmação do ecumenismo como testemunho da comunhão eclesial. Vários documentos têm sido escritos procurando difundir a visão do ecumenismo, entre eles podemos destacar o subsídio “O que é o ecumenismo?”, publicado em 1997.

No Brasil se tem ressaltado a questão ecumênica nas bases. Os bispos estão atentos e preocupados com o crescimento das igrejas pentecostais (chamadas de seitas) e com a nova configuração do campo religioso (pluralismo religioso). O empenho ecumênico é assumido como um esforço e uma espiritualidade de todos os batizados. Não se trata de um esforço apenas dos bispos e das estruturas eclesiais. Todavia, e isto é natural, há uma forte preocupação com a “reta doutrina ecumênica”. Assim como em Medellín e Puebla os bispos brasileiros têm destacado a luta por justiça social como um traço fundamental do ecumenismo.

Isto explica, em parte, a Campanha da Fraternidade de 2000. Os bispos católicos tiveram a generosidade de abrir uma tradicional campanha para o exercício da fraternidade ecumênica. A Campanha – 2000 não é sobre ecumenismo, é sobre a exclusão social e a solidariedade devida com os excluídos. Porém, ela se dá no marco de esforços que visam a atuação comum dos cristãos diante de problemas enfrentados por todos os filhos de Deus que vivem em todos os rincões do Brasil. Assim, não podemos deixar de destacar que este foi um passo importante, ainda que difícil.

F. Ecumenismo de Base: uma semente geminando

A presença dos laços de unidade na luta em favor da vida tem sido uma constante, mormente a partir dos anos de 1970. Na luta pela terra é muito comum encontrar ações empreendidas em conjunto entre cristãos de várias denominações. Estes laços de unidade têm sido chamados de “ecumenismo de base”. Evidentemente carece de um maior aprofundamento o uso de tal expressão. Todavia, não podemos deixar de indicar que existe uma solidariedade dos cristãos com os aflitos e excluídos na sociedade brasileira que tem gerado ações comuns. Por exemplo, pastores metodistas que se dedicam com agentes de pastoral católicos do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos a assessorar assentamentos de trabalhadores rurais sem terra.

Há diversos grupos que estão vivendo essa dinâmica da solidariedade. Trabalhos com os menores em São Paulo (anglicanos, metodistas e católicos), comunidades que partilham o templo em Vila Rica, na Prelazia de São Félix do Araguaia (luteranos e católicos), assessorias ao movimento sem-terra em diversos lugares do Brasil. Além disso, há uma partilha grande no campo do estudo bíblico, especialmente na construção de uma metodologia da leitura popular da Bíblia – o que nem sempre é fácil nos meios protestantes, particularmente para o “fiel do banco da igreja”.

Todas essas experiências têm se manifestado numa grande celebração que é o Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base. De fato, a partir do segundo Encontro Intereclesial tem se mantido a presença de assessores provenientes dos meios protestantes. Isso tem assegurado uma reflexão cada vez mais ecumênica. A partir do Sétimo Encontro Intereclesial a temática ecumênica se tornou muito mais forte para os intereclesiais. Infelizmente, isso não significou um aumento na intensidade das relações ecumênicas nas bases. Porém, é um sinal do Reino a forte presença dos evangélicos, como

delegados ou participantes, nos Encontros Intereclesiais. Essa presença despertou ainda outra questão, o diálogo inter-religioso, especialmente com as religiões afro-brasileiras e indígenas, ou, como se tem chamado, o macroecumenismo.

Outra experiência de ecumenismo de base que devemos registrar foi a realização da Primeira Jornada Ecumênica, em 1994 (Mendes, RJ). Este foi um evento promovido por KOINONIA, com a colaboração do CONIC, CLAI, CESE e do próprio CMI. Havia cerca de quatrocentas pessoas, a maioria jovens (18-24 anos), vindos de todo o país. Discutiram a leitura bíblica, a história do ecumenismo no Brasil, as relações entre igreja e sociedade. E os momentos celebrativos foram muito cheios do Espírito. Terminei com isso ressaltando esta dimensão espiritual: o ecumenismo é antes de tudo a abertura ao Espírito de Deus, que clama, reclama e conclama pela busca da unidade.

Jorge Atilio Silva Iulianelli, leigo católico, professor da FaCE-Bennett, assessor em KOINONIA.

Indicações bibliográficas

- BARROS, Marcelo; *O sonho da paz*, Petrópolis, Vozes, 1996.
- SANTA ANA, Julio; *Ecumenismo e Libertação*, Petrópolis, Vozes, 1991.
- NAVARRO, J.B.; *Para compreender o ecumenismo*, São Paulo, Loyola, 1995, pp.182-194.
- HORTAL, J.; *E haverá um só rebanho*, São Paulo, Loyola, 1989, pp. 224-231.
- Relatório Final CIACR, RJ, CEDI, 1990, 143p.
- Encuentro católico-pentecostal latinoamericano y caribeño; Quito-Ecuador; 12-14 mayo 1998; Mensaje a las iglesias, s. ed. – Divulgado pelo CLAI-Brasil.
- Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo, trad. da Conf. Episcopal Portuguesa, Paulinas, 1994.

O PROTESTANTISMO HISTÓRICO BRASILEIRO ÀS VOLTAS COM OS PENTECOSTALISMOS

J. Bittencourt Filho

Introdução

Quando fomos desafiados a trabalhar a temática do posicionamento das igrejas protestantes históricas quanto aos pentecostalismos e aos movimentos carismáticos, intuímos que a melhor maneira de fazê-lo seria efetuar um apanhado da trajetória do protestantismo tradicional brasileiro, sobretudo naqueles aspectos que dizem respeito à consolidação de sua identidade. Buscamos salientar as marchas e contramarchas desse processo, no intuito de construir uma perspectiva a partir de episódios marcantes que se tornaram decisivos para conferir o perfil atual das igrejas que aqui chegaram por meio de missões norte-americanas, na segunda metade do século passado.

Para tanto, decidimos percorrer vários textos que redigimos ao longo dos últimos anos tratando de temas correlatos e que apontaram nessa direção, ou seja, para o debate recorrente em torno da identidade. Fizemo-lo por meio deste brevíssimo ensaio, a despeito de saber que a problemática pede um tratamento mais aprofundado e rigoroso. No momento não reunimos condições de realizá-lo. Nossa expectativa é que pelo menos tenhamos podido indicar a direção.

Numa primeira parte, detalhamos a aventura em que consistiu a formulação de um projeto eclesiológico autóctone e comprometido para o assim chamado Protestantismo de Missão após o esgotamento do projeto original trazido na mala dos missionários. O campo religioso brasileiro vive uma efervescência sem precedentes, sendo que os pentecostalismos de todos os matizes nele exercem um papel fundamental. Este fato, entre outros aspectos, demonstra a riqueza cultural de um país também às voltas com a construção de sua identidade. A título de cotejo, expomos em seguida uma interpretação do estado atual dos Pentecostalismos. Isto posto encaminhamos algumas notas conclusivas que retomam a temática principal, sem deixar de, nas en-

trelinhas, arriscar algumas estimativas para o futuro próximo.

Dos projetos protestantes

Puritanos em seu comportamento e exemplares em suas atividades, aqueles calvinistas deixaram sua marca no Nordeste, a qual permaneceu muito depois de terem sido expulsos dali. (Richard J. Sturz)

Revisitando a história

A primeira tentativa de implantação do protestantismo em território nacional ocorreu no próprio século XVI, num período próximo à Reforma. Os calvinistas perseguidos na França tentaram aqui implantar uma colônia, justamente para se livrarem do ambiente de perseguição em que viviam. Na tripulação do almirante Villegaignon embarcaram também alguns pastores. Este episódio é assinalado na história oficial como a invasão francesa. Evidentemente, o primeiro ato que realizaram ao desembarcarem foi celebrar um culto, nos moldes litúrgicos da Igreja de Genebra. Assim sendo, cabe recordar que o primeiro culto protestante realizado fora do território europeu, em pleno século XVI, foi numa praia do Rio de Janeiro. E mais, foi redigida a primeira confissão reformada fora da Europa – a *Confessio Fluminensis*. Obviamente, a historiografia oficial costuma omitir esses eventos da mais alta relevância histórica.

As graves dissensões internas mergulharam o grupo num processo de autodestruição, ensejando dessa maneira a derrota dele para os portugueses e seus aliados indígenas. Vale registrar que até mesmo alguns pastores foram executados a mando do próprio Villegaignon. Assim sendo, a primeira tentativa de implantação do protestantismo frustrou-se a reboque do fracasso da

empreitada colonialista dos huguenotes. Por sinal, tal empreitada não teria condições de consolidar-se considerados os altíssimos interesses e o poderio da Coroa portuguesa à época.

No século seguinte temos notícia da tentativa de estabelecimento de uma colônia holandesa no Nordeste brasileiro, em virtude da aspiração da Companhia das Índias em controlar a produção e o comércio internacional do açúcar. Durante o governo do príncipe Maurício de Nassau, foram implantadas igrejas locais, presbitérios (concílios) e mesmo um sínodo, nos moldes da tradição reformada, na região correspondente, hoje, aos estados de Pernambuco e Paraíba. Quando da restauração portuguesa, para que não fossem vítimas da Inquisição, os holandeses decidiram queimar as atas omitindo assim o nome dos brasileiros convertidos.

Após a “abertura dos portos” decretada por dom João VI, que contemplava diretamente os interesses da Inglaterra, a tolerância com os protestantes teve que tornar-se maior em decorrência da presença inglesa no Brasil. Foi autorizada a construção de um templo anglicano em Recife, para atender às famílias dos funcionários estrangeiros. Assim sendo, o primeiro templo protestante da América do Sul foi erigido naquela cidade.

É oportuno reiterar o que já afirmamos: nos séculos XVI e XVII, os impérios ibéricos não iriam permitir que qualquer proposta religiosa alternativa pudesse sobreviver no domínio colonial, pois isso iria solapar os alicerces da legitimação religiosa desses impérios – o catolicismo romano.

No século XIX, o panorama era bem diferente. Entre as elites urbanas do império, circulava a ideologia que identificava catolicismo com atraso econômico e cultural, ao passo que identificava o protestantismo com progresso cultural e avanço econômico. Evidentemente, essa proposição ideológica tinha como referência as nações do capitalismo emergente: Inglaterra e Alemanha. Para esses intelectuais a presença do protestantismo seria um sinal de modernidade. Desse modo, diversos setores receberam com satisfação o advento das missões protestantes, sobretudo os anticlericais.

Entrementes, outros fatores significativos exerceram influência. No século XIX verificou-se a finalização do colonialismo ibérico e, com efeito, a afirmação da soberania e da identidade dos países latino-americanos. Sob o influxo do Iluminismo e da Revolução Francesa, os movimentos emancipatórios pretendiam eliminar todas as estruturas arcaicas então dominantes. A Igreja Católica era a principal aliada das classes abastadas, portanto, sacudir o jugo das elites implicava também

na eliminação da hegemonia religiosa romano-católica. Assim sendo, os protestantes eram desejados para compor e/ou reforçar a aliança já estabelecida entre os principais inimigos do sistema então vigente, o liberalismo radical e a Maçonaria.

A aventura político-cultural

Na época em que as missões protestantes se estabeleceram definitivamente no Brasil, já se esboçavam desejos de modernização, de encaminhamento da vida política e econômica nacional no sentido da civilização anglo-saxônica como consequência da expansão capitalista dos países protestantes (Antonio G. Mendonça).

Em boa medida, o protestantismo correspondia à fama de vanguarda modernizadora. Um setor das missões preocupou-se em fundar instituições educacionais, sob inspiração do destino manifesto norte-americano, nas quais se pretendia instruir e organizar elites aptas a ocuparem espaços estratégicos na sociedade brasileira e assim, introduzir valores culturais interpretados como sendo idênticos aos valores do Evangelho. A par disso, os colégios protestantes realizaram uma verdadeira revolução pedagógica para a época, no intuito de preparar as novas gerações para um Brasil democrático, industrializado e moderno. Tal aspiração traduzia o projeto de sociedade que as missões protestantes traziam para o Brasil.

Na década de 1950, quando finalmente o Brasil ingressa no “clube” do capitalismo mundial, sobretudo no período denominado anos JK, a tão sonhada modernização econômica, política e cultural do País havia atingido o patamar tão acalentado pelas missões protestantes. Assim como a história do Brasil havia completado um ciclo, também o Protestantismo de Missão havia chegado a um limite, qual seja, o do seu projeto de sociedade. Fazia-se necessária uma profunda reflexão a respeito do papel social do protestantismo para além da esfera estritamente religiosa. Aqueles propósitos de transformar o Brasil numa república urbano-industrial esgotaram-se ao coincidirem com a realidade abrangente.

A aventura da “responsabilidade social”

Nesse mesmo período, o protestantismo brasileiro passou a ter contato com o que vinha ocorrendo no mundo. Até então provinciano e pietista, passou a ser confrontado com a produção teológica em gestação desde as primeiras décadas do século nos grandes centros do protestantismo internacional, bem como do movimento ecumênico que se desenvolvia a partir da criação do

Conselho Mundial de Igrejas (1948). Já na década de 1960, o dinamismo de diversos setores da Confederação Evangélica do Brasil (CEB), em particular o de Estudos e Responsabilidade Social da Igreja, contribuíram decisivamente para os saltos de qualidade então efetuados.

As perspectivas políticas nascidas tanto com a revolução cubana quanto com a efervescência decorrente das “reformas de base”, ensejaram a convocação em 1962 da Conferência do Nordeste (sob o tema “Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro”), inspirada nas novas ênfases e desafios que se apresentavam para as denominações, sobretudo no tocante ao enraizamento do protestantismo na cultura e na realidade brasileiras.

Um certo clima de euforia resultante da expectativa de uma “esquerdização do continente” logo converteu-se em frustração. Sob o patrocínio do capital transnacional o Brasil tornava-se em 1964 a experiência-piloto dos regimes chamados de Segurança Nacional que iriam implantar-se em toda a América do Sul nos anos seguintes, e que plasmaram um processo socio-político pelo qual as igrejas protestantes não passaram incólumes.

O golpe militar facilitou, nas principais denominações, o ascenso dos setores ultraconservadores aos postos burocráticos dirigentes. Os efeitos foram imediatos: expurgos e perseguições nas instituições de ensino teológico e nos organismos e movimentos da juventude, bem como a desarticulação da CEB. Na maioria dos casos, por omissão, as denominações apoiaram o golpe e, quando da promulgação do AI-5, a situação interna nas igrejas já se encontrava sob total controle das burocracias dirigentes, e o passado recente parecia definitivamente sepultado.

O princípio do fim da aventura

Por essa razão a década de 1970 pode ser conhecida como a “idade das trevas” para o protestantismo brasileiro. Nela foram sentidos os efeitos deletérios da repressão desencadeada na década anterior e, paralelamente, com o concurso dos serviços de inteligência, foram escancaradas as portas e as janelas para as entidades paraeclesiais norte-americanas, caracterizadas pelo conservadorismo político e religioso. Os prejuízos desse processo ainda não foram devidamente contabilizados.

Nos anos de 1980, qualquer tipologia que diferenciase as denominações verticalmente não daria conta da complexidade das convergências e divergências ideológicas que as atravessavam horizontalmente. Nas igrejas do Protestantismo de Missão era onde podia ser

É preciso colocar em relevo que os conflitos entre as correntes conservantista, libertária e carismática nunca se deram propriamente no terreno das idéias, mas no da disputa pelos espaços de poder institucional, gerando um círculo vicioso inescapável

encontrado o maior número de “ilhas de dissidência”, a par de uma produção bíblica e teológica mais elaborada, consistente e deliberadamente ecumênica. Na esfera do Protestantismo de Migração, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, em virtude da política fundiária do regime ditatorial, viu as suas comunidades – compostas em grande parte por pequenos e médios proprietários rurais – mergulhada numa situação dramática. Este fato transformou uma agremiação eclesial historicamente identificada com a colônia alemã, numa das protagonistas da pastoral popular.

Alternativas em face da crise

Quando do esgotamento do projeto modernizador, o desafio que se descortinava para o Protestantismo de Missão era recriar-se por meio da formulação de um projeto global autóctone, sem deixar de ser coerente com o seu ideário teológico. Contudo, apenas uma minoria imbuiu-se desse propósito. Esta minoria intuiu que para alcançar a sua meta, o caminho mais apropriado seria uma opção em favor tanto do ecumenismo quanto das lutas em prol de transformações sociais. Nascia a corrente nacionalista, progressista e libertária no protestantismo brasileiro.

Outros segmentos entenderam que a melhor alternativa seria vincular o Protestantismo de Missão ao fundamentalismo, bem como às origens pietistas, com todos os efeitos disso, quais sejam: no plano interno, investir contra o liberalismo teológico e implementar os modelos verticalistas de poder; no externo, cerrar fileiras com os interesses das camadas dominantes. Nascia a corrente conservantista; que viria a controlar totalmente o poder formal nas igrejas após o golpe militar.

Finalmente, restaram aqueles que, inspirados pelo crescimento numérico pentecostal, optaram pela alternativa reavivalista. Ao invés de uma hermenêutica criativa da Reforma em face da nova realidade brasileira,

preferiram a “novidade” espiritualizante. Nascia a corrente carismática, que muito embora tenha se tornado hegemônica ao longo dos anos, em seus primórdios enfrentou sérios percalços no interior das denominações.

É preciso ponderar que o estágio incipiente de institucionalidade das igrejas, a baixa acumulação de massa crítica, e a identificação com setores das classes intermediárias não contribuíram para essa grande e complexa empreitada de refazimento do projeto eclesiológico. Portanto, ao invés do encaminhamento de soluções inovadoras consensuais, o que se verificou foi apenas um novo fracionamento.

Nesse particular, a década de 1970 foi decisiva. Devido ao obscurantismo reinante, as deficiências tornaram-se ainda mais agudas, facilitando a expansão das chamadas “missões de fé”, que minaram o que existia de consistente nas bases eclesiais, criaram movimentos e conseguiram formar gerações de jovens pastores, segundo um modelo fundamentalista e reacionário, por intermédio de institutos e seminários teológicos capciosamente apresentados como “interdenominacionais”.

Acrescente-se a isso um dado sociológico: o processo acelerado e generalizado de pauperização que as classes intermediárias passaram a sofrer após o declínio do “milagre econômico”. A estrutura e funcionamento local, regional e nacional das igrejas deixaram de corresponder às condições materiais objetivas de vida dos seus eclesianos. Dessa maneira, o Protestantismo de Missão perdeu atrativos para os segmentos mais esclarecidos das camadas médias e não se encontrava aparelhado para produzir uma proposta religiosa popular.

Outro fator a ser destacado é a contradição intestina das igrejas, que sempre investiram pesados recursos materiais, humanos e financeiros no evangelismo, mas que não conseguem fixar os “convertidos” nas comunidades locais devido às inúmeras restrições de cunho moral e cultural que impõem, ao modo de uma autêntica subcultura.

É preciso colocar em relevo que os conflitos entre as correntes conservantista, libertária e carismática nunca se deram propriamente no terreno das idéias, mas no da disputa pelos espaços de poder institucional, gerando um círculo vicioso inescapável. Nesse quadro, as denominações do Protestantismo histórico acabaram por sucumbir num torvelinho de deficiências, que vão desde a crise da doutrinação dos adeptos (da educação religiosa) até a da formação dos ministros (indigência teológica), passando pela dimensão simbólica (crise litúrgica).

Também como reflexo do avassalador crescimento pentecostal, o Protestantismo de Missão foi sendo tomado de assalto pelas práticas fundamentalistas e carismáticas dos mais diversos matizes. Apenas os raros segmentos libertários e ecumênicos mantiveram um certo nível de resistência, buscando nas raízes históricas os conteúdos teológicos tidos como mais propícios para a manutenção da utopia de um protestantismo fiel, simultaneamente, aos princípios teológicos da Reforma e aos valores da nacionalidade brasileira.

Na atualidade, é necessário incluir na problemática a crise do cristianismo tradicional, preconizada por Richard Shaull há quase cinquenta anos. O cristianismo tradicional, vê-se cada vez mais cerceado por um ambiente cultural que lhe é hostil. No caso brasileiro, sobretudo no meio urbano, existe um problema adicional: as formas religiosas sob influência da matriz religiosa brasileira, a qual o Protestantismo de Missão jamais conseguiu evangelizar efetivamente. Dentre essas formas religiosas encontra-se o neodenominacionalismo evangélico de perfil sincrético, inimaginável até muito pouco tempo.

Da aventura libertária

Em 1961, as confederações evangélicas do Cone Sul fundaram, conjuntamente, a Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade – mais tarde, Igreja e Sociedade na América Latina (ISAL) –, com a intenção de criar um espaço ecumênico de ação e reflexão que contemplasse os desafios daquele momento histórico. Neste mesmo espírito o Setor de Estudos e Responsabilidade Social da Confederação Evangélica do Brasil, desencadeou um processo de consultas e encontros que se desejava fossem capazes de aglutinar as igrejas do Protestantismo de Missão e fazer com que este pudesse aprofundar raízes na realidade sociocultural do Brasil. Pela vez primeira, os evangélicos brasileiros decidiram elaborar um projeto conjunto de participação efetiva e relevante no contexto nacional. E isso de forma autônoma, isto é, autônoma em relação às igrejas-mães situadas nos EUA.

Tal contextualização exigia não apenas uma participação do laicato e mobilização dos clérigos e das lideranças, mas também a produção de um conhecimento bíblico-teológico que desse conta não só dos novos desafios, como das novas modalidades de ação e participação sociais que adviriam. Nesse empreendimento não se poderia prescindir do concurso das ciências sociais, nem de uma discussão qualificada acerca da problemática cultural.

O cristianismo tradicional vê-se cada vez mais cerceado por um ambiente cultural que lhe é hostil

A questão cultural sempre tinha sido um ponto fraco do evangelismo protestante, em decorrência da identificação apressada, efetuada pelas missões, entre pecado e cultura nativa. Por conseguinte, aquela discussão revestia-se de uma importância fundamental, e demonstrava tanto a seriedade quanto a radicalidade da proposta.

Uma análise mais detida da temática, textos, preletores, e recomendações enunciadas tanto nos encontros preparatórios, quanto na conferência principal, torna clara a pedagogia que orientou esse empreendimento pastoral entre 1955 e 1962. Quase uma década de esforços genuinamente educativos que culminaram no enfrentamento corajoso do “processo revolucionário brasileiro”.

O próprio local da conferência de 1962, não foi escolhido aleatoriamente, nem segundo conveniências operacionais. Recife era o epicentro político do Nordeste; região na qual as injustiças e diferenças sociais atingiam níveis alarmantes, e até por isso converteu-se num pólo de resistência e de organização políticas contra as oligarquias locais e os setores da sociedade política nacional que as secundavam. A escolha do local constituía-se também num símbolo do propósito do Protestantismo de Missão de aproximar-se da autêntica cultura brasileira, nascida da criatividade de um povo em meio à opressão e à pobreza.

Sonegação da memória

Após o advento do regime militar, dirigentes da própria Confederação, aliados a autoridades eclesiásticas, movidos pelo obscurantismo, trataram de eliminar até mesmo os vestígios do trabalho realizado pelo Setor de Estudos e Responsabilidade Social. O estoque no qual se encontravam as publicações que continham o precioso material reunido durante as conferências, foi invadido, e grande parte simplesmente destruído. Neste episódio policialesco não faltaram agentes do famigerado Departamento de Ordem Política e Social (Deops), que foram à sede da Confederação com o objetivo de prender integrantes do Setor, por força de denúncia de um colega pastor.

O medo e a covardia atingiram tamanha magnitude que os funcionários do Setor foram sumariamente demitidos e o clima de censura e repressão condenou a

Confederação como um todo a morrer de inanição. A partir desse período, não se alcançou quorum em assembleia, nem mesmo para a dissolução da entidade. Portanto, juridicamente, a Confederação continuou existindo, e isto permitiu que durante o governo Sarney, integrantes da chamada “bancada evangélica” tentassem revitalizá-la de cima para baixo.

Paralelamente, esforços foram despendidos no sentido de ser apagada a memória de quase duas décadas de empenhos de contextualização do protestantismo brasileiro. De fato, parece que o Protestantismo de Missão sofreu uma cirurgia plástica que o tornou irreconhecível, quando comparado ao que vivenciou e produziu entre 1900 e 1964. Os remanescentes da corrente libertária tiveram que recorrer ao exílio voluntário, ou acomodar-se ao ostracismo, ou ainda refugiar-se no movimento ecumênico continental. Houve também aqueles que se articularam com a fundação de entidades ecumênicas de serviço, por meio das quais passaram a desenvolver ministérios alternativos, com todos os riscos dessa escolha.

É oportuno lembrar que no período de ascenso dos regimes de Segurança Nacional, o movimento ecumênico contribuiu efetiva e decisivamente na defesa dos direitos humanos, naquela época, sistematicamente violados. Parte desse remanescente e os discípulos que formaram, ainda hoje vivem na diáspora eclesial e portam a bandeira do ecumenismo libertário, porquanto os tempos que viveram são inesquecíveis, e a responsabilidade maior é transmitir o legado, a começar para aqueles a quem esse passado foi premeditadamente sonegado.

Do cenário atual

O protestantismo histórico está perdendo a batalha para as novas formas de cristianismo por duas vias: por evasão direta para as novas igrejas ou por perda simbólica no interior dos seus próprios templos.

(Leonildo S. Campos)

Dos pentecostalismos

Das últimas duas décadas para cá, a maioria dos “crentes” (como preferem ser conhecidos), são pentecostais. Por estimativa, pode-se afirmar que os pentecostais de todas as procedências já somam 70% do protestantismo brasileiro. Evidentemente, a discussão se os pentecostais são protestantes não é tranqüila, muito embora tal discussão não caiba nos propósitos do presente texto. Para os próprios pentecostais, porém, isso é de so-

menos importância posto que preferem identificar-se sob a nomenclatura mais abrangente de evangélicos.

No entanto, pode-se constatar que os diferentes grupos pentecostais são caudatários, pelo menos formalmente, das formas do Protestantismo de Missão. Algumas igrejas, até, apesar de adotarem o ideário pentecostal, persistem usando a denominação de origem. São as agremiações eclesiais que compõem o movimento (carismático) conhecido como “renovação espiritual”, expurgado do interior daquele protestantismo pioneiro. Acresce o movimento carismático atual que como o próprio nome indica, prefere permanecer no interior das estruturas eclesiais tradicionais, ou, quando opta pelo cisma, mantém-se isolado por algum tempo, até que a rotinação do carisma determine sua institucionalização.

Entretanto, o que mais chama a atenção dos estudiosos e mesmo da imprensa, são aquelas organizações religiosas que, segundo uma determinada tipologia, tenho apelidado de pentecostalismo autônomo. O adjetivo apostado se justifica devido ao fato de que já existem famílias pentecostais organizadas segundo padrões tradicionais e que formam o grupo qualificado como protestantismo pentecostal ou pentecostalismo clássico. Já são notórios os sinais de estruturação, por exemplo, das Assembléias de Deus, as que experimentam maior crescimento numérico no Brasil.

Em razão de suas características de religião de massa e que se utiliza dos meios eletrônicos de comunicação, o pentecostalismo autônomo alcança maior notoriedade. É menos rígido no tocante ao controle dos hábitos e costumes de sua clientela, goza de maior flexibilidade cültica, desenvolve uma estratégia de proselitismo mais abrangente e, em seu todo, funciona bem ao gosto das populações urbanas, estruturando-se como um “balcão” de bens de religião de fácil acesso. Ademais, utilizam-se de uma mensagem simples e direta que tem como base a tríade: cura, exorcismo e prosperidade.

O pentecostalismo autônomo promove uma modalidade de conversionismo que acaba por contribuir muitas vezes para uma melhoria da qualidade de vida das pessoas, sobretudo por meio da poupança compulsória, referenciada em valores morais e religiosos. A forte emotividade, um dos fatores fundamentais da espiritualidade pentecostal, cria condições para que as pessoas abandonem vícios, hábitos violentos e superem sociopatias. A dimensão terapêutica dessa religiosidade é criadora de fatos que falam alto em meio às coletividades e que logram adesões que vão desde passistas de samba até militantes das Comunidades Ecle-

siais de Base (CEBs), passando por jovens das classes intermediárias. Essa síndrome de conversões, distribuída pelas diferentes camadas sociais tem intrigado os cientistas da religião. Indubitavelmente, o pentecostalismo autônomo tem produzido uma mensagem religiosa que vai ao encontro de boa parte das necessidades subjetivas das populações urbanas, em conformidade com o modo como interpretam, elas próprias, tais necessidades – a partir do senso comum.

O pentecostalismo autônomo representa um desafio, ao mesmo tempo, pastoral, cultural e político; e certamente irá expandir-se numérica, patrimonial e politicamente, juntamente com as cidades e seus grandes problemas, na proporção direta da ausência de alternativas que melhor correspondam às demandas espirituais individuais e coletivas.

Os pentecostalismos têm sabido fazer uso do seu peso social, haja vista a participação política institucional que promovem, bastando lembrar a atuação da “bancada evangélica” durante o governo José Sarney e a atuação na eleição de Collor de Mello. A par disso, faz-se necessário considerar que as formas religiosas pentecostais comportam um elemento de resistência cultural, de terapia coletiva e de reapropriação simbólica por parte de amplos segmentos das camadas populares e das camadas médias empobrecidas.

É oportuno ainda repisar a força e a influência dos movimentos carismáticos no interior das igrejas históricas, incluindo o catolicismo, assim como as inúmeras seitas e associações religiosas deles derivadas que configuram a formação de um novo denominacionalismo brasileiro. Acresce a relevância do surgimento de um novo ente no campo religioso nacional: o protestantismo sincrético. Entrementes, a constatação de que a religiosidade popular afro-católica, com profundas raízes no inconsciente coletivo, ao mesmo tempo em que é reforçada, constitui-se como a principal adversária na guerra santa que os pentecostalismos alimentam.

A condição minoritária dos evangélicos no Brasil durante mais de um século em contraste com as multidões pentecostais fervorosas tende a provocar reações de perplexidade e temor, principalmente na grande imprensa. Em termos populacionais absolutos, entretanto, os grupamentos humanos que os pentecostalismos açambarcam ainda são algo reduzidos. Contudo, se ponderarmos os aspectos relativos à eficiência deles de alcançar e organizar os adeptos, bem como os estratégias de assentamento no poder constituído, o quadro muda de figura. Portanto, a bem da verdade, quando o assunto em pauta é o nexo entre os pentecostalismos e as massas, o que salta aos olhos é proble-

mática das relações entre pentecostalismo e massificação, esta última definida aqui como um processo em que, numa dada sociedade, grupamentos humanos numerosos alcançam condições antes restritas apenas a minorias.

Na esfera dos pentecostalismos, sobressaem os empenhos de elaboração e disseminação de uma cultura religiosa de massa, isto é, uma modalidade de cultura religiosa apta ao consumo do mais amplo espectro possível de pessoas de todos os segmentos sociais. Como já assinalamos, a massificação que as propostas pentecostais ensejam vão ao encontro dos modos de reestruturação da personalidade e da escala de valores que as pessoas são compelidas a efetuar no contexto urbano-industrial. Assim sendo, a adesão individual é parte constitutiva imprescindível. Este fator já introduz um diferencial, porquanto a conotação mais comum do vocábulo massa indica condutas amorfas e indistintas. No decurso da massificação, mesmo em torno a bandeiras coletivas, o que antes se verifica é uma acentuação da individualidade. Nisso reside o substrato da grande estratégia dos pentecostalismos em amearhar mais e mais espaços nos meios de comunicação social.

Com isso, produzem uma cultura religiosa massiva, qual seja, a da obtenção de respostas aos estímulos, simultaneamente, independentes (devido ao realce da individualidade) e semelhantes (porque massivos). Melhor dito, trata-se de uma sistemática que conduz a uma autonomia aparente, uma vez que supõe a existência de autoridades que cuidadosamente organizam e controlam as mensagens. Sabemos que, na era da comunicação de massa, não existe diferença substancial entre as lógicas de difusão de um bem de consumo e de uma opinião. Ambas devem seguir os mesmos cânones publicitários, pois, afinal, ambas deverão ser consumidas pelo maior número possível de pessoas.

As mensagens em geral, e as opiniões em particular, ingressaram definitivamente para o terreno das imposições persuasivas. Persistindo na analogia entre o consumo de bens e de opiniões, é pertinente reportar àquele postulado, segundo o qual, o valor econômico de um bem está subordinado ao seu uso. Da mesma forma, o uso social de uma opinião estabelece a sua veracidade. Os pentecostalismos estariam apostando em fazer prevalecer não somente as suas concepções religiosas, mas também as de cunho ético, moral, estético e político.

Destarte, no campo religioso brasileiro, encontra-se em curso um processo de reordenamento dos conteúdos da matriz religiosa somados a inovações que desbancam o que era tradicionalmente aceito. É oportuno sublinhar que não se trata, de fato, de uma mu-

dança, mas sim de um reordenamento subordinado a critérios até então inéditos. Em outras palavras, os pentecostalismos estão se apropriando até de símbolos originalmente não protestantes e assim, explorando ao máximo a religiosidade latente do inconsciente coletivo. Nesse quadro, a veiculação, o uso, e a formação de opiniões, como parte de um fenômeno global de consumo, desempenham um papel estratégico.

Recapitulando a estratégia dos pentecostalismos: (a) quanto aos adeptos – um processo de massificação, por meio da consolidação de uma cultura religiosa; (b) quanto à sociedade – veiculação de mensagens, consoante às regras da comunicação massiva, pelos meios apropriados e o devido aparato técnico, engendrando dessa maneira uma rede muito mais ampla. Pode-se afirmar pois, que dentre os vários objetivos dos pentecostalismos, encontra-se o de produzir e sustentar, tanto uma nova cultura religiosa de massa, quanto constituir para si um público. Este último concebido aqui como uma coletividade cuja coesão dá-se, quase exclusivamente, no plano do imaginário.

Conclusão

Na década de 1960, nas igrejas batistas, eclodiu o primeiro movimento carismático evangélico. As cúpulas da denominação trataram de excluir líderes, adeptos e simpatizantes. Os carismáticos banidos foram obrigados a criar uma nova denominação batista. Na década seguinte o episódio se repete *mutatis mutandis* entre os metodistas. Outros exemplos poderiam ser apresentados, contudo o que nos cabe registrar aqui é a atitude absolutamente intolerante das burocracias dirigentes, que, respaldadas nas doutrinas oficiais e no clima autoritário vigente no País, recorriam a medidas drásticas que quase sempre culminavam na expulsão dos integrantes das correntes pentecostalizadas.

Todavia, um dos resultados da “idade das trevas” foi o enfraquecimento das autoridades eclesiásticas conservantistas. Elas próprias semearam a sua derrota quando investiram no obscurantismo. Na década de 1980 as instâncias de comando das denominações, com raríssimas exceções que só confirmam a regra, perderam a autoridade e a legitimidade para punir e/ou excluir os pentecostalizantes. Na atualidade, muitas lideranças formais ou não, consideram o movimento carismático como um elemento revitalizador, que deve ser incentivado e mantido e apenas os “exageros” devem estar sob vigilância. Não se pode esquecer que a lógica das cúpulas eclesiásticas é a do crescimento numérico. É preciso não esquecer também que a discus-

são sobre as tendências pentecostalizantes envolve necessariamente um debate e um aprofundamento da problemática da identidade; esta se tornou dramática pelas razões que buscamos elucidar na primeira parte deste texto, e a respeito da qual não existe massa crítica acumulada.

Por tudo isso, as igrejas do Protestantismo de Missão não reúnem condições para rejeitar nem reprimir oficialmente o movimento carismático em seu interior, como ocorria anteriormente. O que se está verificando é justamente o oposto: cada vez mais representantes de segmentos carismatizados assumem posições estratégicas nas instâncias dirigentes das denominações. Com efeito, pode-se afirmar, pelas mesmas razões, que a Renovação Carismática Católica tende a angariar a simpatia de lideranças e liderados no mundo evangélico, à proporção que o ideário pentecostal vai-se tornando hegemônico.

Sugestões bibliográficas

MENDONÇA, Antônio G. & VELASQUES FILHO, Prócoro. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo, Edições Loyola, 1990.

MENDONÇA, Antônio G. *O Celeste Porvir (A inserção do Protestantismo no Brasil)*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1984.

SILVEIRA CAMPOS, Leonildo. *Teatro, Templo e Mercado: organização e marketing de um empreendimento neopentecostal*. Petrópolis, São Paulo e São Bernardo do Campo, em coedição Vozes, Simpósio e UESP.

GUEIROS VIEIRA, David. *O Protestantismo, A Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil*. Prefácio de Gilberto Freyre, 2ª ed., Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1980.

SCHALKWIJK, Frans Leonard. *Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)*. São Paulo, Edições Vida Nova, 1989.

ARAUJO, João Dias de. *Inquisição sem Fogueiras (Vinte anos de história da Igreja Presbiteriana do Brasil: 1954-1974)*. R. de Janeiro, ISEI, 1985.

Leia e confira os lançamentos da



Uma coleção voltada para o espaço/tempo do cotidiano escolar. São temas úteis e atuais para o debate da educação.

O sentido da Escola

Nilda Alves (org.), Regina Leite Garcia (org.),
Silvio Gallo, Edgar Morin, Carlos E. Ferrazo

Muticulturalismo

– mil e uma faces da educação

Azoida da Trindade (org.), Muniz Sodré,
Glória Ladson-Billings, Annette Henry,
Rafael dos Santos (org.), Roseli Fischmann,
Massimo Canevacci, Milton Santos,
Maria J. Lopes da Silva

Verde cotidiano

Marcos Reigota (org.), Pêro Vaz de Caminha,
Ronald Raminelli, Genoveva Chagas,
Marlene Curtis, Fernando Moraes F. JR,
Enrique Leff, Philippe P. Layrargues

Avaliação: uma prática em busca

De novos sentidos

Maria T. Esteban (org.), Regina Leite Garcia,
Ángel Díaz Barriga, Almerindo Janela,
Corinta M. G. Geraldi, Jussara M. P. Loch

Afinal, que país é este?

Pedro C. Cunha Bocayuva (org.),
Sandra Mayrink Veiga (org.), Ricardo Salles,
Carlos Nelson Coutinho, Francisco de
Oliveira, Cristóvam Buarque, Virginia Fontes

Gestão democrática

João Baptista Bastos (org.), Chico Alencar,
Marília P. Spósito, Vitor H. Paro,
Juçara C. Grácio, Regina Célia F. Aguiar,
Tarso Genro, Maria L. A. Fortuna,
Antônio E. do Nascimento

A magia da linguagem

Edwiges Zaccur (org.), Magda Becker Soares,
Ana L. Bustamante Smolka, Sônia Kramer,
João Wanderley Geraldi

A democracia no cotidiano da Escola

Inês B. de Oliveira (org.), José Gonçalves
Gondra, Jean Houssaye, Paulo Sérgio Sgarbi



Feito e a ser feito

– as encruzilhadas do labirinto V
Cornelius Castoriadis

Último livro do autor, falecido em 1998,
traz um testemunho de sua obra. Mostra
com clareza a disposição que o animava
como filósofo comprometido com a causa
humana.



A cidade do capital

Henri Lefebvre

O tema do livro é a cidade e a problemá-
tica urbana dentro do quadro teórico do
materialismo histórico. Trata-se de um
leitura ou releitura temática da obra de
Marx e Engels.



**A identidade cultural na
pós-modernidade – 3ª edição**
Stuart Hall

Uma mudança estrutural fragmenta e
desloca as identidades culturais de classe,
gênero, sexualidade, etnia, raça e
nacionalidade. Este livro analisa a crise de
identidade do sujeito na pós-modernidade.



Geração de emprego E renda no Brasil

– experiências de sucesso

Carlos Aquiles Siqueira (coord.)

Expõe estratégias e políticas alternativas
para a questão do desemprego no Brasil.
Produzido em co-edição com o Centro
Brasileiro de Estudos Latino-Americanos –
CEBELA.

DP&A
na internet

home page: www.dpa.com.br
e-mail: dpa@dpa.com.br

Rua Santo Amaro 129, parte – Santa Teresa
22211-230 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 232-1768 – Fax: (21) 507-2633

COMUNIDADE EVANGÉLICA FAZ 25 ANOS

O grupo que deu origem à Igreja Batista Nazareth surgiu da inconformação com a postura das igrejas evangélicas — poucas foram as exceções — diante da ditadura militar. A manifestação desse sentimento de protesto resultou na expulsão de cerca de vinte jovens da Igreja a que pertenciam em Salvador.

Apoiados por uns poucos líderes locais à época, decidiram não se dispersar, mas alimentar "o sonho de ver uma Igreja contribuindo para a construção do Reino de Deus na terra, defendendo a integridade do ser humano e o seu direito de ser feliz aqui e agora" (Paulo Torres). Sonhavam, à maneira de Paulo Freire, exilado na época: "É preciso não se render a quem proclama que sonhar é uma forma de fugir do mundo e não recriá-lo".

Em meio à perplexidade pela marginalização denominacional, a comunidade nascente começou a refletir sobre alternativas para a sua vida: Realizou uma série de estudos sobre o trabalho batista no Brasil: princípios, estrutura e funcionamento. Foi interessante discutir princípios batistas dignos de respeito, como liberdade de consciência, separação entre Igreja e Estado, solidariedade, e tantos outros.

O ministério da igreja se definiu na trilogia: Comunhão, Proclamação e Serviço. E com base nestes princípios Nazareth construiu a sua história. A comunidade aprendeu a se amar. Nazareth é acolhedora, compreensiva e amorosa; também, trabalhou o anúncio do Evangelho encarnado na realidade humana, de um Deus que salva e liberta e de um Cristo que veio para garantir a plenitude da vida; e desenvolveu o espírito solidário: com igrejas marginalizadas, com cristãos excluídos, com movimentos de luta contra o preconceito, e com outros em defesa dos Direitos Humanos.

O ecumenismo para Nazareth tem sido uma experiência enriquecedora. Primeiro com outras igrejas evangélicas, depois com movimentos e entidades ecumênicos e logo em seguida com segmentos mais progressistas da Igreja Católica. E entre os dois grupos (protestantes e católicos) Nazareth tem sido pródiga em cooperação, ajuda e criação, sem jamais ter feito parte de qualquer entidade ecumênica de igrejas ou receber ajuda de qualquer uma delas.

Talvez o que melhor caracterize a atuação da Igreja no mundo dos nossos dias, seja o texto Testemunho de fé e compromisso que integra as suas liturgias:

Cremos em Deus, Criador dos céus e da terra, para contemplação, serviço, preservação e bem-estar da vida humana e da natureza. Cremos em Deus, Criador do ho-



25 anos de resistência, luta e fé.

Salvador - Bahia

1975 - 2000

mem e da mulher, à sua imagem e semelhança, como continuadores do seu projeto divino para o mundo.

Cremos em Jesus Cristo, o Filho de Deus, Salvador do mundo, que viveu entre nós, sentiu as nossas dores, participou das nossas alegrias, morreu para nos dar a vida e ressuscitou como garantia de sua origem divina e nosso destino eterno.

Cremos no Espírito Santo, que está sempre presente no mundo, e nos inspira, conforta e orienta, às vezes, de maneira imperceptível.

Cremos na Igreja, criada por Jesus Cristo, dirigida pelo Espírito Santo, e composta de homens e mulheres com a missão de proclamar ao mundo a vontade de Deus, de amor, justiça, paz e bem-estar para todos.

Cremos, finalmente, na ressurreição do homem e da mulher, e na vida eterna com Deus.

Assim, pois, sustentados por esta fé, nós nos comprometemos a anunciar a mensagem do Evangelho de reconciliação humana, a falar do amor de Deus sem fronteiras, revelado em Jesus Cristo, e que se estende a todos os povos, em todos os tempos, em todos os lugares; a praticar a solidariedade, como consequência da nossa fé; a lutar contra toda e qualquer forma de preconceito, opressão, marginalização e violência do ser humano, em qualquer parte do mundo.

Comprometemo-nos, também, a viver em comunhão fraternal, a cultivar a vida cristã e a nos submetemos à vontade de Deus, como membros da Igreja de Jesus Cristo.

Pedimos ao Senhor da vida e da Igreja que nos ajude no cumprimento deste testemunho e compromisso cristão, por todos os dias da nossa vida. Amém.

Pr. Djalma Torres

Igreja Batista de Nazareth

(fundada em 14 de fevereiro de 1975)